

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

THASSIA RAMALHO PERCIANO DA SILVA

**TERRITORIALIZAÇÃO TURÍSTICA DAS POUSADAS DA ROTA ECOLÓGICA,  
LITORAL NORTE DE ALAGOAS**

Maceió  
2016

THASSIA RAMALHO PERCIANO DA SILVA

**TERRITORIALIZAÇÃO TURÍSTICA DAS POUSADAS DA ROTA ECOLÓGICA,  
LITORAL NORTE DE ALAGOAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araujo

Coorientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Verônica Robalinho Cavalcanti

Maceió  
2016

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- S586t Silva, Thassia Ramalho Perciano da.  
Territorialização turística das pousadas da rota ecológica, litoral norte de Alagoas / Thassia Ramalho Perciano da Silva. – 2016.  
165 f. : il.
- Orientador: Lindemberg Medeiros de Araújo  
Coorientadora: Verônica Robalinho Cavalcanti.  
Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Tecnologia. Maceió, 2016.
- Bibliografia: f. 150-163.  
Anexos: f. 164-165.
1. Arquitetura. 2. Turismo – Alagoas. 3. Ecoturismo. 4. Turismo - Mudanças locais. 5. Pousadas. I. Título.

CDU: 72:338.486(813.5)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

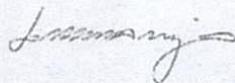
**Thassia Ramalho Perciano da Silva**

**TERRITORIALIZAÇÃO TURÍSTICA DAS POUSADAS DA ROTA  
ECOLÓGICA, LITORAL NORTE DE ALAGOAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

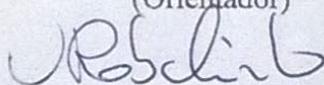
APROVADA em: 02/09/2016

BANCA EXAMINADORA



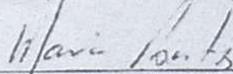
---

Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araujo  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL  
(Orientador)



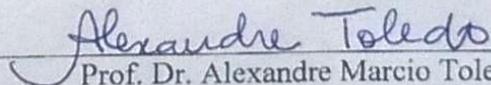
---

Profª Drª. Verônica Robalinho Cavalcanti  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL  
(Coorientadora)



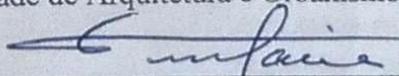
---

Profª Drª. Maria Aparecida Pontes da Fonseca  
Departamento de Geografia - UFRN



---

Prof. Dr. Alexandre Marcio Toledo  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL



---

Prof. Dr. Geraldo Majela Gaudêncio Faria  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL

Aos meus pais e a todos que contribuíram de maneiras distintas na construção deste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

À Deus;

À minha família, em especial Ladjane Ramalho e Givaldo Perciano, pais amados, protetores e incentivadores assíduos nessa minha jornada acadêmica;

Ao professor Dr. Lindemberg Medeiros de Araujo, por ser mais que um orientador. Um amigo, um psicólogo e uma inspiração. Pelos ensinamentos, dedicação, confiança e presença constante, grata!

Aos amados Welton Nascimento e Manoel Nascimento, pelo apoio emocional e pela cumplicidade.

À Thaise Ramalho, além de irmã querida, pela ajuda no trabalho de campo.

À professora Dra. Verônica Robalinho Cavalcanti, pelo acolhimento, dedicação, incentivo e bons conselhos.

Aos companheiros de turma do DEHA, pela prontidão em ajudar, pela troca de conhecimentos e pelo apoio emocional. Em vocês tive uma prova que a união faz a força.

Aos funcionários do DEHA, por terem sido prestativos.

Aos entrevistados da Rota Ecológica, sem os quais não poderia ter realizado este trabalho. Grata pela simpatia e pela confiança.

À banca pela disponibilidade e interesse de discussão.

Ao grupo de pesquisa LTTD /Ufal, pelas informações referentes à Rota Ecológica.

À Capes, pelo auxílio financeiro.

"Cem vezes, todos os dias, lembro a mim mesmo que minha vida interior e exterior depende dos trabalhos de outros homens, vivos ou mortos, e que devo esforçar-me a fim de devolver na mesma medida que recebi."

*(Albert Einstein)*

## RESUMO

O turismo é uma atividade econômica globalizada, que tem um grande potencial de modificar territórios, pois ao passo que se insere localmente, interfere de alguma forma, na cultura, no ambiente, e na economia preexistentes dos lugares, processo este, conhecido como territorialização turística. Este trabalho tem como objetivo compreender o tipo de territorialização turística que foi desencadeada por um grupo de 13 pousadas, em um trecho do litoral Norte do Estado de Alagoas, localmente conhecido como Rota Ecológica. Este trecho corresponde a áreas de praias pouco urbanizadas dos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, onde estão inseridas as 13 pousadas que possuem características particulares que as enquadram no eixo de turismo alternativo. O turismo alternativo envolve ofertas que procuram manter uma relação sinérgica com o ambiente, a cultura e a economia local, normalmente oferecendo atrativos turísticos inovadores ou singulares. Portanto, essa forma de turismo difere do eixo do turismo de massa o qual se baseia em ofertas padronizadas que atraem um grande número de pessoas que viajam utilizando pacotes turísticos econômicos e, frequentemente, provoca uma reorganização territorial que se distancia da realidade local. Enquanto predomina o turismo de massa na maior parte do litoral alagoano, essas pousadas baseadas de alguma forma no conceito de hotéis ou roteiros de charme, emergem como uma oferta diferencial na região da Rota Ecológica. O estudo adotou abordagem qualitativa de pesquisa e tem como instrumentos de coleta de dados, entrevistas exploratórias abertas, observação direta de campo, registro fotográfico e entrevistas semiestruturadas com habitantes dos três municípios que compõem a Rota Ecológica. Este estudo teve como base a percepção dos entrevistados locais a respeito dos usos do território, antes da chegada das pousadas e na época do trabalho de campo (segundo semestre de 2015 e primeiro semestre de 2016). Os resultados apontam que a territorialização das pousadas da Rota Ecológica compreende práticas responsáveis de desenvolvimento turístico, incluindo uma significativa preocupação com o meio ambiente e envolvimento com as comunidades locais. Entretanto, os entrevistados também pontuaram alguns aspectos negativos relativos à inserção local desses empreendimentos turísticos. Foi confirmada também a hipótese de que as pousadas da Rota Ecológica funcionam como quase-enclaves, isto é, combinam algumas características típicas de *resorts* com aspectos relacionados a formas alternativas de turismo, como é o caso do turismo de base local.

Palavras-chave: Turismo, Território, Rota Ecológica, Pousadas, Mudanças Locais.

## ABSTRACT

Tourism is a globalized activity that has the potential to change territories because when tourism develops in a place it interferes in a way or another with the culture, environment and preexisting economy, through a process that is known as tourism territorialisation. This study aims to understand the territorial changes that have been caused by a set of 13 *pousadas* that are located along a tract of the north littoral of the Alagoas state, which is locally known as *Rota Ecológica*. This area consists of less-densely urbanized beaches of the Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres and Porto de Pedras municipalities where the above-mentioned alternative tourism *pousadas* are located. Alternative tourism offerings seek to establish synergist relationships with the local environment, culture and economy, usually providing singular or innovative tourist attractions. So, this form of tourism differs from those of mass tourism in that the latter is based on standardized offerings that attract large numbers of tourists by means of economic tourist packages. Mass tourism frequently causes a reorganization of the territory away from the local previous reality. While mass tourism is the prevalent form of tourism on the north littoral of the Alagoas' state, the *pousadas* in point, which are related to the concepts of charm hotels and routes, have emerged as a differential tourist offer in the region of the *Rota Ecológica*. This study employed a qualitative research approach and it used as data collection instruments open exploratory interviews, direct field observation, photographic survey, and semi-structured interviews which were conducted with long-standing residents of the three municipalities of the *Rota Ecológica*. The study relied on the perception of the local interviewers regarding the uses of the local territory, prior to the arrival of the *pousadas* and at the time of data collection (second semester of 2015 and first semester of 2016). Results indicate that the territorialisation of the *Rota Ecológica* by the *pousadas* comprises responsible practices of tourism development, including a significant preoccupation with the environment and some degree of involvement with local communities. However, the interviewers also identified negative aspects resulting from the construction and operation of the *pousadas*. The hypothesis that was developed as part of the study, that is, that the *pousadas* functioned as quasi-enclaves, was confirmed in that the *pousadas* combine typical resort characteristics with aspects that are part of alternative forms of tourism, as is the case of the so-called community-based tourism.

Key-words: Tourism, Territory, Rota Ecológica, Pousadas, Local Changes.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Presença do Turismo de Massa na zona costeira nordestina do Brasil.....	33
Figura 2: Modelos de <i>resorts</i> litorâneos.....	36
Figura 3: Modelo de enclave turístico em uma economia periférica .....	37
Figura 4: Destinos turísticos alternativos .....	39
Figura 5: Trechos diversos da área costeira de <i>Treasure Beach</i> . .....	45
Figura 6: Atrativos turísticos de regiões intertropicais.....	59
Figura 7: Distribuição dos Polos de Turismo do Prodetur/NE - à esquerda; Destaque dos municípios do Polo de Turismo Costa dos Corais-AL – à direita. ....	62
Figura 8: Subzonas de Desenvolvimento do turismo no Polo de Turismo Costa dos Corais. .	65
Figura 9: Delimitação aproximada da área da Rota Ecológica por imagem de satélite (Google Earth) .....	66
Figura 10: Localização das pousadas da Rota Ecológica .....	67
Figura 11: Logomarca das pousadas da Rota Ecológica .....	69
Figura 12: Aspectos da decoração de pousadas da Rota Ecológica. ....	70
Figura 13: Ocupação das pousadas da Rota Ecológica na área de beira-mar.....	72
Figura 14: Espacialidade das pousadas da Rota Ecológica e suas respectivas logomarcas. ....	73
Figura 15: Horta orgânica na pousada do Toque.....	75
Figura 16: Artesanato presente na pousada Casa Acayu .....	78
Figura 17: Área de reintrodução do peixe boi em Porto de Pedras .....	80
Figura 18: Passeio para observação do peixe-boi no rio Tatuamunha – à esquerda; peixe boi visto da jangada – à direita .....	80
Figura 19: Localização dos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras .....	85
Figura 20: Vista da Barra de Camaragibe, à esquerda. Vista de São Miguel dos Milagres, à direita. ....	88
Figura 21: O farol de Porto de Pedras. Década de 90, à esquerda; 2013, à direita. ....	89
Figura 22: Vista do farol náutico em Porto de Pedras de dois ângulos diferentes. ....	89
Figura 23: Ambientes naturais presentes no litoral Norte de Alagoas, correspondente ao Polo de Turismo Costa dos Corais.....	91
Figura 24: Ecossistemas presentes nos municípios da Rota Ecológica.....	92
Figura 25: Área de abrangência da APA Costa dos Corais, na costa alagoana e pernambucana. ....	95
Figura 26: Trechos de praias da região da Rota Ecológica .....	96
Figura 27: Pescador artesanal na Rota Ecológica - à esquerda; Pescadores reunidos num fim de tarde – à direita. ....	98
Figura 28: Vista do Rio Camaragibe e embarcação antiga, datada da década de 1990. ....	98
Figura 29: Palhoça de pescadores locais na praia do Patacho – Porto de Pedras.....	99
Figura 30: Casa de coco em São Miguel dos Milagres .....	99
Figura 31: Artesanatos da Rota Ecológica .....	100

Figura 32: A- Prefeitura Municipal de São Miguel dos Milagres; B – Unidade mista Dr. Carlos Gomes de Barro, Passo de Camaragibe. Fotos datadas da década de 90.....	101
Figura 33: Coqueiral no litoral atlântico em São Miguel dos Milagres e algumas palhoças. Foto datada dos anos 1990. ....	103
Figura 34: Casas de Taipa .....	103
Figura 35: Padrão de ocupação incipiente dos municípios da Rota Ecológica em meados dos anos 1990.....	104
Figura 36: Balsa no rio Manguaba que liga os municípios de Porto de Pedras e Japaratinga	105
Figura 37: Patrimônio Material nos municípios da Rota Ecológica.....	106
Figura 38: Pastoril dos Homens .....	110
Figura 39: Ruínas da casa do Bote do Ponte .....	110
Figura 40: Ruínas da casa do Bode do Ponte. ....	111
Figura 41: Casa de Aurélio Buarque de Holanda. ....	111
Figura 42: Árvore conhecida como Oitizeiro .....	112
Figura 43: Pescador de tubarões .....	112
Figura 44: Passeio de cavalo na praia de São Miguel dos Milagres .....	117
Figura 45: Jangadas usadas nos passeios com visitantes em São Miguel dos Milagres .....	118
Figura 46: Artesanato nos povoados de São Miguel dos Milagres .....	120
Figura 47: Rua principal da sede do município de São Miguel dos Milagres, à esquerda; trecho da rodovia AL 101 em Porto de Pedras, à direita. ....	125
Figura 48: Acesso rodoviário à região da Rota Ecológica a Recife .....	125
Figura 49: Trecho da ciclovia da Rota Ecológica, em Passo de Camaragibe .....	126
Figura 50: Comparação da área do porto da balsa de 1990 (foto preto e branco) e 2013 (foto colorida), na sede municipal de Porto de Pedras. ....	127
Figura 51: Casas vistas do auto do cruzeiro, em São Miguel dos Milagres .....	128
Figura 52: Turistas e catadoras de marisco no mesmo território.....	129
Figura 53: Mutirão de limpeza de lixo .....	133
Figura 54: Sede do Instituto Yandê em São Miguel dos Milagres .....	134
Figura 55: Cinema na praça - trabalho da Amitus.....	135
Figura 56: Envolvimento com a comunidade.....	135
Figura 57: Treinamento com jangadeiros, à esquerda; Alunos recebendo certificado de curso de informática, à direita. Ambas realizações pelo Instituto Yandê. ....	135
Figura 58: Show durante o Réveillon dos Milagres .....	139
Figura 59: Programação do Reveillon dos Milagres para 2007 .....	139
Figura 60: Placas de vendas espalhadas em vários trechos da Rota Ecológica.....	140
Figura 61: Esquema de territorialização turística .....	143

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Relação dos entrevistados que constam no escopo do trabalho .....	20
Quadro 2: Características dos estágios do ciclo de vida turístico.....	48
Quadro 3: Cenários da sustentabilidade .....	53
Quadro 4: Principais elementos do espectro de desenvolvimento sustentável.....	55
Quadro 5: Características associadas às pousadas.....	71
Quadro 6: Algumas atividades do APL Costa dos Corais em Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras. ....	81
Quadro 7: Sete praias valorizadas pelo turismo na Rota Ecológica – sentido sul-norte, a partir da fazenda morros, no litoral de Passo de Camaragibe. ....	97

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Pousadas da Rota Ecológica .....	68
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Amitus	Associação Milagrense de Turismo Sustentável
APA	Área de Proteção Ambiental
APL	Arranjo Produtivo Local
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CBTS	Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMbio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGDEMA	Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
LGA	Laboratório de Geoprocessamento Aplicado
LTTD	Laboratório de Território, Turismo e Desenvolvimento
MTur	Ministério do Turismo
ONGs	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIBIC	Programa Institucional de Iniciação Científica
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
Prodetur	Programa de Ações para o Desenvolvimento do Turismo
PTCC	Polo de Turismo Costa dos Corais
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Setrand	Secretaria de Transporte e Desenvolvimento Urbano
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TALC	Tourism Area Life Cycle
TJ	Tamo Junto
UCs	Unidades de Conservação
Ufal	Universidade Federal de Alagoas
UHs	Unidades Habitacionais
UNESCO	United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization
WWF	World Wide Fund for Nature

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1 – QUESTÕES SOBRE TURISMO E TERRITÓRIO</b> .....	23
1.1 A relação entre turismo e território, territorialidade e territorialização.....	23
1.2 Diversidade das ofertas de turismo.....	31
1.2.1 Eixo do turismo de massa.....	32
1.2.2 Eixo do turismo alternativo .....	38
1.2.3 Entre o turismo de massa e o alternativo: formas híbridas.....	43
1.3 Turismo sustentável: possibilidades e limitações.....	50
<b>CAPÍTULO 2 – CENÁRIOS DO TURISMO NO TERRITÓRIO DA ROTA ECOLÓGICA</b> .....	57
2.1 Do global ao local: dinâmica do turismo no litoral norte de Alagoas .....	57
2.2 A Rota Ecológica e suas pousadas: entre horizontalidades e verticalidades.....	66
2.3 Turismo de Pousadas e outras ofertas turísticas: Paralelos .....	79
<b>CAPÍTULO 3 – O TERRITÓRIO DA ROTA ECOLÓGICA ANTES DO TURISMO DE POUSADAS</b> .....	84
3.1 Territorialidades locais: Os municípios da Rota Ecológica.....	84
3.1.1 Um pouco de história.....	86
3.1.2 Aspectos naturais.....	90
3.1.3 Principais atividades socioeconômicas da Rota Ecológica .....	98
3.1.4 Povoados, sedes, área de praia: um panorama.....	102
3.1.5 Tradições culturais locais .....	109
<b>CAPÍTULO 4 – TERRITORIALIZAÇÃO TURÍSTICA DAS POUSADAS DA ROTA ECOLÓGICA: UM TURISMO HÍBRIDO</b> .....	113
4.1 Mudanças territoriais com base na percepção dos entrevistados .....	113
4.2 Quase-enclave turístico: uma possibilidade .....	141
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	146
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	150
<b>APÊNDICE A</b> .....	160

## INTRODUÇÃO

A palavra turismo quase sempre remete ao desejo e necessidade que os seres humanos têm de fugir da rotina, das coisas do seu cotidiano. Uma necessidade de usar o tempo livre para se deslocar para longe do lugar em que mora, se envolver com algo novo, viver novas experiências ou apenas para relaxar, uma busca que esteja de acordo com a vontade, gosto, intenção, distinta e variada, de cada indivíduo. O fato é que esse movimento de pessoas pelo mundo perpassa por um entrelaçado de relações econômicas, sociais, ambientais e culturais, relações essas que formam os territórios.

Atualmente, o turismo é considerado um dos setores mais globalizados da economia. O crescimento e a inovação tecnológica, a abertura relativa das fronteiras nacionais, a ampliação do setor de serviços, e tantas outras características do processo de globalização intensificaram práticas sociais que têm relação direta ou indireta com o turismo. Essas práticas estão relacionadas, dentre outras coisas, com a existência de facilidades para viajar, a disponibilidade de diversos destinos como opção de viagem, e uma ampliação dos serviços turísticos.

Beni (2004) salienta que a atividade turística possui uma série de componentes que estão interligados, formando um sistema. Assim, quando o turismo cresce em determinado país, estado ou região, ele dinamiza vários outros setores da economia ou sociedade (BARRETTO, 1995) – dentre os quais se encontram os que se seguem: comunicação, transporte, agricultura, comércio, segurança, hotelaria, bares, restaurantes, dentre outros setores – além de valorizar componentes culturais e naturais singulares de diversas comunidades, lugares ou regiões.

A iniciativa privada se destaca como a principal articuladora dos empreendimentos que servem ao turista, ficando em segundo lugar, frequentemente, a intervenção por parte do poder público (BRAMWELL, 1998). Assim, devido à grande abrangência das atividades que o forma, e à sua dinâmica socioespacial, o turismo é considerado como uma atividade capaz de transformar territórios (CRUZ, 2003).

Por isso, é preciso considerar que o território, conforme Haesbaert (2008), é resultado não somente de uma determinação político-econômica; ele é formado por todas as atividades socioeconômicas que incidem sobre um determinado lugar ou região, assim como pelas relações culturais e simbólicas estabelecidas em uma determinada sociedade. Tais determinações resultam do fato de o território ser um espaço socialmente construído (SANTOS, 2008). Portanto, qualquer atividade econômica que se insira em determinado

território, vai transformá-lo em seu aspecto físico, econômico, e sociocultural, podendo em alguns casos preservar o aspecto cultural, que mesmo assim, sofrerá as influências da nova atividade que será inserida no lugar ou região.

O uso do território pelo turismo está intimamente associado aos meios de hospedagens e serviços (hotéis, pousadas, *resorts*, bares, restaurantes etc.), equipamentos turísticos que têm o potencial de desencadear mudanças significativas no meio ambiente, no arranjo econômico e social pré-existente, e no território ou territórios correspondentes. As mudanças resultantes do turismo no território dos lugares envolvidos podem acarretar tanto efeitos positivos quanto negativos (RUSCHMANN, 2006; CORDEIRO *et al.*, 2011).

As atividades econômicas atuais, inseridas no processo de globalização, evoluem com grande rapidez e estão susceptíveis a novos modelos, novas criações e modismos (HOERNER, 2011; SINGER, 1973). O turismo, atividade que se insere nessa mesma lógica, na busca de se manter competitivo no mercado, não ficou imune a essa evolução, e passou por um aumento na quantidade e diversidade de ofertas turísticas desde o início do século XIX até os dias atuais.

As diversas possibilidades de ofertas turísticas distinguem-se em sua forma de territorialização, ou seja, na forma como se inserem no território alterando as características nele presentes. De maneira geral, estas possibilidades são vistas como diversas e distintas modalidades de turismo, que podem ser agrupadas em dois eixos teóricos: o Turismo de Massa e o Turismo Alternativo. A principal diferenciação no que diz respeito à forma de territorialização dos lugares referente a esses dois eixos, está ligada à escala espacial, infraestrutura e filosofia que orienta a organização da oferta. Além disso, cada tipo de turismo que pertença a um destes dois eixos vai territorializar os lugares de forma particular, devido também à especificidade de cada território habitado.

A princípio, a literatura mostra que o Turismo de Massa foi durante anos a forma de turismo predominante no mundo, englobando diversas maneiras de territorializar os lugares, mas normalmente negligenciando os interesses locais. O Turismo de Massa, em linhas gerais, é uma forma de turismo, que cria estruturas que possibilitam comportar um número elevado de turistas em determinados lugares ou regiões específicos. O crescimento dessa demanda de turistas ocorre principalmente por causa do barateamento das viagens proporcionado pelos serviços de pacotes turísticos. Logo, as estruturas criadas pelo e para o turismo de massa, requerem construções mais amplas nos territórios afetados. No universo do Turismo de Massa existem distintos tipos de turismo que territorializam os locais conforme a oferta que será imposta ao território, levando a mudanças significativas no meio ambiente e na comunidade

local. Dentre os tipos que expressam esse eixo de turismo, estão: os hotéis de redes nacionais ou internacionais; cidades turísticas planejadas; *resorts* que aparecem como enclaves, principalmente nas áreas litorâneas intertropicais.

Durante anos, esta forma de turismo convencional se consolidou em grande parte do mundo, como na costa espanhola e sul de Portugal. No caso do Brasil, por exemplo, especialmente na região Nordeste do país, as políticas de turismo instituídas pelo governo federal são um dos fatores responsáveis pela disseminação do Turismo de Massa na região, trazendo importantes redes nacionais e internacionais de hotéis e *resorts* com um discurso de desenvolvimento econômico. Todavia, conforme expõe Singer (1973), o desenvolvimento deve ir além do lucro. Ainda que gere emprego e renda, a atividade deveria respeitar a identidade cultural e físico-ambiental preexistente nas comunidades locais.

Entretanto, em muitas partes do mundo o turismo de massa acarretou sérios problemas sociais, ambientais e culturais. Na dimensão ambiental, alguns ecossistemas foram degradados de maneira irreversível, devido à intensa visitação em áreas sensíveis. No âmbito sociocultural, em muitos casos, o conjunto de possibilidades que o destino turístico coloca à disposição dos visitantes no turismo de massa normalmente despreza os valores culturais locais, inserindo aspectos que não pertencem aos autóctones (KRIPPENDORF, 2009). Na dimensão econômica, apesar de o turismo criar ofertas de emprego, o lucro dos empreendimentos raramente é direcionado para benefício da comunidade local. Assim, os tipos convencionais do turismo de massa foram sendo criticados, principalmente com relação aos seus impactos sobre as territorialidades preexistentes nos territórios. No entanto, por muito tempo se negligenciou tais conseqüências negativas causadas pelo turismo de massa.

Importantes contribuições aos estudos do turismo surgiram com o lançamento de dois livros já considerados clássicos: “Sociologia do turismo” de Jost Krippendorf (2009) e “O olhar do turista” de John Urry (1990). Ambos apontam caminhos mais responsáveis para o turismo na busca de alinhar a necessidade da oferta com a necessidade das populações dos locais nos quais o turismo irá se inserir. No contexto do urbanismo, alguns estudos revelam a preocupação com a infraestrutura turística. Por exemplo, Paiva (2011) e Luchiari (2005) destacam que, em muitos casos, o motivo da viagem turística é a qualificação arquitetônica e urbana oferecida. A preocupação é quando a qualidade arquitetônica da oferta despreza consideravelmente as outras territorialidades anteriormente construídas, assim como o patrimônio arquitetônico dos lugares, como é o caso, por exemplo, da arquitetura vernácula.

Assim, abarcado por estas críticas e pela busca de novos nichos de mercado, muitos agentes que promovem o turismo procuraram novos horizontes, buscando encontrar soluções

para os impasses criados e para manter a atividade competitiva no mercado. Em um processo simultâneo, novas áreas de ambientes naturais foram sendo englobadas pela atividade (como cavernas, cachoeiras, montanhas etc.), ao mesmo tempo em que os usos destes territórios possuíam uma nova conduta no oferecimento do serviço, buscando formas menos agressivas de territorialização. É assim que começa a emergir o eixo de Turismo Alternativo, que coincide com um processo mais amplo de revalorização da natureza, sobretudo a partir do início da década de 1990 (SANTOS, 2006), como resultado do avanço em todo o mundo na discussão dos problemas ambientais. Essa mudança, no caso do turismo, relaciona-se, por exemplo, ao tipo de oferta, infraestrutura e escala espacial, caracterizando o turismo alternativo, o qual se apresenta como oposto ao Turismo de Massa, tanto na sua configuração quanto nos seus impactos. O tamanho de construção dos empreendimentos é normalmente de menor escala espacial e, portanto, a capacidade de visitação é mais controlada, com um menor número de visitantes do que no Turismo de Massa.

Este fato possui também uma estreita ligação com a disseminação da consciência ambiental divulgada constantemente pela mídia, e discutida com mais frequência entre os governos dos países, e nas reuniões das Organizações das Nações Unidas (ONU). Além disso, o número de Organizações Não-Governamentais (ONGs) que lutam pelo uso sustentável da natureza e preservação da biodiversidade, tem crescido consideravelmente. Por isso, com base nessa visão, o turismo, assim como outras atividades econômicas, vem procurando inserir o discurso sustentável nas suas práticas, e, em muitos casos, alterando significativamente o próprio fazer turístico.

No universo do Turismo Alternativo, existem também distintas modalidades de turismo, a saber: ecoturismo, turismo comunitário, turismo rural, turismo de aventura, *slow tourism*, turismo situado, dentre outros. Cada um desses segmentos apresenta formas particulares de territorialização, mas também apresentam diversos níveis de sobreposições, como resultado de serem todos considerados alternativos. Normalmente, as diversas modalidades que se incluem neste eixo de turismo estabelecem relações mais sinérgicas com o contexto econômico, social e cultural dos territórios em que se inserem.

É nesse contexto amplo, que é possível observar que a dinâmica do turismo atual levou ao surgimento de distintas e diversas modalidades de turismo que territorializam de forma particular, diferentes lugares do mundo. No âmbito abrangente dessa discussão, destacamos as várias formas de territorialização do turismo, como o enfoque geral desta pesquisa, para delimitar o círculo de discussão, com o intuito de aprofundar o assunto e dar mais consistência ao estudo. A preocupação principal com esta temática é que visivelmente

algumas formas de territorialização turística acarretaram efeitos extremamente negativos nos locais onde se inserem. Em contrapartida, outras modalidades de turismo demonstram forte interesse na preservação dos componentes, usos e interesses preexistentes nos territórios nos quais se inserem.

Para os fins deste trabalho, chamamos atenção para o litoral Nordeste do Brasil, que vem sendo territorializado em sua grande parte por modalidades de turismo que pertencem ao eixo de Turismo de Massa. No litoral Norte do estado de Alagoas, por exemplo, predominam as ofertas turísticas em redes de hotéis e alguns *resorts*. Entretanto, em pesquisas anteriores<sup>1</sup> que influenciaram a formulação deste trabalho, verificou-se que em três dos municípios do litoral Norte de Alagoas, emerge uma oferta de turismo diferenciada na região, proporcionada por tipos específicos de pousadas, em um trecho conhecido localmente como Rota Ecológica. Este trecho, juntamente com as pousadas que nele estão instaladas, é o recorte da pesquisa. As pousadas da Rota Ecológica expressam-se na forma de Turismo Alternativo. São 13 pousadas, que se situam principalmente em partes não urbanizadas de praias dos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, ao longo de um trecho do litoral Norte Alagoano que tem aproximadamente 23 km lineares de extensão.

O estudo parte do pressuposto de que, ao se inserirem no lugar, as pousadas modificam de alguma forma o cotidiano dos residentes, o que vai implicar em mudanças nos usos dos territórios da Rota Ecológica, constituindo-se por si só mais um novo tipo de territorialidade na área estudada. Outro pressuposto do estudo é que as pessoas que residem na região desde antes do início da implantação dessas pousadas têm a capacidade de perceber as mudanças que as pousadas e o turismo a elas associados trouxeram para o território, ou seja, elas desenvolveram ao longo do tempo uma “percepção geográfica” (XAVIER, 2007) sobre a inserção dessas pousadas localmente.

Questiona-se, sobretudo, como essas pousadas interagem com a população nativa da Rota Ecológica; o que estas pousadas trouxeram de novo para o local; de que forma elas interferiram nas atividades anteriores à sua chegada; como usam os componentes naturais e culturais presentes nos povoados e áreas de praia locais. Diante dessas indagações, este trabalho tem como objetivo geral compreender o tipo de territorialização turística que foi desencadeada pelas pousadas da Rota Ecológica, com base na percepção de pessoas do lugar.

---

<sup>1</sup> Estudo relacionado ao tema foi realizado pela mestranda no Projeto de Iniciação Científica – PIBIC no Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA da Universidade Federal de Alagoas, pelo Laboratório de Território Turismo e Desenvolvimento - LTTD.

Os questionamentos acima, bem como o objetivo geral, resultaram em parte de uma pesquisa de Iniciação Científica que estudou a gestão ambiental do turismo nos municípios que formam a Rota Ecológica. Assim, previamente, por meios de dados secundários, já se sabia que em relação ao projeto arquitetônico, estas pousadas apresentam um baixo percentual de construção do terreno; possuem poucos bangalôs, chalés ou quartos; normalmente não possuem extensos muros de alvenaria; e ofertam um ambiente luxuoso, confortável e convidativo. Todas elas apresentam certo grau de requinte, expresso em cada forma decorativa, que comporta, dentre outras sofisticações o charme<sup>2</sup>, o estilo e o conforto. Outro aspecto que já se conhecia, era que os empreendedores destas pousadas valorizam o mercado interno, incentivam o artesanato local e oferecem oportunidade de emprego para os residentes (CARVALHO, 2014; SILVA, 2013). São características que mostram formas mais sinérgicas de relações entre turismo e território.

Além disso, com base no trabalho de Iniciação Científica, notava-se que estas pousadas são orientadas por um uso seletivo do território. Por exemplo, os lugares escolhidos para implantação eram áreas bem preservadas que foram ocupados seletivamente em função de interesses particulares dos pousadeiros. Além disso, os donos destes empreendimentos não são originários do lugar, inclusive com proprietários de nove pousadas sendo de origem estrangeira. Outro aspecto é que obviamente as pousadas em questão exercem uma atividade econômica de cunho capitalista direcionada à obtenção de lucro, direcionando a oferta a um público alvo de alto poder aquisitivo. Estas últimas características também estão presentes no modelo de *resort* que pertence ao eixo do Turismo de Massa. Assim sendo, as pousadas da Rota Ecológica parecem se situar – em relação ao processo de territorialização – entre o turismo de base comunitária e o turismo de massa; apresentando certo hibridismo no modo como territorializam o lugar. Foram estas os principais aspectos que guiaram a formulação da hipótese de pesquisa, assim como despertaram o interesse de analisar de que forma essas questões realmente se manifestavam no território em questão.

Com base na contextualização acima exposta e na literatura examinada, a hipótese que norteia este estudo é que as pousadas da Rota Ecológica são quase-enclaves, isto é, são empreendimentos turísticos de proprietários externos à região, com uma orientação mercadológica voltada para pessoas de alto poder aquisitivo, mas que ao mesmo tempo são pousadas de relativamente pequeno porte e possuem certo grau de valorização da comunidade

---

<sup>2</sup> No que se refere a estas pousadas, o termo Charme, está sendo utilizado para caracterizar ambientes que sejam encantadores, sedutores, onde o bom gosto caminha junto com conforto, dobrando a atenção aos detalhes, sendo prestativo quanto ao atendimento ao cliente e uma série de fatores que confere um caráter genuíno ao ambiente (ROTEIROS DE CHARME, 2014, s.p.).

local, estabelecendo sinergias e conexões horizontais com o território preexistente. Logo, essas pousadas apresentam características turísticas híbridas, pois ora pertencem a modalidades do turismo de massa, como os *resorts*, e ora pertencem a modalidades do turismo alternativo, como o turismo de base local.

Apesar da noção de quase-enclaves ser um termo que não é desconhecido no campo das ciências sociais e humanas (ROCHA, 2013), trata-se de uma proposição teórico-conceitual que parece estar ausente na literatura do campo disciplinar do turismo. Portanto, trata-se de um tema de interesse para se colocar em discussão na busca de novos entendimentos sobre as dinâmicas dos espaços habitados, neste caso, sob a influência de processos de urbanização turística (LUCHIARI, 2005) que têm reorganizado territórios litorâneos na região Nordeste do Brasil (CRUZ, 2002; YÁZIGY, 1999).

Metodologicamente, a construção deste estudo teve por base uma estratégia indutivo-dedutiva, mantendo uma dialética entre teoria e empiria, ou seja, foi construída com base em diversas visitas à área de estudo, sempre cotejando os dados colhidos em trabalho de campo com a literatura pertinente.

Com a finalidade de alcançar o objetivo proposto, e testar a hipótese adotada, os procedimentos metodológicos incluíram uma revisão de literatura, que busca entender em profundidade os conceitos que orientam a investigação, principalmente as noções de território, turismo de massa e turismo alternativo. As fontes incluem livros, artigos de periódicos e anais de eventos, dissertações e teses que tenham relação direta com o tema e objetivo do estudo, para que a pesquisa ganhe a necessária consistência teórica e seja atual. Dessa forma, buscou-se desenvolver um referencial teórico que permitisse analisar a territorialização do turismo das pousadas da Rota Ecológica, incluindo também exame da percepção de residentes na região antecedentes ao início da chegada das pousadas.

Foram realizadas 10 visitas de campo à região da Rota Ecológica com o objetivo de coletar dados empíricos, através de registro fotográfico, realização de entrevistas exploratórias e semiestruturadas, e realização de observação direta. Complementarmente, foram analisadas imagens remotas do Google Earth. No conjunto, com os dados coletados se buscou compreender os usos do território da área da Rota Ecológica antes da chegada do turismo, compreender mudanças territoriais causadas pelo turismo das pousadas, e como os entrevistados percebem essas mudanças.

As entrevistas semiestruturadas (Apêndice A) buscaram entender as implicações da territorialização do turismo das pousadas para as territorialidades preexistentes, principalmente com base na percepção dos residentes antigos da área. Neste ponto, entende-se

que os territórios são também construídos por vivências cotidianas permeadas por memórias e relações afetivas. Para resgatar tais vivências, a elaboração do roteiro de entrevista se pautou na percepção geográfica, a qual se refere à capacidade que o indivíduo tem de perceber o que acontece ao seu redor, e se vê também como ator de todo o processo (XAVIER, 2007). Kaufmann (2013, p.115) complementa que “[...] a posição do informante influi fortemente na percepção que ele pode vir a ter de seu ambiente”. Assim, as entrevistas foram aplicadas com representantes de associações da sociedade civil; indivíduos detentores de informações pertinentes ao objetivo do estudo, e organizações não-governamentais (ONGs) que têm algum tipo de relação com os usos do território, a fim de se colherem dados que, na visão dos entrevistados, possam favorecer uma análise sobre qual é o tipo de territorialização que as pousadas em questão desencadearam na Rota Ecológica. Escolheu-se também pessoas que morassem há muito tempo no território, que tivessem idade suficiente para lembrar do território preexistente à chegada das pousadas. Foram entrevistadas, no total, 12 pessoas. Ao se atingir esse número de entrevistados se constatou que não estavam aparecendo dados novos, já se tendo, portanto, atingido redundância para o exame da questão de pesquisa.

As entrevistas, que foram gravadas e transcritas, tiveram aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Alagoas (Ufal)/Plataforma Brasil. Assim, com respeito à ética na pesquisa de campo, manteve-se o sigilo da identidade dos participantes. No texto, as falas dos entrevistados são representadas pela letra ‘E’ e uma numeração, para substituir os nomes dos participantes (Quadro 1).

**Quadro 1** Relação dos entrevistados que constam no escopo do trabalho

<b>Representação</b>	<b>Residência (município)</b>	<b>Ocupação</b>
<b>E1</b>	Passo de Camaragibe	Pescador
<b>E2</b>	São Miguel dos Milagres	Trabalha na Associação dos Jangadeiros
<b>E3</b>	São Miguel dos Milagres	Marisqueira
<b>E4</b>	Porto de Pedras	Trabalha com associação de artesanato local: Associação astro e lua
<b>E5</b>	Porto de Pedras	Pescador e dono de uma Peixaria
<b>E6</b>	Porto de Pedras	Bugueiro
<b>E7</b>	São Miguel dos Milagres	Trabalha na Amitus
<b>E8</b>	São Miguel dos Milagres	Tirava coco e trabalha num posto de gasolina
<b>E9</b>	Porto de Pedras	Dono de um bar, já foi representante político local
<b>E10</b>	São Miguel dos Milagres	Dono de uma pequena pousada. Integrante da Amitus
<b>E11</b>	São Miguel dos Milagres	Professor e radialista
<b>E12</b>	São Miguel dos Milagres	Professor

Fonte: Acervo pessoal, 2015, 2016.

O início do recorte temporal do estudo remonta à segunda metade da década de 1990, quando a primeira pousada de interesse para o estudo foi construída (Coté Sud) e se estende até a conclusão das entrevistas, em Junho de 2016. Especificamente, o trabalho diz respeito às modificações que ocorreram no território em questão, comparando-se como ele era na época da chegada da primeira pousada, com as características atuais. Portanto, a pesquisa não dá ênfase ao processo de evolução do destino, o que estaria além do objetivo deste estudo, mas na forma de territorialização que o turismo das pousadas adquiriu com o tempo.

O recorte espacial do trabalho está circunscrito aos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, mais especificamente ao trecho litorâneo que se estende da foz do rio Camaragibe à foz do rio Manguaba, englobando os povoados e demais áreas urbanas localizadas entre a praia e as encostas da área.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma revisão de literatura, buscando, dentre outros objetivos, construir um referencial teórico em torno do conceito de território, como categoria teórica fundamental da dissertação. De forma complementar, para a construção da abordagem teórica escolhida, são trabalhados também os conceitos turismo de massa e de turismo alternativo, com suas distintas formas de territorializar os lugares. Estas construções teóricas são também utilizadas a fim de fortalecer a hipótese formulada, que serve como fio condutor desta análise sobre a Rota Ecológica.

O segundo capítulo apresenta uma contextualização do turismo trazendo três cenários turísticos que se desenrolam no litoral norte alagoano. O primeiro é a caracterização do turismo no litoral norte de Alagoas, para apresentar o contexto amplo no qual a pesquisa está inserida; o segundo traz uma caracterização do recorte espaço-temporal deste estudo, envolvendo o trecho da costa norte alagoana conhecido localmente como Rota Ecológica, formado por 13 pousadas; e o terceiro cenário apresenta características de ofertas turísticas desenvolvidas localmente. Por ser um estudo teórico-empírico sobre um território específico, este capítulo já conta com parte das pesquisas realizadas em campo, que também foi relativamente influenciado pela pesquisa de Iniciação Científica já mencionada.

O terceiro capítulo apresenta o contexto mais geral dos municípios, com relação às características territoriais preexistentes à chegada das pousadas em estudo. São apresentadas formas de vivências sociais, econômicas e culturais locais. Assim como aspectos físico-naturais, os quais, servem tanto como recurso para quem reside no lugar quanto como atrativos para os turistas.

Por fim, o quarto capítulo apresenta principalmente os resultados das entrevistas semiestruturadas. Os dados foram analisados à luz do referencial teórico escolhido e

discutidos com base no conhecimento do campo interdisciplinar pertinente ao estudo disponível na literatura. Em última instância, neste capítulo se buscou elucidar a hipótese adotada, bem como buscou identificar outras questões relacionadas às pousadas da Rota Ecológica que possam encorajar futuros estudos. Por exemplo, foi proposto um “modelo de territorialização turística” de meios de hospedagem alternativos, como o caso das pousadas investigadas, que tem como base a literatura do campo de estudo e os resultados deste estudo.

## CAPÍTULO 1 QUESTÕES SOBRE TURISMO E TERRITÓRIO

Este capítulo aborda questões teóricas que têm relação direta com o tema desta dissertação. Primeiramente, faz-se uma discussão sobre o termo Território, categoria fundamental que rege este trabalho. São também conceituados territorialidade e territorialização, termos que dialogam sobre as formas de vivências humanas nos territórios e a sua capacidade mutável, sempre intercalando o assunto com as práticas da atividade turística.

Posteriormente, discute-se a diversidade de ofertas turísticas e sua capacidade de modificar o arranjo sociocultural, econômico e físico-natural preexistente nos territórios que se inserem. Nesta parte são apresentadas algumas características de termos essenciais envolvidos no trabalho como: turismo de massa, turismo alternativo e formas de territorialização turísticas híbridas.

Por fim, são apresentadas algumas críticas sobre as possibilidades e limitações do turismo sustentável, com o intuito de posicionar a dissertação sob um olhar mais responsável das práticas turísticas. Esta conduta permite pensar formas mais brandas da atividade turística com relação aos lugares habitados.

Monta-se neste capítulo as bases conceituais do estudo para que nos capítulos seguintes, possa-se entrar no universo da Rota Ecológica e suas pousadas, objeto de pesquisa.

### 1.1 A relação entre turismo e território, territorialidade e territorialização

O turismo é formado por um conjunto de atividades que consomem espaço e (re)organizam territórios (CRUZ, 2002). A principal razão para isso é que normalmente o patrimônio ambiental de um território forma a base de recursos potenciais que desperta o interesse daqueles que promovem a atividade, seja o governo ou a iniciativa privada. Mas a relação entre turismo e território vai mais além do aspecto ambiental. Perpassa por um entrelaçado de relações econômicas, sociais e culturais, preexistentes nos lugares em que o turismo se insere.

É preciso compreender, primeiramente, que o **território** é composto não apenas por ambientes físicos, mas também é constituído pelos agentes antrópicos que o usam e, em parte, o habitam, incluindo inclusive uma dimensão simbólica (SANTOS, 2008; HAESBAERT,

2008). Logo, o turismo abarca essas duas dimensões (áreas físicas naturais e os seres humanos e sua cultura) e assim, ao se apropriar de uma determinada porção do território, é capaz de (re)organizá-lo. Cruz (2002) argumenta que esta (re)organização diz respeito à capacidade que o turismo tem de criar e recriar imagens de um determinado lugar, ressaltando, ainda, que as mudanças desencadeadas pelo turismo em um território ocorrerão em nível econômico, social, cultural, paisagístico e ambiental.

Utilizando-se dos conhecimentos da Geografia, que, dentre outros tipos de estudos, se preocupa com a análise da dinâmica de apropriação do espaço natural pelo ser humano, pode-se ampliar a discussão sobre os elementos que compõem o território, de tal forma que se possa entender as diferentes formas pelas quais o turismo se territorializa e suas consequências. Como ponto de partida, dizemos com Moraes (2005) que o território é a parte concreta do espaço, ou seja, é a empiricização do espaço, entendendo que o espaço é compreendido como um conjunto abstrato de relações sociais relativas aos usos que as sociedades fazem da sua base de recursos, que se desenvolveram no passado e que acontecem no presente (SANTOS, 2008).

Neste sentido, “[...] o espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem” (MORAES *apud* CORDEIRO *et al.*, 2011, p. 4). O espaço encontra-se de alguma forma no campo da representação, enquanto que o território é a materialização das relações sociais ao longo da história. É no espaço que vão se constituir os territórios e são os territórios que produzem o espaço. É por isso que muitos autores defendem que não é possível dissociar a relação entre território e espaço (SANTOS, 2004). De fato, há uma relação dialética entre os dois.

São, sobretudo, as práticas sociais somadas às áreas físicas geográficas que vão revelar um território. Em outras palavras:

Trata-se, portanto, não mais de descrever e caracterizar um território, tomando-o como um acidente geográfico da superfície da Terra, mas de captar uma articulação de processos sociais que resultaram em intervenções humanas nos lugares e na criação de materialidades e ordenamentos no espaço terrestre (MORAES, 2005, p.52-53).

O território que, a princípio, era visto apenas como demarcação de fronteiras (KELLY, 2010), expressa também processos sociais que o formam: os usos e as relações de poder. Quando falamos dos usos do território, estamos abrangendo uma variedade de práticas sociais,

englobando cultura e economia. Os usos do território levam em consideração os seus diversos atores e as múltiplas relações entre si (CORRÊIA, 2003). Cruz (2002) afirma que o uso dos territórios pelo turismo envolve o consumo de um conjunto indissociável de bens e serviços que compõe o fazer turístico, isto é, o ato de praticar turismo e tudo aquilo que essa prática envolve, em termos de objetos e ações. De forma semelhante, Rodrigues (1996, p. 55-62) “[...] entende o turismo como sendo uma atividade que valoriza uma determinada paisagem e que produz um espaço, onde há uma apropriação direta e/ou indireta do território, até mesmo quando não ocorre nenhuma transformação no território”.

Quanto às relações de poder que se dão nos territórios, pode-se dizer que elas abarcam tanto uma dimensão concreta (funcional) como abstrata (simbólica), partindo-se do pressuposto de que toda relação social é uma relação de poder que se manifesta no espaço (SANTOS, 2008). Segundo Haesbaert,

O território, assim, em qualquer acepção tem a ver com poder, mas não apenas o poder tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (2008, p. 20).

Tal perspectiva mostra que a realidade é construída, tanto numa perspectiva material quanto no mundo das representações. Haesbaert (2008) ressalta que todo território tem uma carga simbólica, ainda que seja pouco expressiva. No caso do turismo, as manifestações simbólicas são muito frequentes (CORIOLANO, 2006). A cultura, por exemplo, que é uma dimensão importante do turismo, seja ela na forma material (arquitetônica, comidas típicas etc.) ou imaterial (música, atores, modos de vida etc.), é responsável por parte significativa da imagem de um território (COELHO, 2008). Muitas ofertas de turismo utilizam-se da cultura amplamente como parte da experiência de um lugar que é disponibilizada aos visitantes, sendo, portanto, parte da razão de ser do próprio turismo.

Outro ponto a se considerar é que o território é funcional, ou seja, ele é visto como um recurso para um determinado fim (SANTOS, 2008). Os agentes responsáveis pelo desenvolvimento do turismo buscam usufruir de territórios que possuam as condições necessárias para neles reproduzirem seus interesses, sendo, de certa forma, utilizados como uma fonte de recursos dos mais variados tipos, tais como, naturais, sociais e culturais (CORDEIRO *et al.*, 2011). Por exemplo, no litoral do Nordeste brasileiro, o clima e a riqueza de ecossistemas são fatores relevantes para a difusão da atividade turística nessa área do país. É possível observar alguns municípios no estado de Alagoas, que aparecem como destinos

turísticos num estágio inicial de exploração e depois, ao passo que se torna cada vez mais conhecido, eleva-se o número de visitantes, e logo o território é submetido a um acelerado processo de urbanização, crescendo a demanda por infraestrutura turística e de apoio para atender à crescente visitação. Outro exemplo é o caso de territórios que se tornam localidades turísticas “[...] criadas a partir de projetos urbano-turísticos planejados, como é o caso de Cancún (México) ou de Las Vegas (Estados Unidos)” (CRUZ, 2003, p. 16-17), na forma de *resorts*, ou seja, enclaves turísticos.

Cabe ainda ressaltar que o território é também uma materialidade que sofre um processo contínuo de transformação, onde ora se destrói ora se constrói, sempre estando suscetível a transformações futuras. “A constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo em movimento” (MORAES, 2005, p.45). Por isso, uma vez que o turismo engloba o espaço físico e os agentes antrópicos que o habitam, transformando-o para atingir seus interesses, é considerado um processo contínuo de práticas de consumo, produção e transformação dos territórios.

Com base nesse entendimento defende-se que é na natureza que o homem, diante de suas relações sociais e práticas cotidianas, desenvolve suas **territorialidades** (MORAES, 2005), efetivando seu controle sobre o território. De acordo com Porto Gonçalves (2006), este conceito está associado aos usos no território. Cada território é composto por práticas particulares, pelo cotidiano das pessoas que ali residem e que transformam e são transformadas pelas relações que ali constituem.

Formam-se territorialidades que ora se sobrepõem ora se interpõem no território, pois estão em constante dinâmica (RODRIGUES, 2006). Portanto, “[...] as territorialidades vão além do espaço ocupado, territorializado, pois representam também as identidades geradas em função das transformações espaciais ocorridas” (LOBO; MORETTI, 2008, p. 48). A esse respeito Haesbaert (2008, p.21) complementa que

[...] a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

Para o turismo, a compreensão das territorialidades é de grande importância, pois o turismo pode em determinados casos se impor às territorialidades existentes, ou adaptá-las à sua lógica. Nessa mesma linha de raciocínio, Coriolano (2006, p. 62) explica que “[...] o

turismo como atividade local e global seleciona lugares, produz territorialidades, adaptando-se ou substituindo outras atividades econômicas com distintos modos de produzir”. Por isso, não se pode deixar de mencionar também que o próprio turismo ao se inserir em um determinado local promove suas territorialidades. Frequentemente, “[...] a territorialidade turística é gerada sobre a influência e lógica do mercado. A natureza intocada é transformada em produto cobiçado, a partir do momento em que sua potencialidade de atração passa a ser encarada como mercadoria [...]” (LOBO; MORETTI, 2008, p. 48).

Chega-se ao entendimento de que normalmente existem múltiplos territórios operando em uma mesma área ou região; são as multiterritorialidades. O significado da multiterritorialidade está em englobar vários territórios ao mesmo tempo, os quais o homem é capaz de habitar e produzir (HAESBAERT, 2008, p. 28). Portanto, distintas representações da ocupação do espaço pelo turismo coexistem pelo entrecruzamento de diferentes territórios (HAESBAERT, 2008).

Em linhas gerais, todas as práticas envolvidas na atividade turística, levam a um dinâmico processo de territorialização dos lugares (RODRIGUES, 2006). O conceito de **territorialização**, de forma genérica, é definido por Kelly (2010, p. 732) como “[...] o ato de afirmar e demarcar o controle sobre um determinado espaço geográfico, o que implica um controle das pessoas, recursos naturais, e das relações entre eles dentro dessa área”<sup>3</sup>. Com base em Rafesttin (1993), complementa-se que a territorialização é encarada como um processo, e este processo, que não é padronizado, assume diferentes formas de exercer o controle e delimitação de porções do espaço, ou seja, devido às especificidades de cada ação dos seres sociais, existem diferentes maneiras de territorializar.

No caso do turismo, o espaço vai sendo reorganizado devido aos novos objetos, impostos ao território, levando a um novo uso desse território, requalificando-o. Esse uso conduz à passagem de um território sem turismo a um território com turismo ou turístico, em um processo produzido pelos turistas e reorganizado pelos operadores turísticos (iniciativa privada e o poder público), que se utilizam de um planejamento referente não apenas ao meio ambiente, mas também à cultura do local (KNAFOU, 1999) e podem atuar nos níveis nacional, estadual/regional e local.

O conceito de territorialização do turismo está também ligado com o processo de turistificação. A turistificação, de acordo com Knafou (1996), envolve a criação e

---

<sup>3</sup> Tradução própria: “Territorialization, which is recognized as asserting and demarcating control over a particular geographic space, entails the control of the people, natural resources, and relationships between them within that area”.

implementação de projetos turísticos, a criação de infraestrutura, e o apoio à atividade turística nos territórios nos quais o turismo já penetrou, ou em lugares com potencialidades para o desenvolvimento da atividade.

A veracidade das ações transformadoras revela-se na paisagem, pois “[...] toda paisagem que reflete uma porção do espaço ostenta as marcas de um passado mais ou menos remoto, apagado ou modificado de maneira desigual, mas sempre presente” (DOLFFUS, 1982, p. 11). Ou seja, além dos novos objetos que são introduzidos no território pelo turismo, também há os demais objetos, estes relacionados a outras atividades humanas, mas que são frequentemente, pelo menos em parte, aproveitados pelo turismo para a sua realização.

Acrescenta-se também que, por meio do processo de territorialização do espaço, o homem causa modificações na paisagem natural transformando em artificial, ou seja, a paisagem natural transformada pelo homem (SANTOS, 2008). Por outro lado, o mesmo autor considera paisagem natural como:

[...] aquela ainda não mudada pelo esforço humano. Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele é, todavia, objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas. Tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo, desse modo, social (SANTOS, 2008, p. 71).

Todavia, “[...] a modificação da paisagem nem sempre se faz no sentido de uma deterioração do meio natural. Essa modificação também pode constituir uma transição, uma passagem para as paisagens organizadas” (DOLFFUS, 1982, p. 32). Esse pode ser também o caso das paisagens que evoluem sob a influência das atividades turísticas. Em certos casos, os agentes públicos e privados da turistificação buscam criar estratégias orientadas à conservação dos aspectos naturais das destinações ou atrativos turísticos, por entenderem que a natureza é um dos pilares essenciais do acontecer turístico.

As paisagens organizadas são entendidas, de acordo com o autor acima, como o resultado de uma ação meditada, combinada e contínua do ser humano sobre o espaço. Assim, gradativamente, ou, às vezes de forma rápida, as áreas de natureza preservada se tornam humanizadas. Nesse sentido, e com base em Tuan (1983, p. 151), se entende que “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”.

Levando-se em consideração a expansão que o turismo vem experimentando pelo mundo, é entendimento acadêmico corrente que o turismo é uma atividade econômica que vem territorializando os espaços com base na lógica do mundo globalizado. Ou seja, ao consumir, produzir ou exercer um controle sobre o espaço, muitas vezes, as práticas turísticas

estão subordinadas aos atores hegemônicos do capital global (BENI, 2004). É nesse momento que o turista “[...] esbarra na ganância das organizações econômicas [...] e na negligência do Estado, que não exerce a função reguladora que lhe cabe ao sistema turístico” (KRIPPENDORF 2009, p. 19), pois um turismo assim desenvolvido pode negligenciar determinados interesses dos visitantes – e, o que é de grande relevância – também para os residentes das comunidades receptoras. O interesse dos investimentos turísticos voltados ao turismo de massa, por exemplo, é puramente comercial, o que normalmente desencadeia um consumo desenfreado dos lugares, pelo qual a finalidade é o aumento do lucro das grandes organizações empresariais, comumente à custa dos interesses das populações autóctones.

Resultante da busca pela realização desses interesses externos aos lugares explorados, destaca-se a especulação do espaço para investimentos turísticos visando criar condições para receber e “encantar” o turista, por vezes, desconsiderando que este mesmo espaço é consumido por pessoas que nele moram e trabalham (KRIPPENDORF, 2009). Afinal, um território antes de se tornar turístico, já possui territorialidades organizadas pelas comunidades e suas práticas cotidianas (RODRIGUES, 2006).

Posicionamento semelhante é demonstrado por Knafou (1999, p. 62) quando argumenta que a atividade turística vem se destacando como um campo de pesquisa dominado pela visão econômica.

Existe [...] uma [...] visão diferente de produção de idéias prontas a propósito do turismo: ela resulta da situação comum, de domínio da pesquisa no campo do turismo, por interesses econômicos que concorrem para ver neste fenômeno somente sua face mercante e governada pela empresa turística (operadores de turismo, transportadoras hoteleiras, donos de restaurantes etc.).

O mesmo autor avança ainda mais a discussão desta questão quando expressa que “[...] certos estudos sobre o turismo chegam mesmo a ignorar os turistas e suas práticas” (KNAFOU, 1999, p. 62), permitindo reforçar a ideia expressa anteriormente segunda a qual o interesse por detrás das atividades turísticas, predominantemente do turismo de massa, é o lucro, negligenciando em maior ou menor grau outros interesses legítimos. Entretanto, tipos alternativos de turismo têm representado de alguma forma exceção a essa lógica, como será discutido mais adiante neste capítulo.

Diante desse contexto, destaca-se o capitalismo como o principal motor desta visão econômica predominante e hegemônica no mundo do turismo. Conforme Singer (1973) atividades econômicas capitalistas tomam o espaço como uma mercadoria, em um processo de exploração comercial. Cria-se uma relação de dominação da atividade sobre o território, ao

invés da simples apropriação. Ou seja, além de usar (se apropriar) os componentes do território, algumas atividades econômicas capitalistas vão deter o domínio, o controle do território. De acordo com Harvey (2005), a relação de dominação da natureza, através do trabalho que gera a dinâmica da acumulação do capital, faz com que a relação cultural-simbólica de apropriação do território seja sufocada pela dominação político-econômica. Esta situação, no caso do turismo, frequentemente faz com que a turistificação dos lugares destitua as comunidades de importantes relações previamente existentes localmente com base em outras atividades socioeconômicas.

A iniciativa de determinadas atividades turísticas tende a transformar os territórios de acordo com seus interesses, pois, muitas delas, são realizadas de forma isolada e precipitada – na busca de resultados a curto prazo – de tal modo que terminam acarretando grandes transformações em pouco tempo nos lugares onde o turismo se insere. Para Netto (2010) estas transformações repentinas podem fazer emergir conflitos entre os empresários e os moradores, com relação ao modo de vida anterior a chegada desses empreendimentos. Além disso, servindo as exigências das multinacionais o chamado território turístico, prioriza, com efeito, os fluxos de turistas que transitam no local, agregando tecnologias aos novos padrões internacionais, muitas vezes descaracterizando todo o cotidiano das populações nativas (RODRIGUES, 2006; MONIÉ, VIDAL, 2006).

Contudo, é preciso pensar a relação entre turismo e território, territorialidade e territorialização sob a premissa básica de que não existe atividade humana que não interfira de alguma forma nos lugares e ambientes explorados. Na realidade, seria impossível existir sociedades como elas são hoje, sem que houvesse determinadas transformações na natureza e, posteriormente, no próprio espaço criado pelo homem. Outro ponto a considerar é que as modificações provocadas pelo turismo nem sempre se dão de forma negativa. Algumas práticas turísticas podem ajudar a recuperar ambientes que já foram degradados anteriormente, inclusive pelo próprio turismo. Muitos autores quando exploram os efeitos negativos da atividade turística, não estão sugerindo que causar danos no território é um objetivo da atividade. Pelo contrário, sabe-se que áreas naturais e culturas distintas são o objeto de consumo principal da atividade. O que se pode concluir é que é a forma como a infraestrutura vai ser implantada, assim como os equipamentos turísticos e serviços de apoio, o que gera preocupação.

Assim, o deslocamento social do sujeito turista e, em última instância, a sua inserção ou imersão nos lugares visitados, geram imbricações sociais, econômicas e territoriais que são construídas ao longo dos anos, e que estão em constante mutação. Esse processo dinâmico de

mudanças desencadeado e às vezes dirigido pelo turismo, desencadeia inúmeras formas de se fazer turismo. E estas formas, por sua vez, desencadeiam processos particulares de territorialização, que se materializam variando de uma forma mais densa a formas menos densas sobre as territorialidades presentes em um determinado território. É, portanto, a elucidação desses diferentes processos de turistificação que merecem a atenção dos estudiosos e pesquisadores, na intenção de se buscar compreender as perspectivas pelas quais o turismo transforma as sociedades humanas.

## **1.2 Diversidade das ofertas de turismo**

A atual dinâmica da prática do turismo permite pensar em várias possibilidades pelas quais a atividade pode ser usufruída. Frequentemente, nos deparamos com ofertas diversificadas de turismo, no que diz respeito à escala espacial e ao tipo de oferta. Há meios de hospedagem, por exemplo, que variam de uma cabana, passando por pousadas de pequeno porte, casas de veraneio, pousadas de luxo, hotéis cinco estrelas até os *resorts all inclusive*, cada um com consequências específicas nos lugares turísticos. Com o processo de globalização que facilitou a disseminação da atividade, o acesso a diferentes tipos de mercados e perfis de turistas levou ao surgimento dos mais variados tipos de experiências com relação ao turismo.

De uma forma geral, as diversas possibilidades de oferta turística podem ser agrupadas em torno de dois eixos teóricos: o Turismo de Massa e o Turismo Alternativo. Esses dois eixos, portanto, abarcam as diversas modalidades de turismo, que vão expressar diferentes formas de (re)organizar o território.

Pode-se dizer, juntamente com Zaoual (2008) e Knafou (1999) que cada modalidade de turismo dissemina um tipo de territorialização particular. Ou seja, de acordo com a natureza da oferta de turismo de um determinado lugar, ele vai ser territorializado conforme a suas características e necessidades, seja com intervenções de grande porte e intensidade ou com médio ou pequeno porte e intensidades variáveis. Contudo, independentemente das suas características contextuais, o turismo inexoravelmente altera as características naturais, econômicas, sociopolíticas e culturais dos lugares turistificados.

### 1.2.1 Eixo do turismo de massa

Dentre as diversas formas pelas quais o turismo pode ser desenvolvido, o turismo de massa se destaca como o mais difundido no mundo, recebendo maior atenção, tanto dos que exploram a atividade quanto dos que usufruem dela. O investimento nessa forma de oferta de turismo aparece como um dos mais lucrativos (BENI, 1991), pois, oferece condições propícias à mobilidade de multidões em busca de conhecer novos lugares ao redor do planeta, um desejo que acompanha o ser humano desde as épocas antigas, conforme registra Krippendorf (2009). Assim, boa parte da população do mundo viaja a cada ano no seu momento de lazer, tendo literalmente milhares de destinos turísticos como opção de viagem. Para Urry

É isso que constitui a caracterização principal do turismo de massa nas sociedades modernas, isto é, boa parte da população, a maior parte do tempo, viajará para algum lugar com a finalidade de o contemplar e ali permanecer por motivos que, basicamente, não têm ligações com seu trabalho (URRY, 1990, p. 20).

É interessante mencionar que este turismo não se confunde com a expressão “turismo das massas”, pois, nem todas as pessoas possuem condições financeiras favoráveis para usufruir dessa atividade (CRUZ, 2003). Ele diz respeito principalmente aos vários extratos da classe média, desde pessoas minimamente situadas socialmente que permita a realização de viagens de lazer – consumindo lugares já muito explorados – até novas opções exclusivas que aparecem continuamente – consumidas inicialmente por pessoas da classe média alta.

O turismo de massa ocorre atualmente em praticamente todos os países. Verificaram-se nas últimas décadas crescentes investimentos nos países de economia periférica e particularmente nas áreas intertropicais, como são os casos de Cancún (México), Varadero (Cuba) e Sauípe (Brasil). Procuram locais de economia periférica porque tanto o local vê no turismo a possibilidade de desenvolvimento, como os promotores, as multinacionais veem facilidade de instalarem seus empreendimentos (RODRIGUES, 2006; BENI, 1991). Muitos países vêm sendo turistificados predominantemente com base no turismo de massa, como o Brasil, particularmente na zona costeira nordestina do país (Figura 1), como alternativa para o desenvolvimento econômico da região (ARAUJO; MOURA, 2007).

**Figura 1: Presença do Turismo de Massa na zona costeira nordestina do Brasil**

- A. Equipamentos turísticos na faixa de areia como cadeiras, guarda-sol e quiosques, em Maragogi.
- B. Empreendimentos hoteleiros na orla de Maceió.
- C. Costa do Sauípe *all inclusive resort*, Bahia.



Fonte: Acervo pessoal, 2015; sendo a última imagem recolhida do site [www.costadosauipe.com.br](http://www.costadosauipe.com.br), acesso em 2015.

Becker (2001) salienta que com a ampliação da escala da acumulação de capital e das inovações tecnológicas (principalmente no ramo dos transportes), grupos sociais cada vez mais amplos puderam gastar dinheiro com o turismo. A partir daí, se ampliou o número dos agentes e companhias dedicados a organizar as ofertas turísticas em quase todos os países do mundo. A promoção de atividades turísticas torna-se um produto a ser comercializado, capaz

de contribuir com a acumulação capitalista. Ocorreu então, ao longo dos anos, uma metamorfose significativa do turismo:

Essa transformação se vincula com as possibilidades de massificação de padrões de consumo que o "*welfarestate*" veio a abrir nos países capitalistas centrais. Isso se apoiou sobre a regulação do trabalho, a limitação do seu tempo, as férias remuneradas, a aposentadoria, e a legislação social, bem como os novos horizontes de possibilidades abertos com o avião. Agora sim emerge o turismo de massa (BECKER, 2001, p. 3).

Nesse sentido, algo fundamental é apontado por Cruz (2003) quando menciona que o turismo de massa está relacionado com os serviços de pacotes turísticos:

Turismo de massa é uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viaje (CRUZ, 2003, p.6).

O problema é que as formas de desenvolvimento do turismo de massa, em sua maior parte, envolvem um processo de turistificação que desconsidera as territorialidades preexistentes nos lugares envolvidos, normalmente não demonstrando qualquer tipo de solidariedade com os interesses das comunidades locais. No caso de Cancún, citado anteriormente como uma destinação turística planejada, é possível observar que as territorialidades presentes são distintas e não se sobrepõem, pois os bairros residenciais que abrigam a população local, por exemplo, não são percebidos pelos turistas (RODRIGUES, 2006). Nesse caso específico, em pouco espaço de tempo, áreas naturais foram completamente antropizadas para dar lugar aos *resorts* ao longo de um trecho de costa com aproximadamente 20 km lineares.

O fato é que os destinos de massa sofrem uma territorialização conforme a lógica do mundo globalizado, fortemente marcada pela competitividade. Segundo Cruz, (2002, p. 16) essa “[...] competitividade espacial exige a racionalidade das formas de condicionamento, de utilização e, finalidade, de apropriação dos espaços, assegurando aos lugares alguma hegemonia nesse contexto de mercados e lugares globalizados”. Por causa desse tipo de racionalidade, os lugares turistificados, orientados pela globalização, terminam assumindo aspectos muito parecidos entre si, sofrendo com a verticalização dos espaços e com a conseqüente destruição das características mais típicas ou tradicionais dos lugares (SANTOS, 2006). Netto (2010, p. 97), por exemplo, argumenta que

Há lugares turísticos em que se chegou a construir [sic] verdadeiros paredões de prédios, que impedem o sol de refletir na areia em horários específicos (pela manhã e fim de tarde). Também existem locais em que é difícil encontrar um acesso à praia que não seja por dentro da área particular de um hotel, de um parque aquático ou restaurante. É a privatização do que deveria ser de todos (NETTO, 2010, p. 97).

Essa mencionada verticalização dos espaços corresponde a um conceito demonstrado por Santos (2006), quando explica que, as ações de agentes externos, normalmente oriundos de países ricos, em áreas subdesenvolvidas, representam “verticalidades”, enquanto a valorização solidária que busca articular interesses locais em conexão com projetos de desenvolvimento representa “horizontalidades”. Geralmente as atividades econômicas que se inserem de forma vertical em um território geram sérios problemas sociais, pois há constante divergência entre as necessidades dos agentes externos e as necessidades da população local.

A oferta de turismo de massa, paradigmática de uma territorialização extremamente verticalizada, são os *resorts*, conforme conceituado por Mill (*apud* CORDEIRO *et al.*, 2011, p. 7) como:

[...] um conjunto de acomodações e instalações cujo objetivo é oferecer aos seus usuários diversos serviços, especialmente aqueles ligados ao entretenimento. Um tipo de hotel que busca oferecer aos seus clientes um lugar para escapar ou recuperar-se do mundo do trabalho e das preocupações diárias.

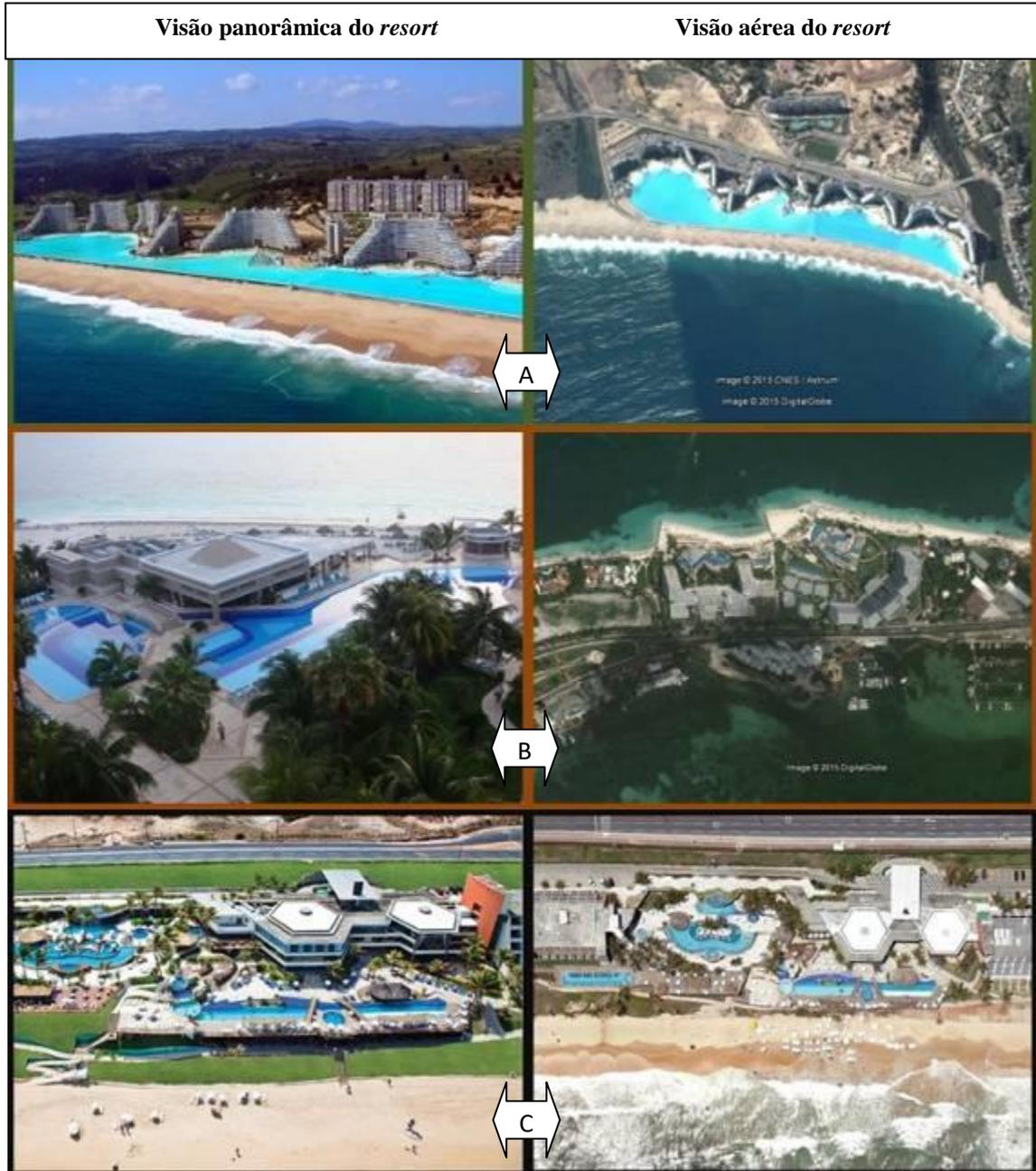
Os *resorts* são considerados enclaves (PEARCE, 2003), cuja principal característica diz respeito ao isolamento territorial, normalmente relacionados a interesses externos ao país, localizados principalmente em regiões intertropicais. Na maior parte dos países emergentes, o modelo de desenvolvimento turístico mais marcante é o de grandes enclaves de *resorts* litorâneos (Figura 2), como é o caso do Brasil<sup>4</sup>. Conforme sintetiza Cruz (2002, p.80), este modelo consiste na “[...] urbanização turística de trechos de costa pouco ou nada urbanizados, com grande concentração do equipamento [hoteleiro-recreativo]”.

---

<sup>4</sup> O crescimento de *resorts* se dá principalmente no litoral Nordeste do país, com destaque para as regiões de Sauípe (Bahia), Porto de Galinhas (Pernambuco) e Parque das Dunas (Natal).

**Figura 2: Modelos de resorts litorâneos**

A – *Resort San Alfonso Del Mar*, Algarrobo – Chile;  
 B – *Hotel RIU Caribe*, Cancún – México;  
 C – *Hotel Ocean Palace Beach Resort & Bungalows*, Natal – Brasil.



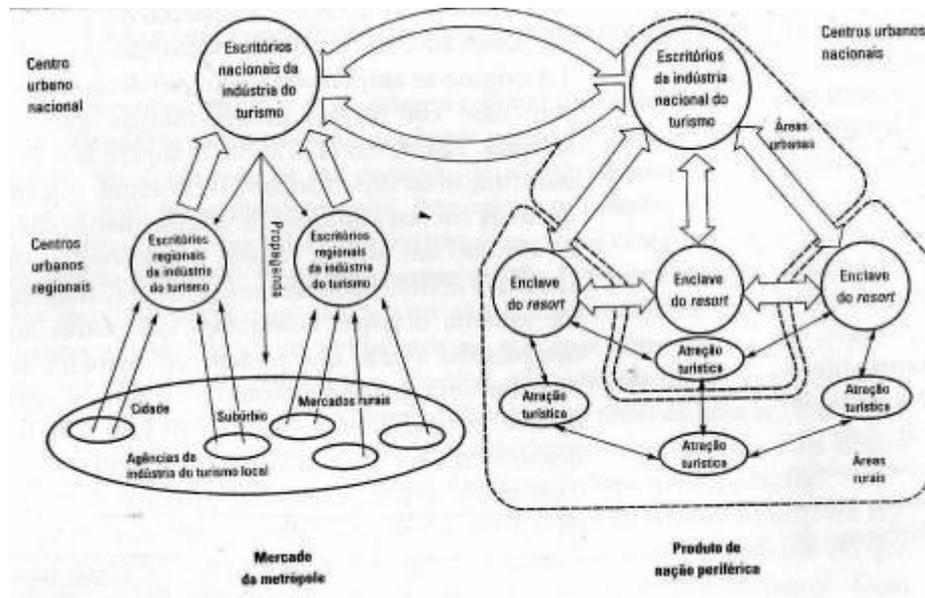
Fonte: <http://www.sanalfonso.cl/>;  
<http://www.oceanpalace.com.br/>, acesso em: 14/09/2015.

[www.classicresorts.ie/holiday/riu-caribe;](http://www.classicresorts.ie/holiday/riu-caribe;)

O termo enclave, de maneira geral é encarado como a situação na qual um empreendimento que possui um elevado volume de riqueza, penetra em uma população de baixa renda *per capita*, onde o atraso e a pobreza desta população aparecem totalmente dissociados deste empreendimento, ou ainda, se refere a empreendimento que “[...] não

mobiliza a mão de obra local – leia-se inércia” (ROCHA, p.43, 2013). Pode-se dizer que estas características se aplicam ao modelo estrutural de enclave turístico (Figura 3).

**Figura 3: Modelo de enclave turístico em uma economia periférica**



Fonte: Pearce, 2003, p. 42.

Com base na figura acima, Pearce (2003, p. 42) menciona que os enclaves de *resorts* “[...] satisfazem a maior parte das expectativas dos pacotes turísticos e suprimem a necessidade de uma maior interação com o ambiente e com a sociedade local”. Ou seja, o enclave é representado pela grande quantidade de *resorts* que agem não apenas como apoio às viagens, mas como atrativos turísticos, visto que possuem áreas de entretenimento que muitas vezes prendem a atenção do turista mais do que os atrativos naturais próprios da destinação turística na qual os *resorts* se localizam. Há uma padronização referente aos serviços turísticos. Neste caso, o turista parece não ter tanto contato com o território primário do destino, salvo o uso da praia e do mar.

Portanto, entende-se que a territorialização que é desencadeada pelo turismo de massa e suas formas de empreendimentos (grandes hotéis, *resorts*) se baseia na densa ocupação dos territórios, ou seja, “[...] se refere à produção de turismo organizado industrialmente, que apoia o movimento de grandes números de pessoas” (COOPER, HALL, TRIGO, 2011, p.39). Nesse caso, paradoxalmente a região de entorno dos *resorts* é negada em vários aspectos como, por exemplo, a paisagem, a sociedade e a cultura.

Para comportar o grande número de turistas que afluem às destinações de massa, é necessária a criação de equipamentos e serviços ligados à prática do turismo, de tal forma a atender às necessidades das massas de turistas. De certa forma, grandes transformações nos locais receptores podem trazer severos prejuízos para as territorialidades presentes, como ressaltado por Ruschmann (2006, p. 24) quando afirma que

Os equipamentos e serviços instalados para atender o turismo de massa provocam uma série de efeitos negativos sobre o meio ambiente: a destruição da cobertura vegetal do solo, a devastação das florestas, a erosão das encostas, a ameaça de extinção de várias espécies da fauna e da flora, a poluição sonora, a visual e a atmosférica, além da contaminação das águas de rios, lagos e oceanos.

Por causa dessas e outras razões, pode-se dizer que o turismo de massa, se não for bem planejado, é considerado um dos modelos de turismo mais agressores dos espaços naturais, capaz de intensificar a degradação ambiental e a subordinação cultural das comunidades tradicionais sob a sua influência (RUSCHMANN, 2006). Além disso, o turismo de massa simbolizado pelos resorts tende a não estabelecer relações horizontais com os lugares nos quais se localizam, ou seja, formam verdadeiros enclaves territoriais.

### **1.2.2 Eixo do turismo alternativo**

Diante das transformações que vêm ocorrendo atualmente no mundo, principalmente no que diz respeito a uma mudança de pensamento sobre a questão ambiental e as possibilidades do desenvolvimento sustentável, os efeitos negativos do turismo de massa estão sendo crescentemente questionados (ZAOUAL, 2008; DIAS, 2006).

Muitos operadores de turismo estão investindo em destinações diferenciadas (Figura 4), em relação ao turismo de massa, atraindo um público que se preocupa com os problemas ambientais e de desenvolvimento. Busca-se colocar atividades alternativas à disposição dos turistas, para que eles tenham horários mais flexíveis e experiências mais autênticas nas destinações que visitam (URRY, 1990).

Esse tipo de comportamento reforça um fenômeno emergente relacionado ao turismo, que é a expansão das ofertas associadas ao eixo do turismo alternativo. Segundo Cruz (2003, p. 6-7) essa expressão “turismo alternativo” foi criada “[...] para categorizar modalidades de turismo que, do ponto de vista de seu objeto de consumo e da sua forma de consumo do espaço, se contrapõem ao turismo de massa”.

**Figura 4: Destinos turísticos alternativos**

A – Cascata de El Hacha, na Venezuela

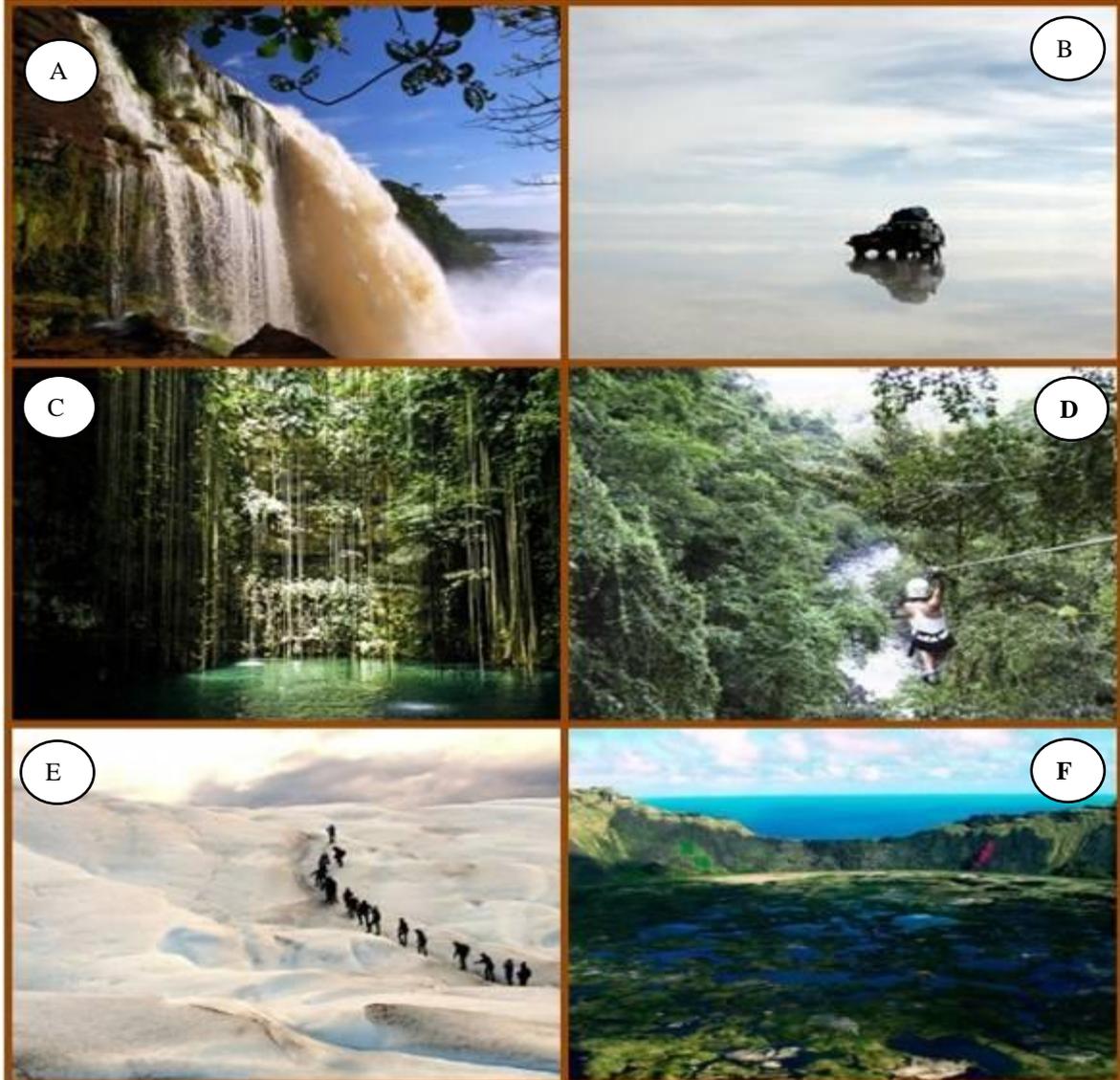
C – Cavernas naturais na península de Yucatán

E – Perito Moreno, no parque nacional Los Glaciares, na Argentina

B – Deserto Salar de Uyuni, na Bolívia

D – Tirolesa na região de La fortuna, na Costa Rica

F – Rano Kao, vulcão extinto no sudeste da ilha de Pascoa, no Chile



Fonte: <https://viagem.catracalivre.com.br/brasil/mundo-viagem/indicacao/destinos-top-para-o-turismo-de-aventura-na-america-do-sul/>, acesso em 11/10/ 2015.

Os diversos tipos de oferta turística que fazem parte do turismo alternativo normalmente estabelecem relações horizontais com o contexto econômico, social e cultural das regiões onde se implantam. A nova dimensão do turismo alternativo agrega também conceitos como *slow tourism* e *slow travel* (TIMMS; CONWAY, 2012), que se baseiam em um deslocamento mais lento dos visitantes e que valorizam as singularidades das localidades visitadas, estando amplamente associado ao conceito de desenvolvimento sustentável (RUSCHMANN, 2006). No caso do *slow tourism* e do *slow travel*, a ideia teve início com o

*slowfood*, sendo este um movimento contra a comida de *fastfood*, por Carlos Petrini<sup>5</sup>, na Itália, iniciando uma onda de *slow movement*. No conjunto, a experiência proporcionada aos turistas nos lugares visitados por essas novas propostas de viagem de lazer proporcionam uma oportunidade ímpar que os visitantes possam de fato experimentar uma ideia de lugar, uma experiência de alguma conexão com uma situação de alteridade genuína.

Dentre as diversas modalidades que fazem parte do chamado turismo alternativo, encontram-se o ecoturismo, turismo histórico, turismo situado, turismo rural, turismo de aventura, turismo comunitário, etc. Estes seguimentos turísticos têm em comum o uso dos espaços naturais como seu principal objetivo de consumo, que expressa uma ocupação menos densa do espaço e o estabelecimento de territórios com maiores conexões com os territórios pré-existentes (ZAOUAL, 2008). Além disso, a cultura dos lugares visitados é parte indissociável da experiência turística alternativa, mesmo que o principal atrativo local seja a natureza preservada. É importante lembrar que as formas alternativas de turismo também requerem infraestrutura de restauração, hospitalidade e acesso, levando a uma reorganização do território onde a atividade será instalada, porém, com uma menor densidade e impacto do que o turismo de massa (CRUZ, 2003).

Dentre as modalidades turísticas do eixo alternativo, talvez a que se contrapõe teoricamente de forma mais diretamente ao turismo de massa de enclave de *resorts*, seja o turismo de base comunitária. Essa forma de desenvolvimento turístico está conectada com interesses locais, sendo comandado por residentes das comunidades, na busca de horizontalidades, ou seja, um território passa a ser abrigo e também recurso cujas práticas são comandadas pelos residentes das comunidades envolvidas (HAESBAERT, 2008; SANTOS, 2006).

O turismo de base comunitária é aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passam a ser os articuladores e os construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhoria da qualidade de vida; levar todos a se sentirem capazes de contribuir, e organizar as estratégias do desenvolvimento do turismo (CORIOLANO, 2003, p. 41).

As atividades turísticas de base comunitária fortalecem as atividades locais como a pesca e o artesanato, contribuindo para o desenvolvimento local e para a inclusão social, pois, como ressaltado acima, quem articula a atividade são os próprios moradores do lugar. O turismo comunitário está voltado para o singular, o tradicional, proporcionando um fazer

---

<sup>5</sup>Consultar [http://ansabrazil.com.br/brasil/noticias/brasil/natureza/2014/11/06/Movimento-contra-redes-fast-food-ganha-espaco-Brasil\\_8168191.html](http://ansabrazil.com.br/brasil/noticias/brasil/natureza/2014/11/06/Movimento-contra-redes-fast-food-ganha-espaco-Brasil_8168191.html)

turístico aparentemente sustentável e como talvez diria Urry (1990) um novo olhar do turista, ou seja, uma comunicação maior do turista com o local que ele está visitando. Por essas características, o turismo de base comunitária pode ser visto como uma oferta diametralmente oposta ao turismo dos *resorts*, pois em vez de negar o lugar este é verdadeiramente a própria razão de ser da experiência turística ofertada.

Pode-se citar como exemplo bem sucedido de turismo comunitário, a experiência vivida na Prainha do Canto Verde – Beberibe (CE). Em sua dissertação de mestrado, Mendonça (2004) menciona que esta comunidade lutou pela posse da terra e pela participação no desenvolvimento do turismo. Com isso, os residentes passaram a ter e manter o controle sobre a atividade buscando favorecer a todos os envolvidos. Nesse caso, os residentes são os articuladores, donos dos empreendimentos e é na comunidade onde os lucros permanecem. Os efeitos positivos se sobrepõem aos negativos.

Os modos de vida tradicionais são privilegiados pelo turismo de base comunitária, que contraria as ofertas de massa, de experiência regulada, de padronização em grande escala, instruindo o que as pessoas devem fazer, comer, ver e comprar. É um segmento do turismo que apresenta uma territorialização caracterizada pelo estabelecimento de relações e conexões horizontalizadas.

É importante que se entenda desde já que o turismo comunitário, solidário e sustentável não é uma mera política de geração de trabalho e renda, como quando se criam segmentos de turismo cultural, etnoturismo, ecoturismo e agroturismo em territórios desfavorecidos pela falta de ações (sociedade civil) e de políticas públicas (Estado) que privilegiem o desenvolvimento territorial sustentável. O turismo comunitário, solidário e sustentável, apresenta-se como estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioproductivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços (SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 27).

De forma genérica, essas modalidades de turismo que são de cunho alternativo, estão associadas de alguma forma aos fundamentos da ética, da solidariedade, responsabilidade social e ambiental. Sobre isto, entende-se que o turismo que possui estas ações mais solidárias é uma prática em experimentação, visto que não é algo predominante no mundo. É a possibilidade de pensar a atividade frente ao desafio que Sachs (2000) menciona de: conciliar o desenvolvimento e meio ambiente. Em outras palavras, são alternativas aos padrões da sociedade de consumo que buscam de alguma forma priorizar o cotidiano das populações onde a atividade será desenvolvida, gerando benefícios econômicos e sociais para as comunidades hospedeiras.

Outro ponto importante a ser abordado é que estes segmentos alternativos não estão dissociados da lógica global capitalista (CRUZ, 2003). Compreende-se que a intencionalidade de buscar formas alternativas de turismo é de justamente aumentar a competitividade entre as ofertas. As exigências do mercado continuam intensificando o consumo dos territórios em busca de novas opções para fornecer aos turistas (CORIOLANO, 2006). Uma diferença importante entre o turismo alternativo e o turismo de massa é que no caso deste o turismo se desenvolve com base em um território que foi superimposto aos territórios pré-existentes; já no caso do turismo alternativo as ofertas turísticas normalmente estão organicamente articuladas com os territórios que existiam no lugar antes do turismo emergir nele.

Por exemplo, montanhas e cavernas antes consideradas amaldiçoadas, tornam-se ambientes naturais cobiçados. Assim, decorre outro ponto de vista de consumo do turismo pela natureza, nesse processo, “[...] surge uma variedade enorme de escolhas, quanto mais estranhas melhor, como museus de todo tipo, até da lepra, ou programas em que o turista pode se ver envolvido num tiroteio” (BARRETO, 1995, p. 127).

Estas e tantas outras práticas de turismo alternativo denotam “[...] a adoção do modelo pós-fordista, de segmentação, flexibilização e personalização do produto” (BARRETO, 1995, p. 127). Obviamente, a necessidade do lucro também é o motor principal por detrás da organização das formas alternativas de turismo, seja ela organizada pelos agentes externos ao território ou pela própria comunidade local.

Mas é fato que esta busca de satisfazer, por um lado, a necessidade do capital, atrelando à oferta turística, por outro lado, práticas sociais solidárias, está também ligada ao fato de estar em curso uma mudança do sujeito turista. Pois

[...] o turista de hoje, por sua vez, é um pós-turista, um consumidor *cool*, que sabe que muitas coisas que vê não são autênticas, que pertencem à cultura do simulacro, mas não se importa, desde que estejam revestidas de alguma aura que lhe agrade. É uma pessoa cuja a [sic] confiança não se ganha facilmente, e que já não aceita que um “perito” lhe indique que tipo de atrativo ele deve consumir, que quer movimentar-se entre os contrastes” (BARRETO, 1995, p. 127).

As diversas crises mundiais, a degradação de ambientes turísticos, a onda ambientalista disseminada nas redes sociais, tornaram crescentes novas demandas de turistas mais preocupados com fator socioambiental. Portanto, de um lado temos a presença do turista mais responsável, mais curioso, de outro lado temos os empreendedores, tanto os externos como das populações locais que, para satisfazer as necessidades do turista, prevendo o seu retorno e consequentemente garantir o lucro, foi preciso seguir a onda ambientalista, e renovar as atividades, posto que

[...] o turismo, desde o seu início, foi projetado como atividade para responder à crise econômica industrial global e à ampliação da acumulação capitalista, no setor dos serviços envolvendo diretamente o estado e o mercado e, aos poucos, a sociedade civil descobriu formas de beneficiar-se dele economicamente (CORIOLANO, 2006, p.60).

Por fim, pelo que foi apresentado “[...] pode-se, evidentemente, defender o turismo alternativo, mas apenas como mais uma forma de turismo no espectro. Ele jamais será uma alternativa para o turismo de massa, e tampouco poderá resolver todos os problemas do turismo” (ARCHER; COOPER, 1998).

### **1.2.3 Entre o turismo de massa e o alternativo: formas híbridas**

É um fato que há regiões ou lugares nos quais predomina uma oferta de turismo de massa, muitas vezes com *resorts* de vários tipos e características. Esse tipo de oferta encontra-se disseminado em todos os lugares nos quais o turismo está consolidado e desempenha um papel importante na economia do país em questão. Também é fato que em muitos lugares existem ofertas turísticas ligadas ao espectro do turismo alternativo. Em parte, esse fenômeno decorre da revalorização da natureza a partir da década de 1990 (SANTOS, 2006), resultante de um avanço na crítica aos problemas ambientais que ganharam visibilidade global nas décadas precedentes (DIAS, 2006). Essas duas formas de desenvolvimento turístico geram tipos diferentes de territorialização da atividade. Como discutido anteriormente, o turismo de massa de *resort* tende a se desenvolver na forma de enclaves que negam o contexto do entorno. Por seu lado, o turismo alternativo situa-se em um polo distante, articulando características naturais, econômicas, sociais e culturais dos lugares visitados no produto turístico.

Entretanto, no que parece ser um fenômeno emergente, se verifica também um novo processo de territorialização turística em muitos lugares que aparenta divergir de alguma forma do turismo de massa e do turismo alternativo por combinar características de ambas as modalidades, o que implica novas funções, novas paisagens e novos arranjos territoriais na vida das comunidades receptoras. Com isso se quer dizer que, se de um lado, existe uma territorialização turística que reorganiza os territórios, orientada por interesses externos, submetidos a lógicas verticais, capitalizados por atores externos ao território, como é o caso dos enclaves de *resorts*, por outro lado tem-se uma forma de desenvolvimento do turismo que

inclui aspectos do turismo alternativo de base comunitária, pelo que são estabelecidas conexões horizontais com a região ou lugar hospedeiro.

Essa combinação de territorialidades que ora estão associadas mais a uma modalidade do eixo do turismo de massa, mas que ora estão associadas a uma modalidade do eixo do turismo alternativo, parece revelar o surgimento de formas híbridas<sup>6</sup> de turismo que ainda não apareceram na literatura desse campo do conhecimento científico. Essa forma de territorialização turística amalgama sua face mercante dividida entre as necessidades dos empreendimentos externos e os valores endógenos do território.

Na ideia do turismo híbrido, características contextuais normalmente vistas como contraditórias parecem estar imbricadas, ou seja, uma atividade turística poderia comportar tanto aspectos de uma oferta de turismo de massa, quanto aspectos que normalmente são associados ao turismo alternativo. Dependendo de cada contexto particular, o conjunto da turistificação e, portanto, da oferta pode tender mais para o turismo de massa ou para o turismo alternativo.

Empiricamente, um exemplo que se assemelha a essa forma de territorialização do turismo alternativo que possui características de hibridez, e que vem ocorrendo em outras partes do mundo, pode ser observado na Jamaica. Corresponde a um trecho do litoral conhecido como *Treasure Beach*. Este local aparentemente tem seus objetivos de turismo baseados numa responsabilidade social:

Places like Treasure Beach, Jamaica, situated on the marginal southwest coast of the island, is an example where alternative tourism offerings are based on the attractiveness, hospitality and safety of the local community. Here the tourism industry, then, is a major stakeholder in maintaining, improving and promoting the local community through creating and funding community development groups, sponsoring health and youth sporting programmes, assisting fishing cooperatives and even organizing disaster relief assistance (TIMMS; CONWAY, 2012, p. 404).<sup>7</sup>

Aparentemente *Treasure Beach* (Figura 5) apresenta uma territorialização cuja força motriz vem do exterior, ou seja, a maior parte dos proprietários das pousadas de luxo e pequenos hotéis são estrangeiros. Eles têm uma orientação mercadológica voltada para o alto

<sup>6</sup> O termo híbrido do dicionário significa: 1. Que ou o que tem elementos diferentes na sua composição; 2. Cruzamento de duas espécies diferentes; 3. Palavras compostas. É também sinônimo de mesclado, misturado.

<sup>7</sup>“Lugares como *Treasure Beach*, Jamaica, situado na margem sudoeste da costa da ilha, é um exemplo onde as ofertas de turismo alternativo se baseiam na atratividade, hospitalidade e segurança da comunidade local. Aqui a indústria do turismo, então, é um stakeholder interessado em manter, melhorar e promover a comunidade local através da criação e desenvolvimento de grupos comunitários, patrocinando programas de saúde desportivos da juventude, ajudando cooperativas de pesca e até mesmo organização de assistência de socorro ante desastres naturais”. (Tradução própria).

poder aquisitivo, aspectos que normalmente correspondem aos enclaves de *resort*. Entretanto, existe uma busca em promover a atividade incluindo a população local e suas práticas socioculturais. Na prática, o turismo insere novas territorialidades nos territórios pré-existentes sem reconfigurar o território radicalmente como é comum ocorrer no caso do turismo de massa. Em *Treasure Beach*, o turismo de pousadas e pequenos hotéis inclui ações e experiências turísticas que correspondem em parte a ofertas de turismo alternativo. Estes elementos parecem sugerir que a região funciona como um quase-enclave.

**Figura 5: Trechos diversos da área costeira de *Treasure Beach***



Fonte: <http://www.asiatraveltoday.com/2012/08/page/8/>; <http://www.panoramio.com/photo/50988027> e <http://insidejourneys.com/5-reasons-visit-st-elizabeth-jamaica/> acesso em 14/09/2015.

Contudo, não é possível deixar de mencionar que o principal motivador das atividades relacionadas ao turismo é o turista e, por isso, sem ele, não existiria turismo e é, também, por causa dele que existem as diferentes modalidades de turismo. O fato é que o eixo do turismo de massa e o eixo do turismo alternativo, encarados aqui como diferentes e extremos, não

podem ser considerados fenômenos à parte das características psicográficas<sup>8</sup> dos turistas. Há diversas motivações de viagens que levam a diferentes práticas turísticas (KRIPPENDORF, 2009).

Pearce (2003) argumenta que os diferentes tipos de turistas e suas personalidades, variam entre uma linha que vai desde os turistas psicocêntricos ao turista aloccêntrico, estando estas duas nomenclaturas em extremos opostos. Segundo o mesmo autor, os turistas considerados psicocêntricos “[...] tendem a ser ansiosos, inibidos, não afeitos a aventuras e preocupados com os pequenos problemas da vida” (PEARCE, 2003, p. 44). Esse comportamento tende a ser característico de pessoas que procuram o turismo de massa, porque, dentre vários aspectos, preferem pacotes de viagem completo, atividades programadas, sol e diversão, lugares mais conhecidos possíveis. Em contrapartida, no outro extremo psicográfico, estão os turistas aloccêntricos, “[...] autoconfiantes, curiosos, aventureiros e extrovertidos” (PEARCE, 2003, p. 44). Neste tipo de comportamento aloccêntrico se encaixam muitas modalidades de turismo alternativo, pois geralmente preferem conhecer pessoas de culturas diferentes e se relacionar com elas; experimentar comidas típicas que mais pareçam ‘esquisitas’ em relação ao seu cotidiano; os meios de hospedagem e restauração não precisam ser luxuosos; apreciam o senso de descoberta e aventura.

Contudo, é preciso salientar, que cada ser humano possui suas singularidades (URRY, 1990; LESSA, 1995; ARENDT, 2001), e não necessariamente são encarados como psicocêntricos ou aloccêntricos. Existem pessoas que transitam entre esses dois extremos, sendo quase psicocêntricos, quase aloccêntricos, ou ainda, meio-cêntricos, combinando características dos dois extremos. Com base na literatura abordada, poderíamos dizer ainda, que os turistas meio-cêntricos estariam mais confortáveis em ambientes de quase-enclaves, podendo usufruir de ambientes luxuosos, mas não tão denso, que possuam uma interação com o entorno, oferecendo a possibilidade de alguma interação do turista com o residente, passeios organizados pela população local, realizados de forma segura, mas sem a presença dos pacotes turísticos e de todo o aparato logístico mobilizados pelo turismo de massa.

Assim, os locais vão sendo turistificados também, sob a influência do tipo psicográfico de turista. Dessa forma, os operadores de turismo podem investir no modelo de turismo que mais se adéque às características do território e à capacidade financeira de produzir ofertas turísticas. De acordo com Archer e Cooper (1998)

---

<sup>8</sup> Características psicográficas: são aspectos comportamentais dos turistas associados aos seus traços de personalidade.

[...] uma questão fundamental nesse ponto é a forma de contato entre o anfitrião e o visitante. No modelo de “turismo do enclave”, tão censurado pelos proponentes das “formas alternativas de turismo”, os contatos são controlados e mínimos, quase sempre confinados a “agentes culturais” que falam tanto a língua do visitante quanto a do anfitrião e conhecem as duas culturas. É quando o turista penetra na vida diária e no lar dos anfitriões que ocorre a verdadeira exposição das diferenças culturais e sociais entre os dois grupos e podem ocorrer problemas (ARCHER; COOPER, 1998, p. 95).

No entanto, pode existir uma linha flexível com base na qual o turista transita, podendo ir de um extremo comportamental ao outro, pois, no processo de sociabilização do indivíduo, as relações e condições de existência ficam mais complexas, podendo apresentar várias possibilidades de experiência turística para o indivíduo. Os seres que fazem o turismo, o ser humano, são formados por sua universalidade, particularidade e singularidade (LESSA, 1995). Tanto os que promovem a atividade de forma direta ou indireta (como redes hoteleiras, aeroportos, restaurantes), quanto os que viajam (turista), fazem parte de uma prática social complexa envolvida pela instância de reprodução social pública e privada, geradas por ações de indivíduos singulares ou grupos particulares em nome da coletividade (ARENDDT, 2001). No turismo existe esta dinâmica relação entre os tipos de personalidades e as preferências de destino de cada pessoa.

Além disso, ressalta-se aqui que as próprias áreas turísticas não são estáticas. Elas evoluem com o tempo, estando em constante dinâmica. Argumenta-se este fato com base no modelo do ciclo de vida da área turística (*TALC*)<sup>9</sup>, criado por Butler (1980). Este modelo hipotético ainda é considerado um dos mais precisos pelos estudiosos da área para explicar o surgimento e evolução de um lugar turístico, pois como afirma Pearce (2003), no mínimo dezenas de autores já aplicaram o modelo em seus estudos, dando ênfase particular em cada caso estudado. No *TALC*, Butler (op. cit.) identifica seis estágios evolutivos pelos quais um lugar turístico passa (Quadro 2), considerando o número de turistas que cresce com o passar do tempo, assim como, as transformações que vão ocorrendo nos lugares com relação ao tipo de oferta fornecida (Anexo A).

---

<sup>9</sup> Sigla derivada do nome original em inglês: Tourism Area Life Cycle (TALC) – ciclo de vida da área turística.

**Quadro 2: Características dos estágios do ciclo de vida turístico**

<b>ESTÁGIO</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
Exploração	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Área começa a ser visitada por poucos turistas aventureiros.</li> <li>• A área apresenta poucas facilidades públicas.</li> <li>• Os turistas são de um único tipo – alocêntricos.</li> <li>• O patrimônio natural encontra-se ainda bem preservado e, juntamente com a cultura local, se constituem nos principais atrativos turísticos do lugar.</li> </ul>
Envolvimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os residentes começam a oferecer serviços básicos aos turistas.</li> <li>• O local começa a ser vendido como um lugar turístico.</li> <li>• Emerge um período de alta temporada e correspondente pressão sobre o setor público para a construção de infra-estrutura.</li> <li>• A maior parte dos serviços e negócios turísticos pertence aos residentes.</li> </ul>
Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O número de visitantes ultrapassa a população residente na estação turística.</li> <li>• A maior parte dos serviços e negócios pertence a pessoas de outras áreas.</li> <li>• Início de antagonismo dos residentes aos turistas.</li> <li>• Começam a surgir problemas ambientais, incluindo a deterioração dos equipamentos turísticos.</li> </ul>
Consolidação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O turismo se torna o principal segmento da economia local.</li> <li>• Os equipamentos turísticos apresentam avançado grau de deterioração.</li> <li>• Os problemas ambientais se tornam visíveis.</li> </ul>
Estagnação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A área perde seu glamour inicial e sai da moda.</li> <li>• A área começa a perder turistas para outras destinações.</li> <li>• A área apresenta sérios problemas ambientais, econômicos e sociais.</li> </ul>
Pós-estagnação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A destinação entra em declínio gradual ou rápido.</li> <li>• Pode surgir um processo de rejuvenescimento da área através de investimentos na criação de novos atrativos, recuperação física da área ou por meio de campanhas de marketing.</li> <li>• Nesse estágio geralmente a situação ambiental encontra-se em fase crítica.</li> </ul>

Fonte: Araujo e Moura (2007).

Segundo esse modelo, os destinos turísticos que se desenvolvem de forma espontânea, diferentemente de destinos como Cancún (México) que são planejados de forma integrada, geralmente apresentam num primeiro momento características de turismo alternativo, pois a área é pouco explorada, apenas alguns aventureiros frequentam o local, não há uma

infraestrutura direcionada para os turistas, as necessidades de alojamento e alimentação são fornecidas pela população local.

Em estágio posterior, com o passar dos anos, o local começa a ser divulgado, mais pessoas começam a frequentá-lo, e além dos moradores pessoas externas ao local começam a criar estabelecimentos para os turistas. Essa dinâmica acontecendo ao longo dos anos, transformará consequentemente o local em um turismo de massa, podendo chegar ainda, a um estágio de estagnação, que se caracteriza pela presença de efeitos mais negativos que positivos da atividade. É neste momento que vai ser preciso uma revitalização do local, para se tentar continuar produtivo. No Brasil, Canoa Quebrada (CE) e Pipa (RN) são exemplos de lugares que já tiveram que passar por uma reestruturação turística do lugar.

Entretanto, não necessariamente esta ordem é mantida pelas diversas modalidades de turismo no mundo afora. É pertinente salientar que as formas híbridas do turismo também podem sofrer diferentes modificações seja pela divergência com a comunidade local ou pela própria natureza mercadológica dos empreendimentos. Em *Treasure Beach*, por exemplo, a atividade é bem aceita pela população local (TIMMS; CONWAY, 2012), mas ninguém garante que no futuro *Treasure Beach* não venha a se tornar um lugar com uma oferta turística de massa.

Vale incluir outra crítica muito importante relacionada à atividade turística. No seio da oferta de turismo encontra-se, antes de tudo, um sistema capitalista de produção que guia qualquer forma de atividade econômica no atual mundo globalizado. O turismo antes de tudo é uma atividade econômica que visa o lucro e os mais variados empreendedores buscam formas de se beneficiar dele (BRAMWELL, 1998), independente de ser uma atividade baseada em princípios sustentáveis ou não. Pode-se dizer com Coriolano (2006, p. 58) que as “[...] diversas visões sobre o turismo nada mais são do que resultantes das diferentes representações de grupos sociais com interesses diversos sobre os lugares historicamente determinados (CORIOLANO, 2006, p. 58)”. Entretanto, levando-se em consideração as características naturais, econômicas, sociais, culturais e políticas de cada caso particular, a base empírica e histórica influenciará tanto variações na composição e forma da oferta turística quanto as representações que cada grupo social desenvolve sobre o turismo localmente.

Portanto, a realidade objetiva é permeada por diversas possibilidades de desenvolvimento turístico, que variam do turismo de massa mais predador até formas muito brandas de territorialização da atividade. Por isso, e levando-se em consideração os avanços já alcançados na busca por formas alternativas de turismo (BRAMWELL, 1998), defende que a

atividade turística, seja de massa ou alternativa, se beneficiaria se estivesse baseada na noção da sustentabilidade. De acordo com Swarbrooke (2000), os aspectos básicos do conceito de um turismo sustentável, significam que o turismo deve reconhecer a importância das comunidades locais, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para as comunidades envolvidas. Esse parece ser o caso dos lugares hospedeiros que buscam integrar as características e interesses das comunidades locais à construção da oferta turística. Esta pode, por exemplo, assumir formas híbridas pelas quais os lugares visitados podem talvez fugir a um futuro fatídico de estagnação.

Torna-se evidente, também, a importância que as políticas públicas de turismo passam a ter na manutenção saudável das comunidades e áreas exploradas pela atividade. Para isso, são necessárias estratégias bem elaboradas para manter a competitividade do destino turístico sem comprometer à sua sobrevivência (THEVENIN, 2011). Nessas estratégias alternativas de planejamento e gestão, é importante que esteja inclusa a participação das comunidades receptoras (ARAÚJO, 2009). Além da agregação de valor à oferta turística, as pessoas precisam identificar as diversas possibilidades de desenvolvimento do turismo em determinado lugar – inclusive a possibilidade de impactos negativos inaceitáveis – a fim de evitar comprometer as atividades pré-existentes e a sua cultura.

### **1.3 Turismo sustentável: possibilidades e limitações**

Na segunda metade do século XX, com o crescimento e expansão da produção industrial e com a intensificação do crescimento econômico mundial, o agravamento dos problemas relacionados ao meio ambiente se agravaram, surgindo então um processo de tomada de consciência sobre a questão ambiental (DIAS, 2006, p.12).

A preocupação com o agravamento da degradação ambiental começou, de fato, a ser concretamente manifesta principalmente na década de 1970, sensibilizando as pessoas e parte do aparato estatal em diversos países. Segundo Dias (2006, p. 13-17), seguiram-se na época dois eventos que estimularam as discussões a respeito do meio ambiente:

- Uma Conferência patrocinada pela UNESCO, realizada em Paris em 1971, para o lançamento do Programa Homem e a Biosfera (MAB), que tinha o intuito de proporcionar conhecimentos a respeito da utilização racional e a conservação dos recursos da biosfera, melhorando a relação entre o homem e o meio, e assim, conseguir prever as consequências das ações de hoje sobre o mundo de amanhã.

- Uma Conferência Mundial promovida em Estocolmo<sup>10</sup> (Suécia), em 1972, sobre o Meio Ambiente Humano realizada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), que gerou, dentre outras coisas, uma declaração e um Plano de Ação Mundial, com objetivo de orientar a preservação e a melhoria do ambiente humano.

De acordo ainda com Dias (2006), esses dois eventos foram importantes para a criação de ministérios setoriais de meio ambiente, agências com responsabilidades sobre a esfera ambiental e outras organizações governamentais incumbidas de implementar ações voltadas ao planejamento e à gestão ambiental, assim como de ampliar a legislação voltada à proteção do meio ambiente *lato sensu*.

Outra etapa importante em relação ao desenvolvimento da questão ambiental ocorreu na cidade do Rio de Janeiro (Brasil) em 1992. Trata-se da Conferência organizada pela ONU, e que ficou conhecida como a Rio-92. Esta Conferência ficou marcada pelos discursos a respeito do conceito de Desenvolvimento Sustentável, permitindo compreender os múltiplos problemas relacionados ao meio ambiente. Além disso:

Ela forneceu um meio de mobilização contínua dos governos e sociedades civis e um quadro intelectual, que permitirá a consideração de interesses diversos. Apesar de seus limites, a conferência do Rio criou um potencial de progresso substancial e mostrou a via para uma inserção melhor da dimensão ambientalista nas políticas econômicas e nos processos de decisão (PRESTE apud DIAS 2006, p. 20).

Pode-se observar também, que um dos resultados da crescente importância dada ao meio ambiente foi o crescimento do número de Organizações Não-Governamentais (ONGs) que mantêm o foco nesta temática, chamando a atenção da sociedade para a existência de uma exploração predatória dos recursos naturais e para os problemas associados à poluição de diversos ambientes em praticamente todo o planeta, como resultado do histórico crescimento econômico sem preocupação com os impactos sobre o meio ambiente (SACHS; 2000), uma herança do modelo de produção baseado no modelo criado pela Revolução Industrial e que se expandiu praticamente para todos os setores produtivos.

Essas questões permearam também o universo do turismo. Visando uma prática melhor desta atividade, se faz necessário que as atividades turísticas coloquem em pauta as premissas que envolvem as práticas da noção de desenvolvimento sustentável (BRAMWELL, 1998). O relatório de Brundtland divulgado pela ONU conceitua como Desenvolvimento Sustentável “[...] um desenvolvimento que atende as necessidades do presente, sem

---

<sup>10</sup>A conferência de Estocolmo iniciou-se em 5 de junho de 1972 e por isso neste dia é comemorado o “Dia Mundial do Meio Ambiente”.

comprometer a capacidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (NASSER, 2006, p. 35).

Muitos órgãos governamentais, não apenas no Brasil, mas em praticamente todo o mundo, vêm tentando encontrar formas mais sustentáveis de turismo, para ajudar a alcançar o desenvolvimento sustentável nos lugares e destinações turísticas, principalmente em localidades onde o turismo se tornou o elemento dominante da economia local (BRAMWELL, 1998). Este fato estimulou, nos últimos anos, o discurso acerca do conceito de turismo sustentável, não apenas no que diz respeito à proteção ao meio ambiente, mas também quanto à viabilidade econômica e social, e à perpetuação dos recursos naturais para as próximas gerações (CREACO; QUERINI, 2003).

Swarbrooke (2000) menciona que a expressão “turismo sustentável” começou a ser usada a partir do final dos anos 1980. De acordo com o autor, isto aconteceu à medida que os impactos negativos do turismo foram se tornando cada vez mais conhecidos. Os aspectos básicos do conceito de turismo sustentável significam que o turismo deve reconhecer a importância das comunidades locais, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para as comunidades envolvidas (BRAMWELL, 1998; SWARBROOKE, 2000).

Swarbrooke (2000, p. 19) apresenta uma definição segundo a qual turismo sustentável “[...] significa turismo economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local”. Este mesmo conceito é também adotado pelo Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS). Por outro lado o WWF-Brasil procura trabalhar com o conceito de turismo responsável.

Entretanto, ainda se tem dificuldade sobre o que viria constituir os princípios que deveriam nortear a prática do turismo sustentável, pois definições rígidas poderiam limitar as questões que são envolvidas no que seria empiricamente uma atividade turística de cunho sustentável. A ideia central, no entanto, na visão de Sachs (2000, p. 53) deveria girar em torno do uso “[...] racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais”.

Os problemas da atividade turística aparecem claramente quando muitas de suas ações repercutem negativamente nos lugares turísticos diante da má gestão ou ausência de um bom planejamento integrado do turismo. Por isso, o turismo precisa ser planejado, uma afirmação que segundo Araujo e Moura (2007) representa um truísmo. O turismo é uma atividade

socioeconômica que se for bem planejada pode trazer amplos benefícios para os habitantes de uma região (SPILANIS; VAYANNI, 2004). Além de proporcionar desenvolvimento econômico, o turismo gera empregos, pode contribuir para conservar o patrimônio natural e valoriza ou revaloriza a cultura local. Entretanto, o turismo também tem um enorme potencial de degradação do meio ambiente e mesmo social, na ausência de uma regulação adequada para o setor (BECKER, 2001). Portanto, é muito importante que o turismo seja planejado de forma integrada com as demais atividades socioeconômicas dos lugares, destinações ou regiões turísticas.

Assim, o planejamento que esteja focado nas premissas do desenvolvimento sustentável pode se beneficiar potencialmente se levar em conta os cenários da sustentabilidade na sua concepção e implementação (Quadro 3), como mencionados por Beni (2004).

**Quadro 3: Cenários da sustentabilidade**

<b>CENÁRIOS DA SUSTENTABILIDADE</b>	
<b>Sustentabilidade ecológica</b>	Aquela que incrementa o aumento da capacidade de recursos naturais, intensificando a pesquisa de tecnologias limpas e definindo regras para adequada proteção ambiental.
<b>Sustentabilidade social</b>	Criação de um processo de desenvolvimento civilizatório baseado no ser e que seja sustentado por uma equidade na distribuição do ter.
<b>Sustentabilidade econômica</b>	Possibilita melhor alocação e gestões mais eficientes dos recursos por um fluxo regular do investimento público e privado.
<b>Sustentabilidade espacial</b>	É aquela voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada. Atenta sempre para a capacidade de carga, sustentação, plano de manejo e monitoramento.
<b>Sustentabilidade cultural</b>	Engloba as raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, respeitando assim, a preservação do patrimônio histórico e a continuidade das tradições culturais.
<b>Sustentabilidade política</b>	Privilegia a negociação da diversidade de interesses envolvidos em questões fundamentais desde o âmbito local até o global.

Fonte: Adaptado de Corrêa *et al.* (2010).

No caso do turismo, seria importante que as políticas públicas aderissem a essas noções de sustentabilidade, uma vez que os recursos naturais disponíveis para a atividade requerem uma governança atuante buscando articular o turismo com as demais políticas setoriais. Afinal, como pontua Swarbrooke (2000), o meio ambiente é a base econômica da atividade turística e apresenta oportunidades e limitações, logo a perpetuação da atratividade dos recursos turísticos é a base do desenvolvimento sustentável do turismo.

Constrói-se, assim, uma base teórica para pensarmos até que ponto as diversas modalidades de turismo territorializam os lugares com base na questão da sustentabilidade. No caso do turismo de massa, particularmente quando de enclaves de *resorts*, frequentemente, estas questões sustentáveis ainda encontram-se muito distantes. É possível observar problemas como: ocupação densa de áreas naturais, descaracterização da paisagem original, interferência no cotidiano local levando a expulsão das pessoas para áreas de risco, e degradação da cultura local. No caso do turismo alternativo, existe uma proximidade maior com as idéias da sustentabilidade visto que, em alguns casos, buscam horizontalidades que fortaleçam as territorialidades preexistentes nos locais que irão se tornar turísticos, principalmente se pensarmos o turismo comunitário como foi explicado anteriormente. E ainda há o caso das formas híbridas de turismo, que se baseia no fato de que alguns lugares têm desenvolvido ofertas turísticas sob o domínio de pessoas externas ao lugar, mas que na prática buscam articular interesses locais no processo de formação da oferta turística local, como é o citado caso de *Treasure Beach*, na Jamaica (TIMMS; CONWAY, 2012).

Contudo, levando-se em consideração que a discussão sobre a aplicabilidade do conceito de desenvolvimento sustentável ao turismo e à turistificação dos lugares é um esforço relativamente recente, ainda há muito que se avançar, tanto na formação de ofertas inovadoras quanto no desenvolvimento de arcabouços teóricos que permitam uma avaliação de casos empíricos. Entretanto, se constata na literatura um esforço direcionado a um avanço nesse sentido. Este é o caso de Creaco e Querini (2003), que desenvolveram um arcabouço teórico que pode ser usado para se examinar se uma determinada oferta turística traz um impacto mais ou menos profundo nas possibilidades do desenvolvimento turístico sustentável (Quadro 4).

**Quadro 4: Principais elementos do espectro de desenvolvimento sustentável**

Posições da sustentabilidade	Definindo recursos
Muito fraco	Antropocêntrico e utilitário; crescimento orientado e recursos explorados; ética de crescimento econômico em termo material de valor; recursos naturais utilizados em taxas economicamente ideais, através de mecanismos de mercado sem restrições operacionais para satisfazer a escolha individual do consumidor; possível substituição infinita entre natural e capital feito pelo homem; bem-estar contínuo assegurado através do crescimento econômico e da inovação técnica; valor instrumental na natureza.
Fraco	Antropocêntrico e utilitário; conservacionista de recursos; o crescimento é gerenciado e modificado; preocupação com a distribuição dos custos e benefícios de desenvolvimento através da equidade intra e intergeracional; rejeição de substituição infinita entre capital natural e humano com reconhecimento de alguns aspectos do mundo natural como capital crítico; <i>human-made plus natural capital</i> constante ou crescente ao longo do tempo; dissociação dos impactos ambientais negativos do crescimento econômico; valor instrumental na natureza.
Forte	Perspectiva de eco-sistema; preservacionista de recursos; reconhece valor primário de manutenção da integridade funcional dos ecossistemas para além do valor secundário através da utilização de recursos humanos; interesses do coletivo dão mais peso do que aquelas do consumidor individual; dissociação importante, mas ao lado de uma crença em uma economia de estado estacionário, como consequência de seguir a regra constante de ativos naturais; zero econômico e crescimento da população humana; valor intrínseco e instrumental na natureza.
Muito forte	Bioético e ecocêntrico; posição preservacionista extrema; direitos da natureza ou valor intrínseco na natureza englobando organismos vivos não-humanos e até mesmo elementos abióticos sob uma interpretação literal do argumento de Gaia; crescimento anti-econômico e redução da população humana.

Fonte: Creaco e Querini (2003). (Tradução própria) – Anexo B.

Proposições teóricas como a de Creaco e Querini (op. cit.) são muito importantes em um contexto no qual a compreensão científica a respeito da aplicação da noção de desenvolvimento sustentável ao turismo ainda é muito limitada. Ao se criar referências teóricas que auxiliem o exame da realidade empírica do desenvolvimento turístico, os pesquisadores passam a contar com meios teóricos para instrumentar suas pesquisas. Além disso, aqueles que são responsáveis pela formatação da oferta, assim como os órgãos públicos responsáveis pelas políticas de turismo podem estabelecer formas mais construtivas de desenvolvimento turístico.

Tal perspectiva mostra que “[...] a expansão do turismo deve ocorrer até o limite da capacidade territorial de receber visitantes, impondo limites ao seu crescimento e definindo diretrizes para conservação do meio ambiente” (WWF & *Vitae Civilis*, 2003, p. 22), para que assim, o novo território, (re)organizado a partir da atividade turística, desempenhe funções que venham a ajudar na melhoria da qualidade de vida da população local. Caso contrário, o turismo transformará o território para atender unicamente os interesses da iniciativa privada, deixando os interesses das comunidades afetadas em segundo plano.

Contudo, concorda-se com Bramwell (1998) segundo quem é possível elaborar instrumentos para viabilizar políticas de turismo sustentável, por exemplo, observando: o que é necessário ser feito a curto e a longo prazo; respeitar as diferenças culturais; liberdade de agir, mas com um limite de ações; comprometimento político; possibilidade de discutir a atividade com os diversos segmentos da sociedade local como os conselhos comunitários, associações (moradores, artesãos, pescadores, por exemplo), cooperativas de trabalhadores e outras.

Não é o caso aqui de aprofundar esta polêmica questão do desenvolvimento sustentável, mas entender que o discurso é necessário. Refletir um otimismo, não é descartar a realidade do mundo capitalista competitivo, globalizado, pois se tem consciência que estas questões sustentáveis ainda se constituem num desafio e numa realidade para poucos.

## **CAPÍTULO 2 CENÁRIOS DO TURISMO NO TERRITÓRIO DA ROTA ECOLÓGICA**

O turismo alternativo praticado por pousadas localizadas na Rota Ecológica representa uma postura singular no cenário turístico alagoano, principalmente por proporcionar novas experiências para os visitantes, assim como para moradores da região. Além das suas características particulares, o turismo praticado pelas pousadas em análise está entrelaçado com a dinâmica global do turismo e também coexiste com outras ofertas de turismo no mesmo trecho do litoral de Alagoas. Criam-se, então, diferentes cenários que se desenrolam em um mesmo território.

Este capítulo consta de três seções interligadas que revelam três cenários do turismo da Rota Ecológica. A primeira seção apresenta uma contextualização do turismo na região Nordeste brasileira e as características do turismo no litoral norte de Alagoas, identificando os fatores que impulsionaram a disseminação do turismo de massa que passou a ser predominante na região. A segunda seção apresenta as características da Rota Ecológica enquanto destino turístico, exclusivamente com base em suas pousadas, as quais expressam um tipo de territorialidade turística que está relacionada ao eixo alternativo das ofertas turísticas, alterando, de alguma forma, as territorialidades existentes na área antes da chegada do turismo, aproximadamente no final da década de 1990. Por fim, a terceira seção procura fazer um paralelo entre outras ofertas turísticas que existem na Rota Ecológica e o turismo de pousadas, e como elas se relacionam.

As informações sobre as pousadas, detalhadas neste capítulo, foram obtidas por meio dos sites das mesmas, de visitas e conversas abertas nestes empreendimentos e outros trabalhos acadêmicos com o mesmo objeto de estudo. A voz dos residentes locais será apresentada apenas nos capítulos seguintes.

### **2.1 Do global ao local: dinâmica do turismo no litoral norte de Alagoas**

O turismo é uma das atividades econômicas mais marcantes e dinâmicas do mundo contemporâneo. É um fenômeno que atinge diversas áreas das aspirações humanas, levando a experiências únicas nos lugares visitados, sendo também um importante segmento

socioeconômico que tem potencial de contribuir com o desenvolvimento de países ricos e pobres, o que tem se materializado em muitos países (THEVENIN, 2011).

Empenhado em se manter como uma atividade competitiva no mercado, o turismo vem passando por uma metamorfose com relação aos diferentes tipos de ofertas existentes, e com relação à busca de novos territórios para consumir. Lugares montanhosos, cachoeiras, selvas, são exemplos de novos lugares que são crescentemente apropriados pelo turismo. Nos primórdios do turismo, as áreas urbanas eram os destinos que mais recebiam turistas no mundo todo. Talvez pelo fato apontado por Singer (1973) de que nas áreas urbanas se encontra o maior apoio para qualquer outra atividade econômica. Assim, tradicionalmente as ofertas de turismo se instalavam distantes de ambientes naturais, e poucos eram os aventureiros que criavam rotas de acesso a regiões ainda não desbravadas pela atividade.

Entretanto, a realidade do turismo contemporâneo é que a busca pelo contato com a natureza constitui uma das maiores motivações das viagens de lazer (DIAS, 2006; SELVA *et al.*, 2004), resultando em crescentes fluxos de turistas para territórios detentores de ambientes naturais, o que frequentemente representa risco para as áreas visitadas. Por serem frequentemente ecológica e ambientalmente sensíveis, essas áreas devem ser necessariamente avaliadas quanto à sua capacidade de suportar as ofertas turísticas<sup>11</sup> que variam desde a menor à maior densidade de ocupação do solo (apropriação e uso do território), e que, por vezes, podem trazer mais efeitos negativos do que positivos (RUSCHMMAN, 2006).

Dentre as diversas regiões do mundo que oferecem a possibilidade de contato com a natureza, as áreas litorâneas intertropicais (Figura 6) do planeta são detentoras de crescente demanda de investimentos turísticos (BECKER, 2001). As principais razões para tais investimentos são porque as zonas costeiras intertropicais possuem uma complexidade de fatores que resulta da sua diversidade de ecossistemas, apresentando normalmente climas mais quentes que permitem atividades humanas incomuns a climas frios. Essas áreas litorâneas, normalmente bem preservadas são, portanto, atrativos turísticos em diversas partes do mundo, nas quais vêm se instalando empreendimentos de grande ou pequeno porte, apresentando-se, frequentemente, como um turismo de “sol e mar” (SELVA *et al.*, 2004).

---

<sup>11</sup> A oferta turística consiste do conjunto de serviços, infraestruturas, atrativos e demais possibilidades de experiências que um lugar turístico ou destino coloca à disposição dos visitantes potenciais.

**Figura 6: Atrativos turísticos de regiões intertropicais**

A – Cancún – México

B – Parque Nacional de Jericoacora – Ceará, Brasil

C – Praia da Costa – Vila Velha, Brasil

D – Treasure Beach – Jamaica



Fonte: [www.googleimagens.areaslitoraneas.com.br](http://www.googleimagens.areaslitoraneas.com.br), acesso em: 15/10/2015.

Esse interesse por áreas ambientalmente preservadas aumentou principalmente depois da chamada redescoberta da natureza (SANTOS, 2004), sobretudo a partir da década de 1990. Além da valorização dos recursos naturais para as atividades econômicas tradicionais, o turismo também tem experimentado uma rápida expansão nas áreas litorâneas. O turismo tem atendido a necessidade que o ser humano apresenta de sair dos grandes centros urbanizados caóticos, ainda que repletos de entretenimento, em busca de contato com ecossistemas naturais únicos e exclusivos destas regiões do planeta (BECKER, 2001; DIAS, 2006).

Além disso, o interesse por essas áreas da Terra ocorre tanto por parte dos que proporcionam a atividade quanto pelos que querem dela usufruir. Os turistas as procuram pelos mais variados motivos. Normalmente, se dirigem a essas áreas em busca de novas experiências (URRY, 1990; SWARBROOKE, 2000). Os empreendedores (que proporcionam a atividade) vão à busca de novos territórios que permitam que eles se mantenham competitivos no mercado (ACERENZA, 1991; BENI, 2004).

No Brasil, a zona costeira, principalmente a da região Nordeste, tem sido destino de parte significativa da demanda turística nacional e internacional (ARAUJO; MOURA, 2007). E esse espaço costeiro, em relação às demais áreas territoriais dos países, é específico, quase exclusivo, e com vantagens locacionais únicas, para diversos tipos de atividades humanas (BECKER, 2001). No Brasil, o turismo começou a ganhar vigor nas últimas décadas na zona costeira nordestina, sobretudo a partir da década de 1990, com as políticas federais de turismo (DUDA, 2013; ARAUJO; BRAMWELL, 2002).

A Lei Federal N° 7.661, de 16 de maio de 1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), em seu Art. 2º, Parágrafo Único considera que a “[...] Zona Costeira é o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre [...]”. Portanto, essa forma de delimitar a zona costeira do país, incluindo uma faixa oceânica e outra terrestre, implica que a zona costeira não é formada apenas por ambientes naturais, mas também envolve as atividades socioeconômicas que ocorrem nessa parte do país. Devido à valorização da zona costeira, esta parte do país torna-se atraente não apenas para o turismo, mas também para diversas outras atividades que, na realidade, interagem com as atividades turísticas, criando condições para que elas ocorram. Devido a essas características, a zona costeira nordestina do país vem passando por um intenso processo de turistificação.

O processo de turistificação, de acordo com Knafou (1996), envolve a criação e implementação de projetos turísticos, a criação de infraestrutura, e o apoio à atividade. Os agentes desse processo de turistificação são os turistas, a iniciativa privada e o poder público, que podem atuar nos níveis nacional, estadual/regional e local.

À medida que o processo de turistificação é instalado ou avança, surgem ofertas turísticas que afetam o território com maior ou menor intensidade. Algumas ofertas turísticas certamente acarretam mais efeitos negativos, outras estão atreladas à noção de sustentabilidade. No entanto, seja qual for a modalidade de turismo que se insira em um determinado lugar, ela é capaz de reorganizar territórios, desencadeando transformações no ambiente, na sociedade, na cultura e na economia das comunidades receptoras.

Na zona costeira brasileira, pode-se destacar o litoral Norte do estado de Alagoas como um exemplo de áreas naturais que, em maior ou menor grau, atrai turistas o ano todo. Essa região vem se revelando economicamente atrativa pelos promotores da atividade turística desde que a área iniciou seu processo de valorização na década de 1970 (CRUZ, 2002), o que trouxe consigo empreendimentos que se baseiam principalmente no turismo de massa, o qual é caracterizado pelo grande volume de pessoas que viajam em grupo ou

individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano, estando essas viagens relacionadas com os serviços de pacotes turísticos, os quais barateiam as viagens de lazer (SWARBROOKE, 2000; CRUZ, 2003). Dessa forma, os pacotes turísticos permitem que um número crescente de pessoas de classe social menos favorecidas também passem a realizar viagens de lazer.

No caso de Alagoas, a turistificação desencadeada pelo turismo de massa no litoral Norte desse estado está relacionada, como causa, a dois fatores principais: às características naturais da região – praias, recifes de corais, coqueirais etc. – que fazem parte dos atrativos turísticos locais; e às políticas nacionais de turismo criadas a partir da década de 1990 para a região Nordeste e que atraíram muitos investimentos para essa parte de estado.

Nesse sentido, mostram-se importantes principalmente duas políticas regionais de turismo instituídas pelo governo federal: a Política de Megaprojetos Turísticos que consistiu basicamente na urbanização de trechos pouco ou nada urbanizados da orla marítima nordestina, com a intervenção do poder público na condição de fomentador dos investimentos; e o programa nacional voltado para a regionalização do turismo - Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE), criado pelo Ministério do Turismo (MTur), cujo objetivo principal foi expandir o planejamento turístico em escala regional, visto que historicamente o incentivo para o desenvolvimento das atividades que compõem o turismo era realizado em escala local ou pontual (ARAÚJO, 2009).

O Prodetur/NE priorizou inicialmente a criação de infraestrutura básica em localidades consideradas relevantes para o desenvolvimento do turismo (CRUZ, 2002), de tal forma que elas pudessem atrair investimentos privados voltados ao desenvolvimento do turismo (ARAÚJO; BRAMWELL, 2002). Posteriormente, o Governo Federal criou a política de Polos de Turismo (Figura 7), através da qual surgiram 14 polos, cada um deles formado com base em recortes regionais que envolvem municípios que possuem características físico-naturais e turísticas similares.

**Figura 7: Distribuição dos Polos de Turismo do Prodetur/NE - à esquerda; Destaque dos municípios do Polo de Turismo Costa dos Corais-AL - à direita**



Fonte: Adaptado do Banco do Nordeste do Brasil ([www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br)).

Como se pode ver na figura 7, os municípios localizados no litoral Norte do estado de Alagoas formam o Polo de Turismo Costa dos Corais - PTCC. Através do financiamento de créditos cedidos pelo governo federal aos municípios que compõem os polos de turismo nordestinos, foi possível fomentar o desenvolvimento da atividade turística nesta região (CRUZ, 2002), com alguns estados tendo se beneficiado muito dessa política. Neste sentido, buscou-se em Alagoas uma forma de romper com a “[...] histórica tradição de trabalho a curto prazo e, geralmente, de forma individual ou centralizada” (ARAUJO, 2009, p. 106), apesar de ser uma tentativa que vem gerando polêmica<sup>12</sup> quanto a sua efetividade e qualidade.

Assim, apesar de a política de polos turísticos não ter alcançado sucesso significativo em Alagoas (DUDA, 2013), o turismo de massa ganhou força e se tornou predominante na região como instrumento da turistificação da maior parte do litoral Norte do estado, embora ainda haja trechos do litoral dessa parte de Alagoas nos quais o turismo ainda é muito incipiente, como é o caso da Praia dos Morros, em Passo de Camaragibe. O desenvolvimento turístico com essa característica – turismo de massa – normalmente é consequência do planejamento e desenvolvimento de facilidades de alimentação, alojamento, entretenimento, deslocamento, e fixação de preços em qualquer lugar que o turismo se desenvolva (ACERENZA, 1991), promovido, principalmente, pela iniciativa privada.

<sup>12</sup> No PTCC, em Alagoas, a demanda turística ainda é muito concentrada espacialmente, predominando nos municípios de Maceió e Maragogi, o que vai de encontro à ideia dos Polos de Turismo de disseminar regionalmente a atividade (DUDA, 2013).

Porém, ao se pensar nas possibilidades de desenvolvimento, de uma maneira geral o turismo de massa não guarda qualquer tipo de solidariedade com os interesses das comunidades locais, isto é, o objetivo único dos investimentos é o lucro, o que termina causando diversos problemas para as comunidades receptoras (NETTO, 2010), dentre os quais pode haver uma profunda reorganização do território. Normalmente, o turismo de massa envolve um processo de turistificação que reorganiza o território negligenciando os interesses pré-existentes nos lugares envolvidos (CRUZ, 2002). Isso ocorre porque as atividades turísticas não ocorrem em um vácuo. Os territórios que se tornam turísticos tinham anteriormente o seu espaço organizado por outras atividades econômicas (RODRIGUES, 2006), e pelas práticas e usos cotidianos da comunidade local.

Outro ponto a enfatizar é que o turismo pode ser danoso para os lugares turistificados, tanto por atividades ou investimentos originários do próprio território, quanto por atividades ou investimentos estrangeiros (ARCHER; COOPER, 1998). Entretanto, frequentemente grandes investimentos que procedem de outros países tendem a ser mais problemáticos. Em linhas gerais, todo empreendimento econômico externo ao local da sua implantação está de alguma forma inserido na lógica global, atendendo aos interesses do mercado para se manter competitivo, e que raramente contribui para o desenvolvimento das regiões onde se implanta (MONIÉ; VIDAL, 2006), apesar de normalmente gerar crescimento econômico. Por exemplo, muitos empreendimentos turísticos, sobretudo *resorts*, podem se inserir como enclaves em um território (PEARCE, 2003), ou seja, como espaços privados, isolados, que mantêm apenas um contato mínimo com o contexto econômico, social e cultural no qual se instalam (CALDEIRA, 1996; ROCHA, 2013). Como consequência, essa forma de desenvolvimento do turismo – com base no turismo de massa – desencadeia processos de urbanização que alteram profundamente a paisagem vernácula (YÁZIGI, 1999; BARROS, 1998) e as atividades, usos e os interesses a elas relacionados.

De forma adicional, Monié e Viadal (2006) apresentam outro problema importante. Segundo esses autores, os incentivos a investimentos e os recursos destinados às obras de infraestrutura que fortalecem a atividade econômica criam condições favoráveis para uma maior participação dos agentes externos (investidores privados). Esses agentes fazem um uso seletivo do território, sem incluir interesses e características socioculturais locais, principalmente porque regiões subdesenvolvidas raramente têm planos diretores de turismo.

Em relação a essa situação, no Brasil existem muitas falhas nas políticas de turismo, sobretudo limitações dos órgãos públicos responsáveis pela formulação e implementação da política setorial, o que favorece a concentração do processo decisório em torno de corpos

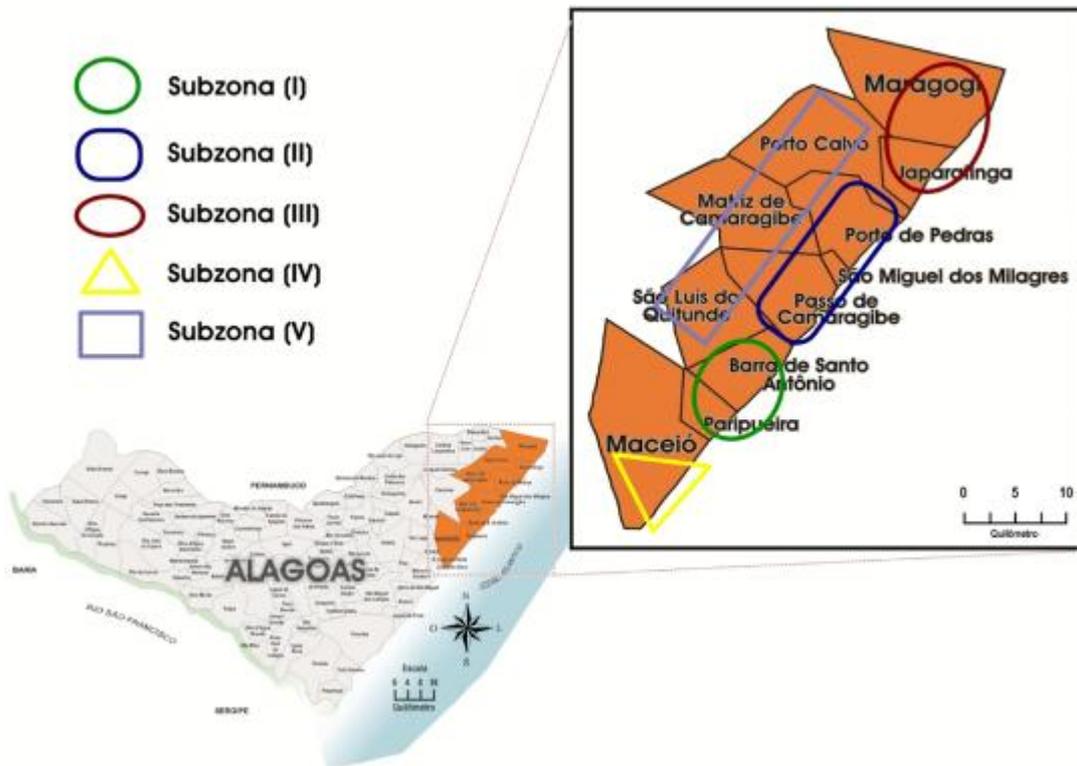
técnicos com base em uma forma de planejamento que normalmente não é participativo (CORIOLANO 2003; CORRÊA *et al.*, 2010), e frequentemente orientados por interesses externos aos territórios explorados pelo turismo. Por essa razão, o turismo tende a se desenvolver sem contemplar os interesses das comunidades afetadas e sem adotar controles adequados em relação ao processo de urbanização por ele desencadeado.

Para que se possa pensar em turismo sustentável (BRAMWELL, 1998), as políticas de turismo precisariam levar em consideração, dentre outros aspectos, as demais atividades socioeconômicas e correspondentes políticas com influências no território, pois “[...] nem todos os territórios são adequados para todos os turismos. Alguns turismos reforçam-se reciprocamente, outros são incompatíveis. As políticas para os turismos devem ser necessariamente políticas também de território” (ECOPOLIS, p.4, 2012), ou seja, precisam se adequar às atividades e usos presentes nos territórios nos quais o turismo se insere. É por isso que se reforça o argumento sobre a necessidade de se reconhecer as territorialidades preexistentes dos lugares, durante o planejamento da atividade turística e, também, avaliar a capacidade que o ambiente natural tem de suportar a intervenção turística (RUSCHMANN, 2006). Afinal, como pontua Swarbrooke (2000), o meio ambiente é a base econômica da atividade turística e apresenta oportunidades e limitações, logo a perpetuação da atratividade dos recursos turísticos é considerada fator central para o desenvolvimento sustentável do turismo.

Portanto, os tipos de turismo que não levem em consideração as atividades e práticas sociais locais preexistentes, provavelmente trarão implicações negativas para o território onde será instalado, podendo, em casos particulares, levar até mesmo à inviabilização local da atividade (CRUZ, 2002), ou à sua estagnação, como prevê Butler (2006, 1980), no seu modelo do Ciclo de Vida da Área Turística. Infelizmente, no caso dos municípios do litoral Norte de Alagoas, o avanço do turismo de massa trouxe diversas formas de impactos negativos, que dizem respeito principalmente à degradação do meio ambiente e à descaracterização da cultura das comunidades tradicionais existentes (ARAÚJO; MOURA, 2007), como é o caso claro de Maragogi (KASPARY, 2012).

O litoral Norte de Alagoas apresenta cinco subzonas de desenvolvimento do turismo (ALAGOAS apud DUDA, 2013) (Figura 8).

Figura 8: Subzonas de Desenvolvimento do turismo no Polo de Turismo Costa dos Corais.



Fonte: Alagoas apud Duda (2013).

(I) **Trecho de veraneio e day use** – Este trecho apresenta baixo grau de evolução do ponto de vista de investimentos específicos no setor turístico. Apesar da consolidação de pontos de apoio, ainda predominam marcas de ocupação urbana desordenada, nos municípios de Paripueira e Barra de Santo Antônio.

(II) **Trecho com turismo em desenvolvimento** – Obedecendo a uma evolução natural à vocação turística desta subzona, há hoje a predominância de pousadas de charme e empreendimentos de baixa escala e alto valor agregado. Praticamente 100% da mão-de-obra é local, e há um esforço conjunto dos empresários em preservar as características estéticas, ambientais e sociais do que foi denominado “Rota Ecológica”, trecho de litoral com aproximadamente 22 km que se estende da foz do rio Camaragibe à foz do rio Manguaba.

(III) **Trecho com turismo em consolidação** – Maragogi é hoje um dos 65 destinos indutores do turismo, conforme definição do MTur. Possui a atividade turística em consolidação com diversos equipamentos, que incluem pousadas, hotéis de médio porte e *resorts* além de variedade nos pontos de apoio e serviços em geral.

(IV) **Trecho com turismo consolidado** – Maceió, destino turístico de Alagoas consolidado nacional e internacionalmente, também faz parte do programa dos destinos indutores do Ministério do Turismo. É o trecho onde se localiza a capital do estado, apresentando uma ampla infraestrutura turística. É o principal núcleo receptor de turistas do estado de Alagoas.

(V) **Trecho com municípios fora da área litorânea** – Os municípios de São Luiz do Quitunde, Matriz de Camaragibe e Porto Calvo encontram-se fora da área litorânea e, apesar de possuir um vasto potencial cultural, estão num processo incipiente de desenvolvimento da atividade turística (DUDA, 2014 *apud* Alagoas 2010).

Chama-se a atenção especificamente para a subzona II, descrita como a área do litoral Norte de Alagoas onde há a predominância de pousadas com características que se assemelham às chamadas “Pousadas de Charme”, e que são empreendimentos de pequena escala e alto valor agregado, nos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras. Nestes municípios a Rota Ecológica e suas pousadas (objeto de investigação deste estudo) vêm desenvolvendo uma oferta turística de cunho alternativo, que se diferencia do restante dos municípios que compõe o PTCC, nos quais predomina, de uma forma geral, o turismo de massa. É, portanto um novo cenário do turismo no estado de Alagoas, que é apresentado no tópico a seguir.

## 2.2 A Rota Ecológica e suas pousadas: entre horizontalidades e verticalidades

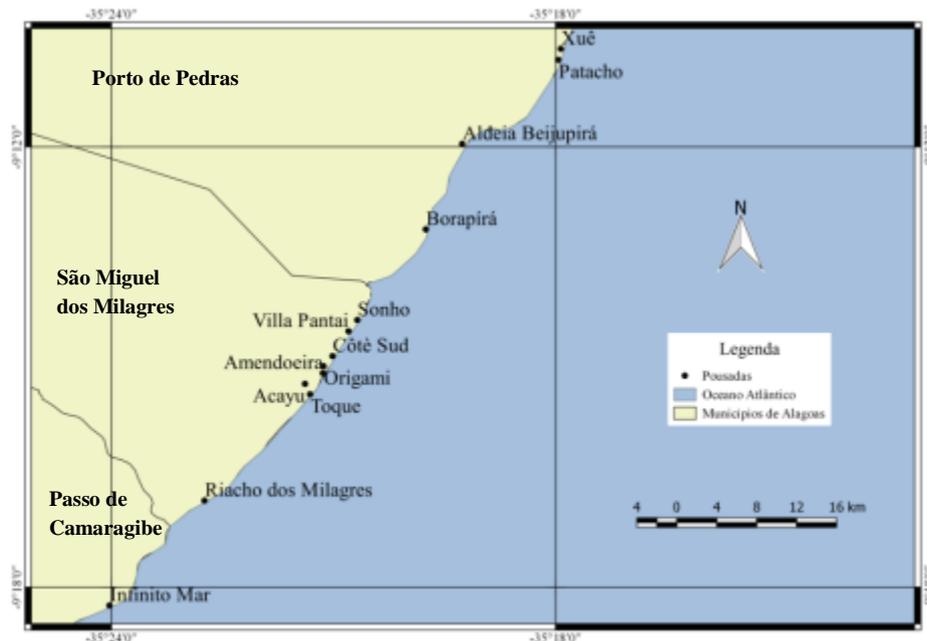
No que se refere à sua localização, o trecho do litoral Norte alagoano correspondente à Rota Ecológica (Figura 9), tem uma extensão linear de aproximadamente 23km, situado entre a foz do rio Camaragibe (município de Passo de Camaragibe) e a foz do rio Manguaba (município de Porto de Pedras). Nessa área, vêm sendo instaladas hospedagens turísticas em forma de pousadas de pequeno a médio porte. São 13 pousadas (Figura 10) que se orientam sob a oferta de turismo alternativo, que têm se desenvolvido localmente de uma forma que se contrapõe ao turismo de massa predominante no litoral Norte de Alagoas (SILVA, 2013).

**Figura 9: Delimitação aproximada da área da Rota Ecológica por imagem de satélite (Google Earth)**



Fonte: Acervo pessoal, 2015

**Figura 10: Localização das pousadas da Rota Ecológica**



Fonte: LTTD/Ufal, 2015.

De fato, a expressão “turismo alternativo” foi criada para categorizar modalidades de turismo que se contrapõem ao turismo de massa (BENSON, 2005; CRUZ, 2003), fazendo uso dos espaços naturais como seu principal objeto de consumo, sem causar grandes impactos negativos à natureza, como nos casos do ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural. Devido à sua escala reduzida, aos pequenos volumes da oferta e ao perfil dos visitantes, o turismo alternativo oferece mais possibilidades de criar elos sinérgicos com atividades socioeconômicas e culturais locais.

O nome Rota Ecológica parece ter origem local. Segundo os entrevistados, o termo foi formulado pelos primeiros donos de pousadas da região em conjunto com os prefeitos da época (meados dos anos 2000). O termo Rota Ecológica tem grande apelo junto a pessoas que valorizam a diversidade de ecossistemas naturais e a possibilidade de desfrutar de um tempo longe dos grandes centros urbanos, e, ao mesmo tempo, próximo a povoados interessantes, com rico patrimônio cultural e paisagístico. Esses atributos tornaram a Rota Ecológica conhecida nacional e internacionalmente.

As 13 pousadas que são, atualmente, os principais agentes responsáveis pela territorialização do turismo da Rota Ecológica são de proprietários brasileiros e estrangeiros. Especialmente, a distribuição destas pousadas por municípios não é equitativa, pois apenas uma delas se encontra localizada no município de Passo de Camaragibe, oito estão em São

Miguel dos Milagres e quatro delas se localizam em Porto de Pedras. Estas características estão sintetizadas na Tabela 1.

<b>Nº</b>	<b>Pousada</b>	<b>Município onde se localiza</b>	<b>Nacionalidade do proprietário</b>	<b>Início das atividades</b>	<b>Coordenada geográfica</b>
1	Pousada Infinito Mar	Passo de Camaragibe	Argentinos	2010	9°18'14.91"S 35°24'01.48"O
2	Pousada Riacho dos Milagres	São Miguel dos Milagres	Brasileira	2007	9°16'49.18"S 35°22'44.57"O
3	Pousada do Toque	São Miguel dos Milagres	Brasileira	2000	9°15'22.26"S 35°21'19.00"O
4	Pousada Acayu (antiga pousada do Caju)	São Miguel dos Milagres	Portuguesa	2003	9°15'13.76"S 35°21'23.08"O
5	Pousada da Amendoeira	São Miguel dos Milagres	Israelense + brasileira	2004	9°15'4.99"S 35°21'8.61"O
6	Pousada Origami	São Miguel dos Milagres	Brasileira	2009	9°14'59.26"S 35°21'8.12"O
7	Pousada Villa Pantai	São Miguel dos Milagres	Brasileira	2004	9°14'51.06"S 35°21'0.76"O
8	Pousada CotèSud	São Miguel dos Milagres	Francesa + Belga	1999	9°14'30.75"S 35°20'47.83"O
9	Pousada do Sonho	São Miguel dos Milagres	Italiana	2008	9°14'21.57"S 35°20'40.72"O
10	Pousada do Patacho	Porto de Pedras	Francesa	2008	9°13'7.40"S 35°19'45.19"O
11	Pousada Borapirá	Porto de Pedras	Portuguesa	2005	9°10'48.83"S 35°17'57.83"O
12	Pousada Aldeia Beijupirá	Porto de Pedras	Portuguesa	2005	9°11'57.58"S 35°19'15.72"O
13	Pousada Xuê	Porto de Pedras	Italiana + brasileira	2012	9°10'39.87"S 35°17'55.82"O

Fonte: Pesquisa de campo realizada de 2013 a 2015.

O fenômeno ainda emergente<sup>13</sup> das pousadas da Rota Ecológica aparece no final da década de 1990, quando surge a primeira pousada na área – Cotè Sud –, apresentando alguns atributos que configuraram uma oferta turística inovadora no território em questão, quando comparada com o turismo de massa no restante do litoral norte de Alagoas. Após a sua chegada, várias outras se instalaram no local, principalmente nos municípios de São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras. Com o passar dos anos, criaram um logotipo que foi sendo agregado a cada uma dessas pousadas (Figura 11).

<sup>13</sup> A primeira das 13 pousadas da Rota Ecológica aqui estudadas (Cotè Sud) surgiu no final da década de 1990; a décima terceira (Pousada Xue) foi inaugurada em meados da década de 2010.

**Figura 11: Logomarca das pousadas da Rota Ecológica**



Fonte: LTDD, UFAL, 2012.

Atributos incorporados por estas 13 pousadas às suas ofertas, apontam para uma semelhança com as chamadas “Pousadas de Charme”, apesar de apenas uma delas (Pousada do Toque) fazer parte da Associação de Hotéis Roteiros de Charme, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Porém, todas as outras 12 pousadas apresentam várias características que fazem parte dos pré-requisitos exigidos pela mencionada associação, quais sejam: sofisticação, requinte, tranquilidade, responsabilidade socioambiental, pequena escala etc. Estas pousadas possuem algumas práticas direcionadas ao uso sustentável do turismo, principalmente com relação ao meio ambiente (SILVA; CAMELO, 2013). Contudo elas parecem não atender plenamente as exigências da mencionada associação, pois não são classificadas como pousadas de charme.

Essa tipologia de oferta turística surgiu na Europa, em meados de 1980. No Brasil, a ideia começou a se difundir quando o hoteleiro Helenio Waddington fundou a Associação de Hotéis Roteiros de Charme. A premissa foi reunir estabelecimentos que se mostrassem exigentes no que se refere à qualidade, conforto e sustentabilidade. O Presidente da Associação de Hotéis Roteiros de Charme argumenta que a característica de “charme” diz respeito à

[...] união entre bom gosto, atenção com detalhes, paixão de servir, conforto compatível com expectativas dos hóspedes, localização privilegiada, construção adequada ao meio ambiente e à região, enfim, o conjunto de fatores que emprestam personalidade única ao local e ao próprio hotel. [...] seus membros são selecionados anualmente pela variedade de suas características e personalidades independentes, segundo rígidos critérios quanto ao conforto, qualidade de serviços e responsabilidade socioambiental, sempre de forma economicamente viável e sustentável (ROTEIROS DE CHARME, s.d.).

Apesar de serem independentes entre si, as pousadas da Rota Ecológica possuem a mesma marca de sofisticação e requinte. O “charme” é proporcionado por um conjunto de aspectos que inclui o ambiente, somado à decoração característica e personalizada de cada pousada (Figura 12). Todas estas pousadas dispõem um tratamento diferenciado a seus hóspedes, no sentido de manterem um serviço autêntico (em relação à gastronomia, estilo, segurança, tranquilidade e conforto), características que teoricamente as aproximam da mencionada tipologia de “pousadas de charme”.

**Figura 12: Aspectos da decoração de pousadas da Rota Ecológica**

A – Pousada Beiju Pirá, sala de lazer.  
B – Pousada Infinito Mar, sala de refeição.  
C – Pousada Casa Acayu, recepção.

D – Pousada Vila Pantai, área externa de lazer.  
E – Pousada do Toque, ambientação externa.  
F – Pousada Riacho dos Milagres, *bangalow*



Fonte: LTTD/Ufal, 2012, Site das pousadas: [www.infinitomar.com](http://www.infinitomar.com); [www.casaacayu.com](http://www.casaacayu.com); [www.pousadariachodosmilagres.com](http://www.pousadariachodosmilagres.com).

Entretanto, este trabalho não conseguiu identificar o porquê destas pousadas não serem efetivamente consideradas de charme. Levanta-se a hipótese de que os donos não queiram ingressar na respectiva associação por motivos pessoais, ou talvez as pousadas não contenham todos os pré-requisitos que são exigidos para o ingresso na associação dos empreendimentos de charme.

Em um trabalho sobre as pousadas da Rota Ecológica, Carvalho (2014), com base em informações que estão disponíveis nos sites dessas pousadas, identificou as características que, segundo as próprias pousadas, os hóspedes experimentam durante a sua estadia no lugar (Quadro 5).

**Quadro 5: Características associadas às pousadas**

CARACTERÍSTICAS	NÚMERO DE POUSADAS					
GASTRONOMIA						
TRANQUILIDADE						
CONFORTO						
CHARME						
SEGURANÇA						
ESTILO						
ROMANCE						
DESCANSO						
ACONCHEGO						
LUXO						
REQUINTE						

Fonte: Carvalho, 2014.

As características mais mencionadas (gastronomia, tranquilidade, conforto, charme, segurança e estilo), juntamente com as outras características também mencionadas, permitem se sugerir que essas pousadas estão associadas de alguma forma à noção de *slow tourism* (TIMMS; CONWAY, 2012), conceito explorado no capítulo anterior. A filosofia da oferta destas pousadas permite que os turistas tenham horários mais flexíveis, com relação ao tempo de refeições e passeios, por exemplo, fator que as distanciam dos pacotes turísticos proporcionados no turismo de massa e as aproximam da noção de *slow tourism*. Além disso, territorializam o lugar valorizando as características intrínsecas do território no qual estão inseridas, proporcionando aos turistas experiências mais autênticas com a destinação, isto é, que incluem aspectos característicos do lugar visitado. Portanto, essas são características da territorialidade dessas pousadas que as afastam significativamente da noção de enclave turístico (PEARCE, 2003), que normalmente está associado ao turismo de massa. Entretanto,

essas pousadas não se enquadram perfeitamente na noção de turismo comunitário, cujo controle está nas mãos da própria comunidade receptora, uma vez que as pousadas da Rota Ecológica são todas de propriedade de pessoas alóctones, com nove das 13 pousadas sendo de propriedade de estrangeiros.

Como foi discutido anteriormente, o eixo alternativo de turismo inclui diversos tipos de turismo, os quais normalmente apresentam baixo impacto ambiental e valorizam características naturais e culturais das áreas exploradas. Assim, em seu processo de territorialização, estas pousadas caracterizam-se também por aproveitar a paisagem natural utilizando baixa taxa de construção do terreno e por serem empreendimentos de relativamente pequeno porte, possuindo poucas UHs (Unidades Habitacionais), normalmente não possuem extensos muros de alvenaria e, no geral, a construção se adapta de alguma forma às condições da vegetação do local, e ocupam a maior parte da área de transição entre a pousada e areia da praia, porém sem construções massivas que modifiquem substancialmente os Terrenos de Marinha (Figura 13). São características de projetos arquitetônicos que apresentam uma horizontalidade que vem garantindo a qualidade dos empreendimentos e do lugar no qual se instalam, empregando uma construção sustentável.

**Figura 13: Ocupação das pousadas da Rota Ecológica na área de beira-mar**



Fonte: LTTD/Ufal, 2012, 2013, 2015.

Segundo seus proprietários, os seus empreendimentos possuem poucos bangalôs, chalés ou quartos porque eles afirmam que não pretendem atrair grande número de turistas, apenas um número suficiente para obter lucros razoáveis e, ao mesmo tempo, ter alguma condição operacional de serem responsáveis com o meio ambiente (SILVA; CAMÊLO, 2012), o que normalmente é difícil de ser operacionalizado na prática, quando se trata de empreendimentos de grande porte, como é o caso dos *resorts* e grandes hotéis. Para ilustrar mais esse aspecto de inserção das pousadas no território, a Figura 14 mostra fotos da espacialidade de algumas delas, retiradas do Google Earth.

**Figura 14: Espacialidade das pousadas da Rota Ecológica e suas respectivas logomarcas**





Fonte: Google Earth, 2016. Logomarcas, sites das pousadas, 2015.

Assim, os proprietários das pousadas vêm ocupando predominantemente trechos não urbanizados, localizados próximo às praias, alterando o espaço e produzindo novas

configurações territoriais, gerando uma forma de urbanização que se diferencia substancialmente da urbanização turística gerada pelos *resorts* e grandes meios de hospedagem e parques temáticos.

Numa perspectiva ambiental – além dos aspectos mencionados sobre a edificação adaptada às condições naturais – Carvalho (2014) identificou diversas práticas de responsabilidade ambiental operacionalizadas por estas pousadas, tais como: separação de lixo; reciclagem; utilização de lâmpadas de baixo consumo; utilização de vasos sanitários com baixo volume de descarga; utilização de produtos biodegradáveis; ventilação e iluminação natural; compostagem do material orgânico; horta orgânica (Figura 15).

**Figura 15: Horta orgânica na pousada do Toque**



Fonte: <http://www.roteirosdecharme.com.br/blog/horta-organica-e-sustentavel-na-pousada-do-toque>, Acesso em: 02/07/2016.

Para Luchiari (2005) qualquer edificação que se aproxime de certa horizontalidade econômica precisa, durante o planejamento do projeto arquitetônico, elaborar ações que permitam uma construção como parte do habitat vivo; que insira técnicas sustentáveis para gerar menos impacto ambiental, mais ganhos sociais e que seja viável economicamente. Este é o caso das pousadas da Rota Ecológica.

O fato de atualmente terem surgido diversos tipos de ofertas turísticas que buscam se diferenciar do turismo de massa em muitos países, provavelmente decorre do movimento ascendente do ambientalismo, associado aos discursos do desenvolvimento sustentável (ARCHER; COOPER, 1998). Com o desenvolvimento do turismo de massa, os efeitos

negativos do turismo – ambientais, sociais e culturais – foram sendo cada vez mais questionados. Ou seja, existe um maior reconhecimento de que os recursos naturais são limitados. Além disso, avança também uma compreensão maior de que as mudanças desencadeadas pelo turismo não acontecem apenas em elementos pontuais, locais, da destinação turística, mas afetam também toda a estrutura historicamente construída pela sociedade local, o território, que precede a chegada do turismo.

Assim, o desenvolvimento de uma visão mais precisa e abrangente da crise ambiental, tem levado a novas maneiras de se pensar o turismo, buscando avançar economicamente sem comprometer drasticamente o elemento sociocultural e ecológico dos territórios (BRAMWELL, 1998; SWARBROOK, 2006). Os turistas que se alinham ao turismo alternativo buscam conhecer os ecossistemas locais e a cultura das comunidades tradicionais ou de pequena expressão escalar, em oposição ao turismo de massa que normalmente causa impacto a tais ecossistemas e comunidades.

Na esteira da revalorização da natureza a partir do início da década de 1990 (SANTOS, 2006), e com o objetivo de aproveitar o grande potencial das regiões tropicais para a exploração turística, os litorais de países dessa parte do planeta começaram a receber crescentes investimentos em empreendimentos turísticos, envolvendo grandes complexos hoteleiros, *resorts* e investimentos de pequena escala. Verifica-se também uma expansão das ofertas turísticas que buscam valorizar ambientes naturais bem preservados ou conservados juntamente com as características socioeconômicas e culturais associadas a segmentos turísticos de baixo impacto e ligados de alguma forma à noção de desenvolvimento sustentável (TIMMS; CONWAY, 2012).

Nesse sentido, esse fenômeno e uma crescente preocupação com o meio ambiente na atualidade, parecem explicar, em parte, o surgimento das pousadas da Rota Ecológica. Por exemplo, em conversa aberta nestes empreendimentos, os estrangeiros donos de nove das 13 pousadas em análise relataram que decidiram investir nessa área de Alagoas por terem sido atraídos pelas praias e pelo território ainda não apropriado por empreendimentos de grande porte, ou pela região não ter grandes núcleos urbanos (SILVA; CAMÊLO, 2012). Ou seja, a Rota Ecológica, com seu território organizado principalmente em torno de atividades tradicionais e desprovido de grandes centros urbanos ou indústrias, parece reunir características locais que a torna bem posicionada como um nicho para o tipo de turismo ofertado pelas pousadas da região.

De uma maneira geral, muitas formas de desenvolvimento turístico adotam práticas que não são compatíveis com o modo de vida das comunidades autóctones, e muitas vezes se

apropriam indevidamente dos recursos naturais que servem de sustento para a própria comunidade. Ao discutir a implantação do turismo em determinado lugar, Rodrigues (2006, p. 301) argumenta que após a implantação do turismo “[...] nada será como antes, considerando-se que a dinâmica territorial é sempre criação e recriação de territorialidades”. Entretanto, há exemplos empíricos de que o desenvolvimento turístico pode ser mais harmônico em relação aos interesses locais, como relatado por Timms e Conway (2012), ao estudarem o caso de *Treasure Beach*, na Jamaica.

Para que haja uma valorização das territorialidades preexistentes à chegada do turismo, é necessário, dentre outros requisitos, que as práticas turísticas em questão busquem estabelecer conexões positivas com os demais usos presentes no território preexistente, observando-se, por exemplo, os princípios do desenvolvimento sustentável (BRAMWELL; LANE, 1993). É importante que seja fortalecida a identidade cultural do lugar, que se promovam empregos para os residentes, consumindo alimentos do lugar, e também, que as atrações fornecidas em espaços de ecossistemas sensíveis sejam realizadas de forma responsável, ou seja, visualizando a capacidade de visitas que estes espaços podem receber, criando assim atitudes que priorizem a sua conservação.

Numa dimensão social, particularmente em relação às atividades preexistentes ao turismo das pousadas na região da Rota Ecológica, com base no que foi informado pelos proprietários desses empreendimentos, eles promovem uma valorização do mercado interno, por exemplo, através da aquisição de pescado de fornecedores locais e de outros produtos (e.g. hortaliças e frutas), além do incentivo ao artesanato local que ocorre tanto pela compra do produto artesanal (Figura 16) por estas pousadas, como também pela divulgação que elas fazem sobre o artesanato local junto aos turistas.

Além disso, essas pousadas geram empregos formais para moradores dos lugares envolvidos, os quais anteriormente tinham poucas oportunidades de conseguir emprego formal na região (SILVA; CAMELO, 2013). Quase a totalidade dos funcionários das pousadas da Rota Ecológica é composta por pessoas dos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, por meio de emprego formal. No geral, atuam como: jardineiros, copeiros, cozinheiros, camareiros, ou porteiros. Essas estratégias das pousadas se aplicam à noção de horizontalidade já que representam relações mais solidárias com a comunidade receptora.

**Figura 16: Artesanato presente na pousada Casa Acayu**



Fonte: [www.pousadacasaacayu.com](http://www.pousadacasaacayu.com), acesso em 13/06/2016.

Se, por um lado, a maioria das características das pousadas da Rota Ecológica que foram aqui mostradas se relaciona com o conceito de horizontalidade (SANTOS, 2006), por outro lado, esses empreendimentos se valem também de práticas verticalizadas, conceito empregado pelo mesmo autor, e que foi discutido no Capítulo 1. Além disso, essas pousadas praticam altos preços nas diárias cobradas. Normalmente, quando um empreendimento cobra preços elevados, isto diminui a probabilidade de que classes sociais menos favorecidas usufruam dos seus produtos e serviços. Se este fato ocorre em locais que possuem fraco desenvolvimento econômico, raramente os nativos usufruirão desta oferta. A maior parte dos turistas que frequenta as pousadas da Rota Ecológica é do Sudeste e Sul do Brasil, e do exterior, pessoas que possuem um alto poder aquisitivo (CARVALHO, 2014).

Além disso, toda ação econômica pela qual o lucro gerado não permanece na comunidade é considerada extremamente vertical (SANTOS, 2006), fato que acontece na Rota Ecológica. Entretanto, Coriolano (2006) explica que o turismo, de alguma forma, gera renda para as comunidades, seja direta ou indiretamente, com exceção do enclave de *resort*. No caso das pousadas da Rota Ecológica, elas não são puramente um *resort*, nem turismo comunitário. Coriolano (idem) menciona que o chamado turismo comunitário é o único tipo

de turismo no qual o lucro pertence inteiramente à comunidade receptora, pelo fato da própria atividade ser desenvolvida e ofertada pela população local.

Como consequência, a territorialidade e os processos de territorialização dessas pousadas parecem não representar completamente, nem uma ação vertical nem um processo pleno de busca de estabelecimento de relações horizontais (SANTOS, 2006) com os demais usos presentes nos territórios locais. Assim, parece que as pousadas da Rota Ecológica – considerando-se sua territorialidade e ações de territorialização – apresentam algumas características dos enclaves e, ao mesmo tempo, algumas características do turismo de base comunitária, apresentando-se como uma oferta de alguma forma híbrida – talvez um quase-enclave, proposição que será aprofundada no Capítulo 4.

### **2.3 Turismo de Pousadas e outras ofertas turísticas: Paralelos**

Apesar da investigação deste trabalho se ater à oferta turística das pousadas da Rota Ecológica, identificou-se que ela não é a única oferta na região, e que, no entanto, se relaciona de alguma forma com as demais ofertas.

Uma atividade turística promovida localmente é o passeio para observação do peixe-boi (*Trichechus manatus*), no rio Tatuamunha. O projeto de preservação do peixe-boi foi implementado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e originariamente foi concebido para a reintrodução desse mamífero marinho nessa parte do litoral alagoano (Figura 17). Atualmente, inclui uma oferta turística dedicada a visitas à área do projeto, incluindo a observação dos animais que vivem na região, facilmente avistados no rio Tatuamunha. Os passeios turísticos para observação dos peixes-boi no rio Tatuamunha são realizados pela Associação dos Condutores do Turismo de Observação do Peixe-boi marinho (Figura 18) (SILVA; 2013).

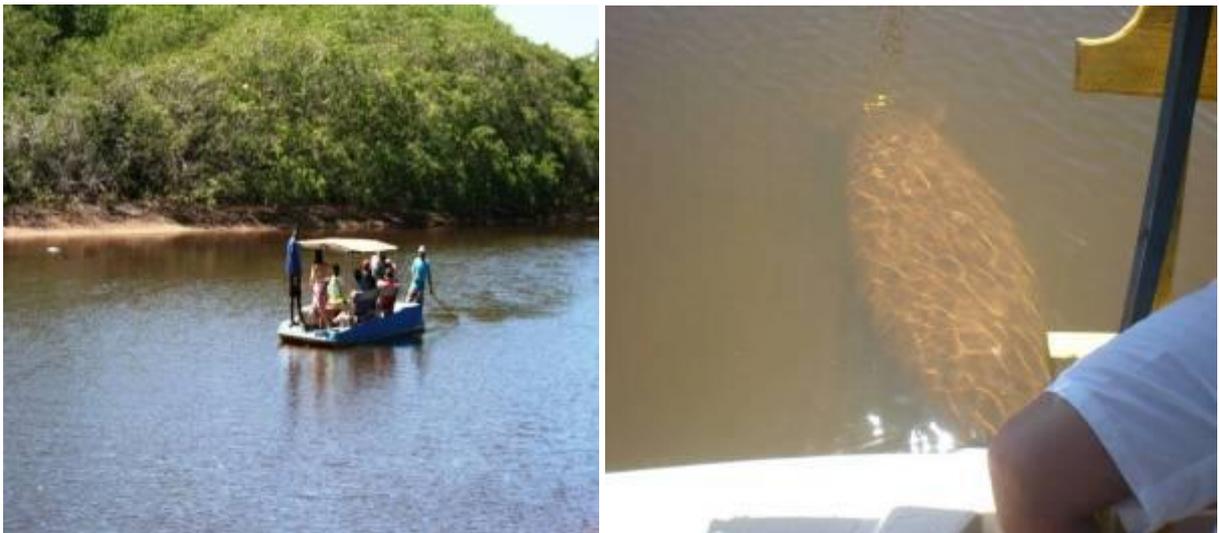
O esforço desse projeto é efetivado junto à população para que o animal, de natureza dócil, possa reproduzir e recolonizar as áreas de antecedência histórica dessa espécie. A capacidade de passeio é de 70 visitantes por dia; os guias tem que ser devidamente credenciados; e devem seguir todas as regras estipuladas pelo ICMBio relativas à condução e à forma de interação com o animal.

**Figura 17: Área de reintrodução do peixe boi em Porto de Pedras**



Fonte: LTTD/UFAL, 2016.

**Figura 18: Passeio para observação do peixe-boi no rio Tatuamunha – à esquerda; peixe boi visto da jangada – à direita**



Fonte: LTTD/ Ufal, 2013.

As pousadas trabalham junto com alguns condutores contratando o serviço, fazendo a divulgação, e incentivando o turista a realizar esse passeio que é um diferencial para os que visitam a região. Assim, observa-se na Rota Ecológica uma forma de desenvolvimento turístico que busca suporte no conceito de sustentabilidade, com base na qual se encontram práticas socioambientais no desenvolvimento do turismo, no sentido de uma territorialização turística que se preocupa, até certo ponto, com o meio ambiente e demais interesses das comunidades locais (SILVA, 2013).

As características naturais da região, a paisagem, os aspectos culturais, assim como o fato de a região não ter se tornado ainda alvo significativo do turismo de massa, conferem à área grande potencial para o desenvolvimento do turismo alternativo. Por exemplo, foi com foco no fomento à exploração dessas características pelo turismo que o governo estadual criou o Arranjo Produtivo Local (APL) – Costa dos Corais, outro projeto em paralelo com o aparecimento das pousadas.

Além dos três municípios da Rota Ecológica, o APL Costa dos Corais também inclui os municípios de Barra de Santo Antônio, Paripueira, Porto Calvo, Japaratinga e Maragogi. O APL de Turismo Costa dos Corais é um programa setorial, criado em 2004, induzido pelo governo do estado com o intuito de reunir e integrar políticas que produzam destinos turísticos consolidados e sustentáveis, desenvolvendo e fortalecendo associações e cooperativas, fomentando a capacidade empreendedora dos empresários da região (SEPLANDE, 2010; MTur, 2012). Além do mencionado APL, a região da Rota Ecológica tem outras atividades associativas e de cooperativismo (Quadro 6), algumas delas ligadas à atividade turística (SEPLANDE, 2010).

Segundo Fraga (2013), a iniciativa da criação do APL Costa dos Corais estimulou a valorização da identidade cultural local, mesmo que ainda não apresente uma grande abrangência nestes três municípios da Rota Ecológica. O fato é que com estes trabalhos, mais organizados entre seus membros, facilitou a comunicação com as pousadas que passaram a divulgar os projetos locais.

**Quadro 6: Algumas atividades do APL Costa dos Corais em Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras**

<b>Passo de Camaragibe</b>	<b>São Miguel dos Milagres</b>	<b>Porto de Pedras</b>
Associação de artesanato – Amarativa e Acultuja	Projeto Peixe-boi marinho – ICMbio	Projeto Peixe-boi marinho – ICMbio
Associação de barqueiros		Associação dos Ribeirinhos – Aribama
Associação dos produtores de ostras		Associação de guias do projeto peixe-boi marinho

Fonte: Adaptado de Seplande (2010).

Ideias e iniciativas, quer sejam da iniciativa privada ou do poder público, que se diferenciam do modelo de desenvolvimento que prioriza exclusivamente a dimensão econômica, são importantes, pois podem contribuir positivamente para regionalizar a atividade turística de forma sustentável (BENI, 2004; BRAMWELL, 1998). Em outras palavras, é importante se disseminar o crescimento econômico – neste caso, com base no turismo –, concomitantemente à valorização das características sociais culturais e ambientais presentes dos lugares, pois os diversos setores econômicos e sociais dos municípios e comunidades podem se beneficiar com o desenvolvimento turístico.

Na parte mais urbanizada dos municípios da Rota ecológica, como as sedes municipais, também existem pousadas de pequeno porte, mais simples, cujos donos são da comunidade e oferecem preços mais acessíveis. Há também restaurantes e bares que recebem tanto turistas que ficam hospedados nas pousadas mais charmosas como também os turistas de outras pousadas mais simples e demais visitantes que transitam pelo local.

Um aspecto interessante das pousadas da Rota Ecológica é que apesar de exercerem uma forma de inserção local do turismo que se diferencia significativamente das ofertas de turismo de massa dos lugares turísticos mais conhecidos do litoral alagoano, principalmente por trazer diversos benefícios para as comunidades locais, essas pousadas enfrentam problemas, em sua maioria ligados a uma falta de ação do poder público local. Tais problemas se referem a deficiências sérias de comunicação, energia, transportes, estradas e vias locais de acesso, segurança pública e deficiências no sistema local de cuidados com a saúde. De forma semelhante, o poder público é um agente pouco presente, nas tomadas de decisões que dizem respeito ao turismo nessa parte de Alagoas (SILVA; CAMÊLO, 2012). Nesse contexto, parece que a construção da territorialidade da Rota Ecológica decorre exclusivamente do perfil das pousadas e dos seus proprietários, que têm se territorializado com base em uma lógica e práticas diversas daquelas do turismo de massa, em relação à escala, tipo de oferta, características da demanda e aspectos socioambientais.

Essa realidade ilustra uma contradição que permeia o desenvolvimento do turismo no litoral da região Nordeste do Brasil. Normalmente, o enunciado das políticas federais de turismo, na realidade não apenas para a região Nordeste, mas para todo o país, apoia-se largamente no discurso do desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, as políticas de cunho estruturante, como o Programa de Regionalização, o Projeto de Polos Turísticos, e o projeto Destinos Indutores, buscam fomentar na prática o turismo de massa. Essa forma de desenvolvimento turístico é amplamente criticada pelos seus impactos negativos. Ao mesmo tempo, e de forma paradoxal, ofertas turísticas situadas no eixo do turismo alternativo, e que

internalizam várias práticas territoriais associadas à noção de sustentabilidade, normalmente não recebem o apoio do poder público, nem mesmo em relação a uma responsabilidade institucional do governo nos três níveis – municipal, estadual e federal –, a saber: a construção de infraestrutura básica.

Em síntese, este capítulo caracterizou a situação do turismo no trecho da Rota Ecológica. No avanço do trabalho, para entender de fato a territorialização do turismo das pousadas, ou seja, as mudanças que elas trouxeram para o lugar, foi necessário levantar os usos anteriores do território e as relações econômicas e sociais que preexistiam à chegada das pousadas, o que é abordado no capítulo a seguir.

## **CAPÍTULO 3 O TERRITÓRIO DA ROTA ECOLÓGICA ANTES DO TURISMO DE POUSADAS**

As vivências cotidianas constituídas antes do turismo, no trecho que corresponde à Rota Ecológica, remontam ao início do processo de colonização dos municípios litorâneos do Estado de Alagoas. O início do povoamento nessa área deu origem a diversas formas de territorialidades que se desenvolveram tanto nas áreas mais distantes do mar, quanto nas áreas de praias onde estão localizadas as pousadas que são objeto deste estudo.

Este capítulo caracteriza as vivências sócio-econômicas e culturais que constituíram os municípios que compõem a Rota Ecológica. São também apresentados os aspectos ambientais do território que formam a base de recursos naturais para as atividades econômicas locais. O intuito é proporcionar um melhor entendimento sobre o contexto socioespacial e territorial em que o turismo das pousadas se desenvolve.

Teve-se como objetivo detalhar informações sobre as territorialidades tanto do município de maneira geral, como da parte específica na qual as pousadas estão localizadas. Parte-se da idéia de que o território é socialmente construído ao passo que os indivíduos vão administrando as atividades nos lugares, criando técnicas, usando os recursos naturais existentes, construindo simbolismos, redistribuindo e reorganizando os serviços que fazem funcionar as cidades, os povoados e as áreas rurais. Estas transformações estão atreladas aos interesses distintos de cada grupo social ao longo da história e deixam marcas que formam a identidade de um povo. A atividade turística normalmente utiliza esse universo de atividades para se promover e, portanto, sentimos a necessidade de conhecer melhor o trecho da Rota Ecológica para no próximo capítulo entendermos o que de fato mudou com a chegada do turismo das pousadas à Rota Ecológica.

### **3.1 Territorialidades locais: Os municípios da Rota Ecológica**

Como mencionado no Capítulo 2, a Rota Ecológica abrange um trecho situado na zona costeira alagoana, entre o rio Camaragibe e o rio Manguaba, abrangendo partes dos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras (Figura 19) que se localizam na Mesorregião do Leste Alagoano.

**Figura 19: Localização dos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras**



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento Aplicado (LGA) / Ufal, 2013.

Passo de Camaragibe, com uma população de 14.763 habitantes, possui uma área total de 187,2 km<sup>2</sup> (73,48 hab./km<sup>2</sup>), e localiza-se a uma distância de 64,1 km da cidade de Maceió. Suas principais praias são: Barra de Camaragibe, Marceneiro e a praia dos Morros. Entre os eventos locais, destacam-se a Festa da Emancipação Política (14 de junho) e a Festa da Padroeira (29 de novembro a 08 de dezembro) (BOMFIM, 2010).

São Miguel dos Milagres, com uma população de 7.163 habitantes, possui uma área total de 76,74km<sup>2</sup> (89,88 hab./km<sup>2</sup>), distando da capital 85,4 km. Piscinas naturais<sup>14</sup> marinhas, localizadas no início da Plataforma Continental, no ambiente recifal, são sua principal característica natural associada à oferta turística local. Além da sede municipal, esse município também tem quatro povoados, dentre os quais o que mais se destaca é o povoado de Porto da Rua; sua praia é o maior atrativo do município.

Porto de Pedras, com população de 8.429 habitantes, possui uma área total de 257,7 km<sup>2</sup> (38,46 hab./km<sup>2</sup>), e distância da capital de 100,2 km. Destacam-se como atrativos turísticos as praias de Tatuamunha e do Patacho. No rio Tatuamunha, tem o atrativo de visita ao projeto peixe-boi marinho.

Esses três municípios possuem características ambientais, econômicas e socioculturais semelhantes e também foram palco e território de acontecimentos históricos do Brasil, como

<sup>14</sup> Piscina natural – termo descritivo usado no litoral da região Nordeste para designar corpos d’água formados nos ambientes recifais (de arenito e/ou de corais) que aparecem durante a maré baixa, assemelhando-se a piscinas, e que constitui grande atrativo turística.

exposto a seguir. São apresentadas, portanto, ações que acumuladas ao longo dos anos, configuraram o território destes municípios, que expressam territorialidades marcadas pela relação de poder e pelos usos no território, ou seja, pela influência e organização de indivíduos sob o território que habitam, relações estas, constituídas antes da chegada do turismo das pousadas.

### **3.1.1 Um pouco de história**

A história de um território possui forte dependência com as atividades econômicas nele desenvolvidas (LIRA, 2007). Portanto, assim como em diversos estados do litoral nordeste do Brasil, o cultivo da cana-de-açúcar se desenvolveu como a principal estratégia de ocupação da zona costeira de Alagoas, desde o período colonial até o presente<sup>15</sup>, tendo gerado grandes mudanças nas paisagens naturais dos tabuleiros e colinas costeiras. Ao longo do processo de implantação, o setor canavieiro foi se modernizando para uma melhoria na produção, o que levou à conquista de novos territórios, assim como à necessidade de mão-de-obra barata, disponível nas cidades e povoados da região (CARVALHO, 2009).

De acordo com Andrade (2002), a ampliação do setor sucroalcooleiro no Leste Alagoano se deu por meio de condicionantes naturais, ou seja, pelas terras férteis das planícies costeiras do Nordeste, onde ocorrem solos organicamente ricos, o massapé, apropriados para o cultivo da cana-de-açúcar. Complementarmente, Diégues Junior (2002), explica que a expansão canavieira nordestina contou com o apoio governamental, havendo, assim um rápido avanço tecnológico no setor. A pecuária também foi importante para o desenvolvimento da região, porém compreendendo com mais destaque a parte interiorana do estado.

Ao passo que estabeleciam suas moradias, a comunidade local desenvolvia agricultura de subsistência, tendo sua base produtiva assentada nos recursos naturais e humanos locais. Nas áreas costeiras, a população foi atraída pela imensidão de coqueirais trazidos no início da colonização brasileira, onde se começou a forte comercialização do coco da Bahia, atividade econômica que passaria a se tornar tão vigorosa quanto a da agropecuária. A proximidade com o mar, também fez despontar a atividade pesqueira no litoral de Alagoas, com o aparecimento de pequenos povoados na planície costeira do litoral norte alagoano (LINDOSO, 2000).

---

<sup>15</sup> O cultivo da cana-de-açúcar predomina no litoral de Alagoas, ainda que em menor intensidade, visto que a diversificação no setor de serviços, a exemplo do turismo, ganhou força na região.

Portanto, os núcleos de povoamento em Alagoas se expandiram a partir de um contexto de engenhos de açúcar, até configurar as modernas usinas e destilarias de álcool, pecuária bovina, e também em um contexto de produção de coco e pesca costeira - como é o caso dos municípios da Rota Ecológica -, atividades essas que organizaram o território, por meio dos distintos interesses envolvidos. Estas foram as atividades centrais em torno das quais giravam a economia, a vida social e as manifestações culturais, heranças que perduram em maior ou menor grau até hoje na vida das comunidades que historicamente estiveram sob a influência dessas experiências econômicas (ANDRADE, 2002).

Conforme Diegués Junior (2002), o povoamento do território alagoano parte de três focos iniciais: Porto Calvo ao Norte, como núcleo de irradiação; Alagoas<sup>16</sup>, no centro do litoral; e Penedo, como o terceiro foco de irradiação, situado ao Sul. Os atuais municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, tiveram sua formação histórica resultante do núcleo de povoamento de Porto Calvo.

**Passo de Camaragibe** iniciou sua história às margens do rio Camaragibe. Na época das Capitânicas Hereditárias, o município era uma passagem – daí o nome “passo” – onde se vendiam diversos produtos finos importados, como o vinho do Porto (BOMFIM, 2010). Após a invasão holandesa e a morte de Domingos Fernandes Calabar, Passo de Camaragibe tornou-se um ponto estratégico, ideal para as comunidades situadas entre as porções Norte e Sul do atual Estado de Alagoas. Por meio da Lei Nº 842, Passo de Camaragibe foi elevado a cidade em 1880 (IBGE, 2010). Ainda existem duas comunidades quilombolas na região (SILVA, 2012), o que pode ser confirmado pela Secretaria da Cultura do Estado de Alagoas, os quais são: a comunidade Bom Despacho e a comunidade Perpétua, identificadas como Patrimônio Histórico do município (Secretaria do Estado da Cultura de Alagoas, 2011).

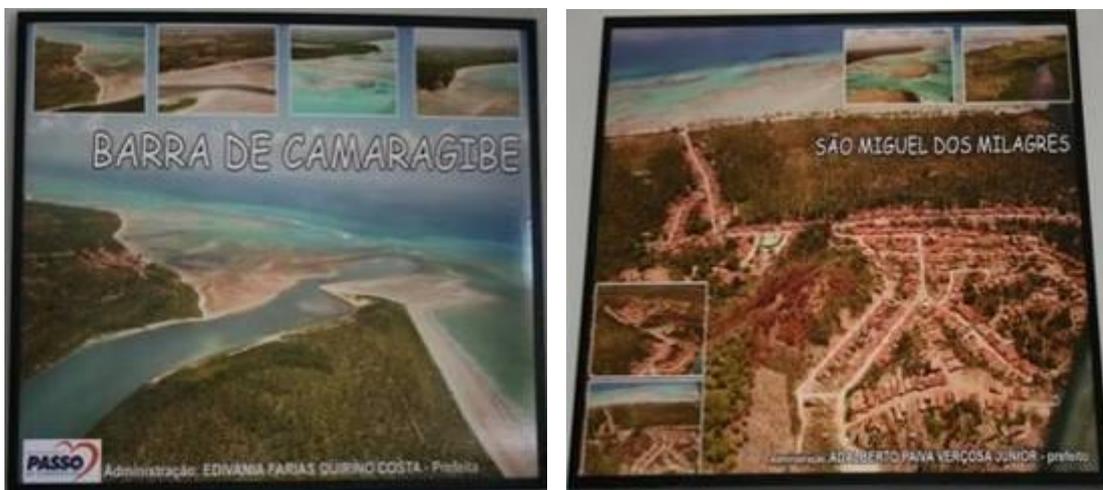
**São Miguel dos Milagres** é considerado pelo IBGE (2010) e pelo *site* da prefeitura deste município, um dos mais antigos povoados de Alagoas, que pertenceu durante décadas a Porto de Pedras. A colonização começou com a invasão holandesa, quando moradores de Porto Calvo fugiram e ocuparam terras que atualmente fazem parte deste município. O lugar teve como primeiro nome Nossa Senhora Mãe do Povo. Sua denominação mudou, segundo a tradição, depois que um pescador encontrou na praia uma peça de madeira coberta de musgos e algas marinhas. Ao levá-la para casa e fazer sua limpeza, descobriu que se tratava de uma imagem de São Miguel Arcanjo, provavelmente caída de alguma embarcação. Ao terminar o trabalho de limpeza, o pescador teria descoberto espantado, que uma ferida persistente que o

---

<sup>16</sup> Atual município de Marechal Deodoro.

afligia há tempos estava totalmente cicatrizada. A notícia se espalhou e logo o município passou a ser chamado de São Miguel dos Milagres. A sua emancipação política foi estabelecida pela Lei 2.239, de 7 de junho de 1960, quando São Miguel dos Milagres emancipa-se do município de Porto de Pedras (IBGE, 2010). A Figura 20 mostra o povoado de Barra de Camaragibe à margem esquerda da foz do rio Camaragibe (parte esquerda da imagem) e mostra a sede municipal de São Miguel dos Milagres (parte direita da imagem), podendo-se observar o ambiente recifal.

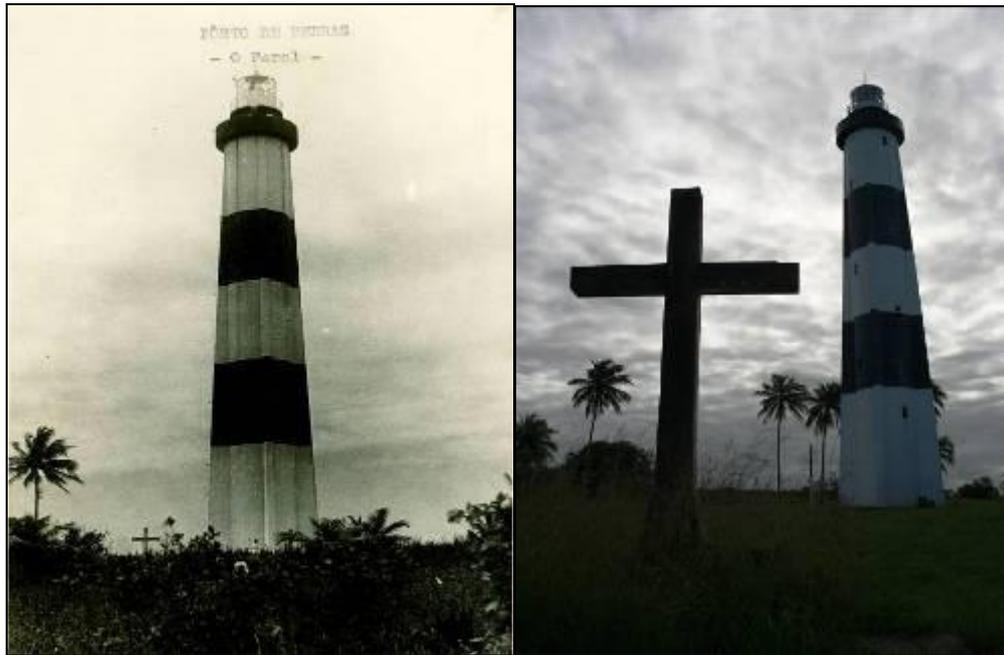
**Figura 20: Vista da Barra de Camaragibe, à esquerda. Vista de São Miguel dos Milagres, à direita**



Fonte: LTTD/ IGDema/ Ufal.

Como mencionado anteriormente, **Porto de Pedras** também tem sua história ligada à história de Porto Calvo. Durante as guerras travadas na região no período da colonização portuguesa, os moradores de Porto Calvo participaram diretamente dos movimentos contra os holandeses. No ano de 1633, guiados por Calabar, os holandeses entraram no território que é o atual município de Porto de Pedras, destruindo embarcações portuguesas e incendiando o povoado. Apenas muito mais tarde, em 1921, Porto de Pedras foi transformado em município. Até meados da década de 1960, Porto de Pedras fazia parte da rota marítima para as viagens entre Maceió e Recife. Possuía estaleiros e sua importância para a navegação marítima era tão grande que a Marinha do Brasil instalou no lugar um farol (Figura 21), para orientação de embarcações de grande porte (IBGE, 2010). O farol fica localizado no alto do morro Três Coqueiros, chamado localmente de Alto do Farol, e ainda se encontra em funcionamento. Do Alto do Farol é possível ter uma visão ampla da planície costeira (Figura 22).

**Figura 21: O farol de Porto de Pedras. Década de 90, à esquerda; 2013, à direita**



Fonte: Biblioteca virtual do IBGE, acesso em 2016; LTTD/UFAL, 2013.

**Figura 22: Vista do farol náutico em Porto de Pedras de dois ângulos diferentes**



Fonte: LTTD, UFAL, 2015.

Uma herança interessante dessa parte de Alagoas é que a presença dos holandeses chegou a influenciar as características genéticas da população desses municípios. Dentre tantos mulatos, é possível encontrar pessoas com características genéticas relacionadas a aspectos físicos dos holandeses, como por exemplo, cabelos louros (ainda que crespos) e olhos de cor clara (BOMFIM, 2010).

Assim, os três municípios têm raízes históricas e socioeconômicas muito semelhantes entre si, isto é, desenvolveram-se como parte de uma colônia de exploração, baseada nos

engenhos de cana-de-açúcar, onde a população ficava a mercê das ordens dos grandes coronéis, resultado do padrão de colonização portuguesa brasileira (LIRA, 2007; LINDOSO, 2000). Por outro lado, nas áreas costeiras, os residentes desenvolveram territorialidades moldadas principalmente pela atividade pesqueira e de retirada<sup>17</sup> do coco, utilizando assim os recursos naturais disponíveis no lugar. Essas características históricas, socioeconômicas e culturais dos municípios da Rota Ecológica levaram a uma organização do território que naturalmente expressa os usos, interesses, relações de poder, paisagem e cotidiano que precede a chegada do turismo e que este vai, em maior ou menor grau, reorganizar. Na sequência, são apresentadas as características naturais dos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras e, posteriormente, mais detalhes sobre as atividades econômicas, urbanização e tradições locais que se configuraram no trecho correspondente à Rota Ecológica, antes do turismo das pousadas chegar à região.

### **3.1.2 Aspectos naturais**

Os municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras possuem características físico-naturais parecidas, no que diz respeito ao clima, vegetação, rios, estuários e mar costeiro, relevo e solo, que formam o forte atrativo da demanda de turistas que visitam a região. De certa forma, são características que estão presentes em todos os municípios que compõe o PTCC, como mostra a Figura 23.

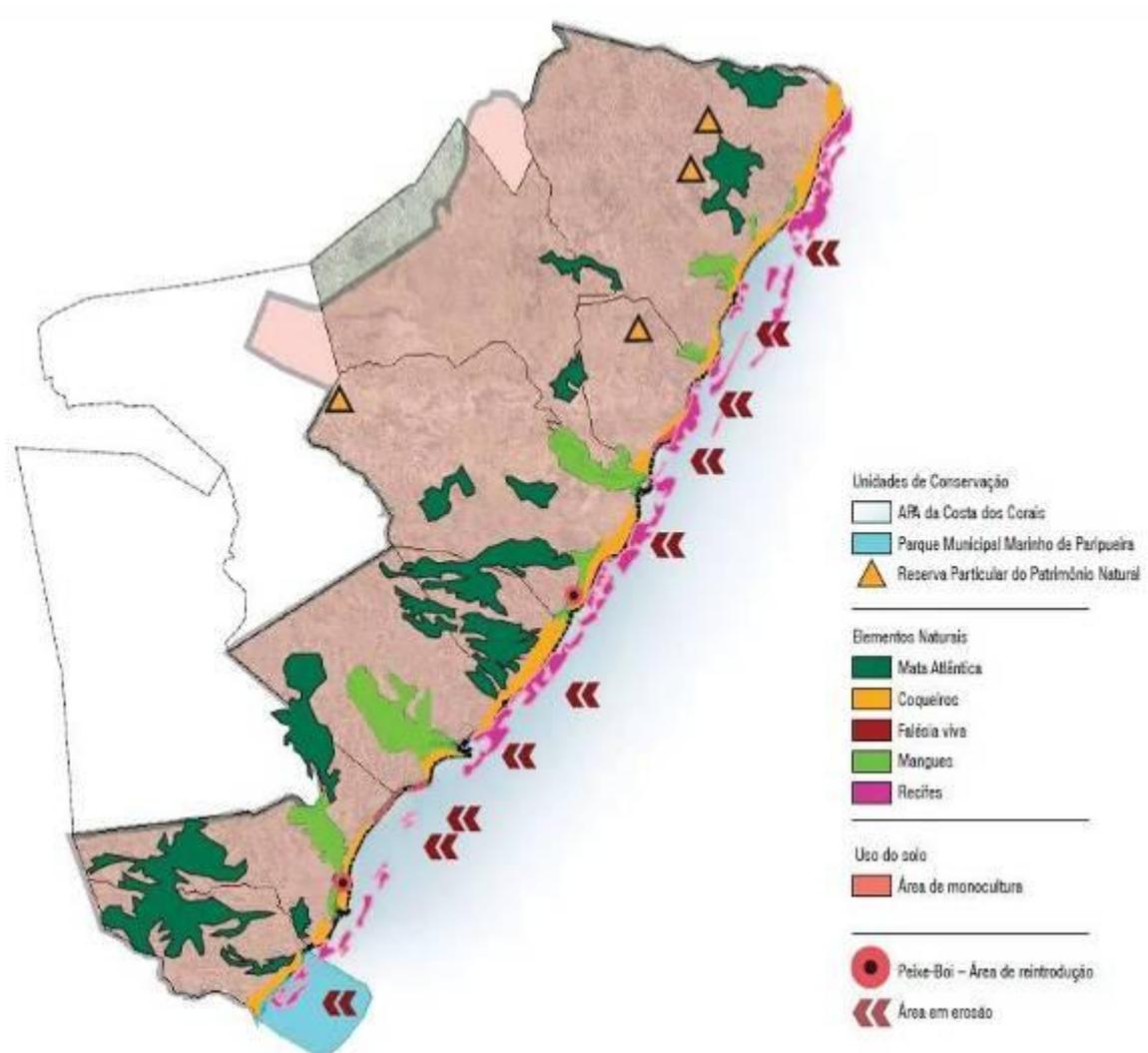
Partes dos três municípios em estudo fazem parte da unidade dos Tabuleiros Costeiros. Esta unidade acompanha grande parte do litoral do Nordeste brasileiro, com altitudes médias variando de 50 a 100 metros. Compreende platôs de origem sedimentar, que apresentam grau de entalhamento variável, ora com vales estreitos e encostas abruptas, ora abertos com encostas suaves e fundos com amplas várzeas. De modo geral, os solos são profundos e de baixa fertilidade natural (IBGE, 2010).

O clima é o tropical úmido, com índices pluviométricos mais elevados nos meses de maio e junho, e a temperatura anual média situa-se acima dos 24°C, uma das principais razões para o turismo predominante nessa região ser o turismo de “sol e mar”.

---

<sup>17</sup> Retirada – termo local utilizado como sinônimo de colheita.

**Figura 23: Ambientes naturais presentes no litoral Norte de Alagoas, correspondente ao Polo de Turismo Costa dos Corais**



Fonte: ECOPOLIS (2010).

Na parte do território desses municípios que corresponde à Rota Ecológica ocorre uma variedade de ecossistemas (Figura 24), como mata atlântica, restingas, recifes, praias, rios e manguezais; exemplos de patrimônios naturais que, aliados ao clima, em maior ou menor grau têm potencial para atrair turistas praticamente o ano todo, embora com oscilações e picos de demanda.

**Figura 24: Ecossistemas presentes nos municípios da Rota Ecológica**

A – Rio Tatuamunha.

B – Recifes na maré baixa.

C – Encontro do rio Camaragibe com o mar e Mata Atlântica ao fundo.

D – Trecho preservado de manguezal.



Fonte: LTTD/ IGDema/ Ufal, 2014 e 2015.

Haesbaert (2015) mostra que uma das perspectivas pela qual pensar o território é pensá-lo como fonte de recursos naturais. Na Rota Ecológica, antes do turismo, a riqueza natural era utilizada como base para os habitantes exercerem suas atividades econômicas que garantiam a sua sobrevivência. Apesar da sua exploração histórica, os recursos naturais locais continuam como a base principal para grande parte das atividades socioeconômicas na área da Rota Ecológica.

Os mangues destes municípios alagoanos são ambientes que menos sofreram com intervenção técnica do homem sobre a natureza, e encontram-se bem preservados. Ainda há importantes remanescentes da mata atlântica, na região, embora de caráter secundário. São assim, ambientes que contribuem para a atratividade da paisagem. Esse estado de conservação de fato transmite a esse trecho do litoral alagoano a ideia de uma rota ecológica, isto é, uma região na qual os ecossistemas naturais ainda têm bom estado de conservação, pela quantidade de “verde” que pode ser visualizada ao se transitar pelo local até os dias atuais. No entanto, mesmo não enfrentando problemas graves, alguns entrevistados mencionaram que antes do turismo, esses ambientes frequentemente viravam “depósitos de lixo”, e pouco se

sabia de sua importância ecológica. A valorização da área como resultado de um tipo de turismo que valoriza a natureza como parte da oferta turística local, houve uma mudança razoável na forma como os ecossistemas são vistos pela sociedade, o que mostra como o turismo pode contribuir, em certos contextos, para melhorar as condições ambientais.

As praias e rios da Rota Ecológica não possuíam significado de lazer, mas sim de trabalho, ou seja, era desses ambientes que os nativos retiravam seu sustento. Usualmente, se tomava mais banho de rio do que de mar. Com certa licença poética, esse contexto foi registrado por Bomfim (2010, p. 36):

No rio Camaragibe, na década de oitenta, eram encontrados peixes saborosos, as águas eram límpidas, transparentes, mansas, ainda não poluídas, fluía rumorejante, de dia brilhando ao sol, de noite pescando estrelas.

Assim, parte-se do entendimento de que o homem se adapta ao lugar em que vive, transformando o meio natural, e nesse processo vão fortalecendo o vínculo com o território, criando e recriando seu lugar a cada momento (HAESBAERT, 2015).

Fazendo um paralelo com a dinâmica global, entende-se que em qualquer região litorânea formada por ambientes naturais frágeis e sensíveis às ações humanas, como os que formam a região da Rota Ecológica, a visitação intensa de turistas envolve riscos de degradação ambiental. Portanto, como as áreas costeiras são o palco principal da demanda turística nacional e internacional na região Nordeste do Brasil, a criação de Unidades de Conservação (UCs) vem se constituindo numa das principais formas de intervenção do governo na região, com o objetivo de ajudar na compatibilização do desenvolvimento turístico com a conservação ambiental, em determinadas áreas, estratégia muito bem documentada por Oliveira (2003). A criação de UCs traz importantes impactos positivos, mas ao mesmo tempo alguns tipos de UCs, como as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) são espaços que também embutem objetivos econômicos (AMARAL *et al.*, 2009), o que pode paradoxalmente contribuir para acelerar o processo de uso e ocupação do solo nas suas respectivas áreas de abrangência, frequentemente sem os devidos cuidados.

Em relação à estratégia de criação de UCs e como parte da Política Nacional de Meio Ambiente, o Governo Federal criou, por meio da Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) que prevê dois grupos de Unidades de Conservação com características distintas, porém complementares:

- Unidades de Proteção Integral – têm como objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos

previstos na Lei. Inclui as seguintes categorias de unidades de conservação: *Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre*.

- Unidades de Uso Sustentável – têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. É composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: *Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural*.

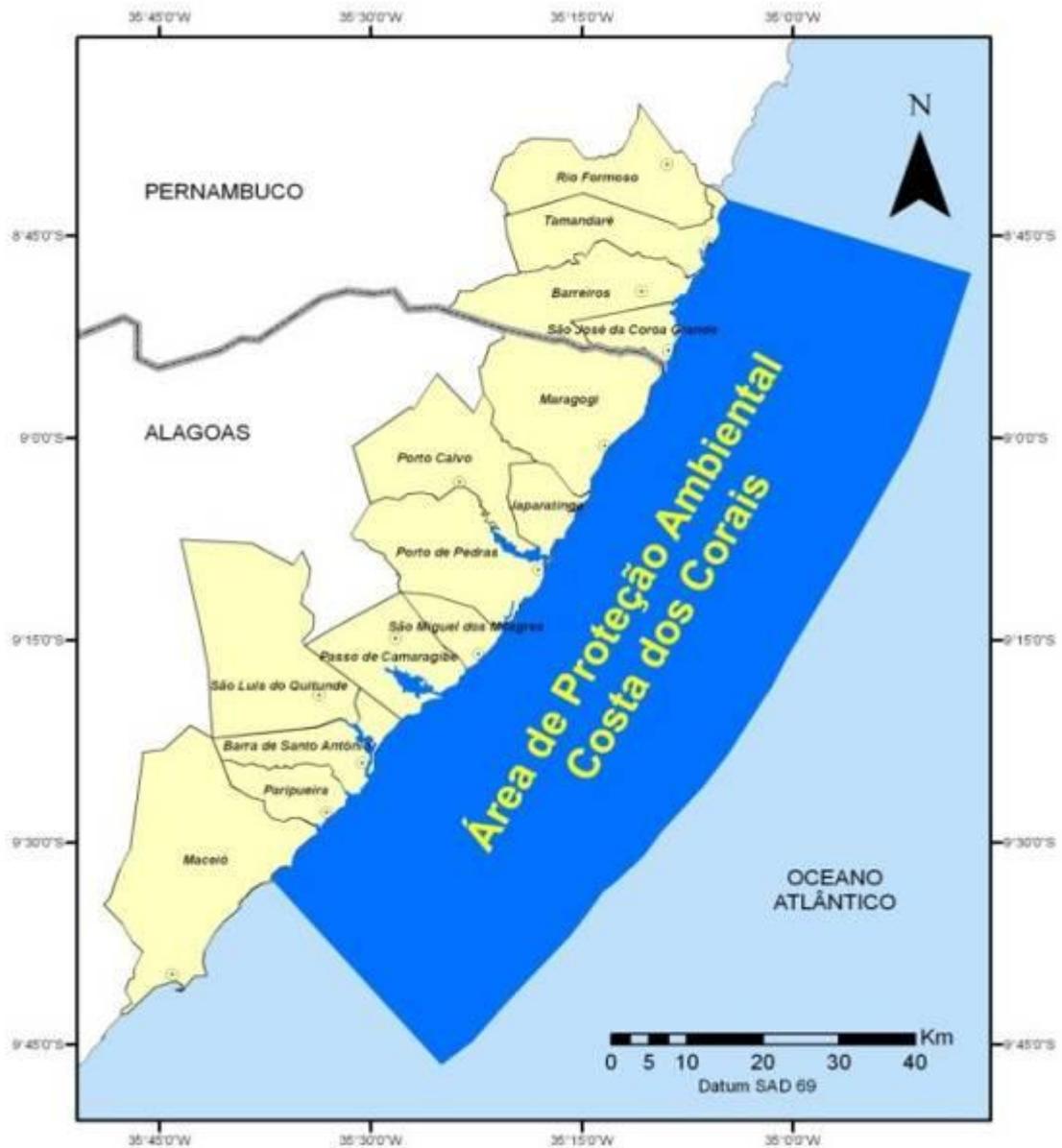
Dentre as unidades de conservação acima listadas, o Parque Nacional, o Monumento Natural e a Reserva Particular do Patrimônio Natural, são tipos de unidades de conservação mais indicados para a prática do turismo, que mantenham práticas que estejam alinhadas à noção de sustentabilidade. A provisão de medidas legais buscando criar UCs que contemplem o turismo são um indicativo claro de preocupação do Governo Federal com os impactos potenciais do turismo nas regiões turísticas do Brasil, como mencionado por Oliveira (2003).

Nos três municípios que constituem a Rota Ecológica, pode-se destacar a Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, uma das APAs brasileiras criadas, sobretudo, por causa dos conflitos potenciais entre o turismo e os ambientes naturais, neste caso específico os ambientes recifais localizados ao longo do litoral Norte de Alagoas e litoral Sul de Pernambuco. A APA Costa dos Corais é quase que integralmente marinha, sendo o ambiente no qual se localizam os ambientes recifais, que são um forte atrativo turístico da região.

A APA Costa dos Corais estende-se da foz do rio Meirim (município de Maceió-Alagoas) até a foz do rio Formoso, no estado de Pernambuco (Figura 25). As APAs, como comentado anteriormente, fazem parte das Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Segundo o SNUC, Art. 15, APA é:

Uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (AMARAL *et al.*, 2009, p. 87).

Figura 25: Área de abrangência da APA Costa dos Corais, na costa alagoana e pernambucana



Fonte: LTDD/IGDema/Ufal.

Ao longo do litoral dos municípios alagoanos que formam a Rota Ecológica, sob a influência direta da APA Costa dos Corais, observam-se praias convidativas (Figura 26), extensos coqueirais, mar de águas mansas e recifes costeiros. Levando-se em consideração que a Rota Ecológica atrai uma demanda turística associada ao eixo turístico alternativo, as praias locais são pouco frequentadas, como são as praias do Riacho e a praia do Toque, em São Miguel dos Milagres, e a praia do Patacho, em Porto de Pedras.

**Figura 26: Trechos de praias da região da Rota Ecológica**



Fonte: LTTD / UFAL, 2013.

O Quadro 7 apresenta características de sete praias que são muito valorizadas pelo turismo nas pousadas da Rota Ecológica e que precede a sua chegada. São praias, que recebem o nome dos povoados onde se situam. Este quadro contém características atualizadas, mas em síntese, pode-se dizer que antes do turismo das pousadas, estes ambientes eram apenas ocupados principalmente por palhoças de pescadores nas proximidades das praias. E o mar era visto como ambiente de trabalho; essa área ainda não possuía nenhuma construção voltada à oferta de serviços turísticos.

**Quadro 7: Sete praias valorizadas pelo turismo na Rota Ecológica – sentido Sul-Norte, a partir da Fazenda Morros, no litoral de Passo de Camaragibe**

<b>Praia</b>	<b>Município</b>	<b>Características atualizadas</b>
<b>Praia dos Morros</b>	Passo de Camaragibe	Ainda uma das mais desocupadas do litoral Norte de Alagoas, ainda sem nenhuma edificação turística. Praia larga, com aproximadamente 3 Km de extensão.
<b>Praia do Marceneiro</b>	Passo de Camaragibe	Uma das mais famosas do Réveillon Tamo Junto. Nela se localiza a primeira pousada da Rota Ecológica (na porção sul da Rota Ecológica), a Pousada Infinito Mar.
<b>Praia do Riacho</b>	São Miguel dos Milagres	Local no sentido Sul-Norte da Rota Ecológica onde – depois de Barra de Camaragibe – começa a urbanização ao longo da praia, embora não intensa. Nesta parte, se localiza a Pousada Riacho dos Milagres.
<b>Praia do Toque</b>	São Miguel dos Milagres	Não tem acesso por carro. Esta praia é famosa por ser uma parte de mar calmo. As pousadas Toque, Acayu (antiga pousada do Caju), da Amendoeira e Origami localizam-se nesta praia.
<b>Praia de Porto da Rua</b>	São Miguel dos Milagres	Caminhando sentido norte a partir da sede municipal de São Miguel dos Milagres, se chega à foz do rio Tatuamunha, no qual se localiza o projeto peixe-boi. Localizam-se nesta praia as pousadas Coté Sud, Villa Pantai e pousada do Sonho.
<b>Praia de Tatuamunha</b>	Porto de Pedras	Trecho de praia ‘desértico’ no sentido de pouca edificação, rica em piscinas naturais, um horizonte de coqueirais, sendo a praia onde desemboca o rio Tatuamunha. Localiza-se nesta praia a pousada Borapirá.
<b>Praia da Laje</b>	Porto de Pedras	Caracteriza-se principalmente por ser uma praia de baixa densidade de frequência. Localiza-se nesta praia a pousada Aldeia Beijupirá.
<b>Praia do Patacho</b>	Porto de Pedras	Começa ter mais ocupação urbana, mais densa. Considerada praia cinco estrelas pelo guia Quatro Rodas. As pousadas Patacho e Pousada Xuê se localizam nesta praia.

Fonte: Site das pousadas da Rota Ecológica, acesso em 2015; Guia Quatro Rodas, 2013; acervo pessoal, pesquisa de campo 2015.

Salientamos que os ambientes naturais aqui destacados se constituem como a base dominante de recursos naturais que os habitantes destes municípios utilizavam – antes da chegada do turismo das pousadas em fins da década de 1990 – para desenvolver suas atividades socioeconômicas e, conseqüentemente construir suas territorialidades, as quais passam a ser reorganizadas quando as pousadas começaram a ser implantadas na região.

### 3.1.3 Principais atividades socioeconômicas da Rota Ecológica

Antes de ganhar reconhecimento externo, por causa do turismo, os municípios da Rota Ecológica tinham como principais atividades econômicas o cultivo da cana-de-açúcar e a pecuária, realizadas nas áreas mais distantes do mar. Entretanto, a planície litorânea, onde ficam as pousadas em estudo, tem seu território organizado predominantemente pela produção de coco, pesca, agricultura de subsistência e artesanato. Como explicado neste capítulo, estas atividades estão ligadas à colonização portuguesa nessa parte do atual Estado de Alagoas.

A pesca é uma forte marca identitária local. A pesca era realizada de forma artesanal (Figuras 27 e 28), com embarcações de pequeno porte e utilizando principalmente a rede de pesca, o que de certa forma predomina até os dias atuais. Segundo alguns entrevistados, esta atividade foi durante anos a única fonte de renda de muitos moradores, tanto para os que pescavam, como para os que compravam o pescado para comercializar nos municípios interioranos do estado, pessoas chamadas localmente de “pombeiros”.

**Figura 27: Pescador artesanal na Rota Ecológica - à esquerda; Pescadores reunidos num fim de tarde – à direita**



Fonte: LTTD, UFAL, 2015.

**Figura 28: Vista do Rio Camaragibe e embarcação antiga, datada da década de 1990**



Fonte: Biblioteca virtual do IBGE, acesso em 2016.

Além disso, era elevado o número de mulheres ajudando seus maridos com a coleta de mariscos. Os pescadores construía palhoças feitas de palhas de coqueiro (figura 29), que ficavam distribuídas na faixa de areia, para proteger suas jangadas do forte sol e para preservar as redes de pesca. Assim, espontaneamente, construía os caminhos e as passagens pela areia da praia, criando a territorialidade do pescador. De acordo com Haesbaert (2008), são estes laços locais construídos entre o homem e o ambiente que vão criando vínculos com o lugar e formando as territorialidades.

**Figura 29: Palhoça de pescadores locais na praia do Patacho – Porto de Pedras**



Fonte: LTTD, UFAL, 2013.

A atividade de retirada de coco da Baía (Figura 30), na área da Rota Ecológica, se destacava como uma grande fonte de renda para a região, mesmo sendo uma atividade safrista. O coco da Baía leva aproximadamente sete anos para se desenvolver e era utilizado principalmente para fabricação de coco ralado.

**Figura 30: Casa de coco em São Miguel dos Milagres**



Fonte: LTTD, UFAL, 2015.

Alguns entrevistados dizem que chegaram a vender 60 toneladas de coco ralado. Lira (2007) menciona que nas décadas de 1980 e 1990, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, estavam dentre os maiores produtores de coco do Estado de Alagoas.

Pra você ter uma idéia há 30 anos atrás você ia comprar terras aqui, pra avaliar essa terra, contava os pés de coqueiros e pagava pelos pés de coqueiro [sic] Pra você avaliar essa terra não tinha o valor da terra. Era avaliado pelos pés de coqueiro. Contavam via se os pés era produtivo, se era pés novos, se tava produzindo, se era muito velho. (E10, de São Miguel dos Milagres.)

Diferentes partes da palha de coqueiro eram aproveitadas (Figura 31) para confecção de itens artesanais, principalmente por mulheres. Verificou-se também a existência do artesanato com a palha da palmeira ouricuri – *Syagrus coronata* (Mart.) Becc., para confecção de vassouras, e o trabalho com madeira. Essa atividade manufaturada, antes do turismo, não possuía grande mercado consumidor, entretanto a técnica passou de geração a geração, através dos ensinamentos dos mais velhos para os mais jovens perpetuando assim, essa forma de territorialidade nos povoados locais.

**Figura 31: Artesanatos da Rota Ecológica**



Fonte: LTTD, UFAL, 2015.

Com a prática da agricultura familiar, os produtos provenientes do campo eram comercializados por meio de mercados e feiras no interior desses municípios, fato que permitia uma maior comunicação e socialização entre a parte litorânea e o interior. Alguns entrevistados mencionaram também a existência de casas de farinha no local, o que exige a matéria prima mandioca, que é plantada na região; há também o cultivo de banana e feijão.

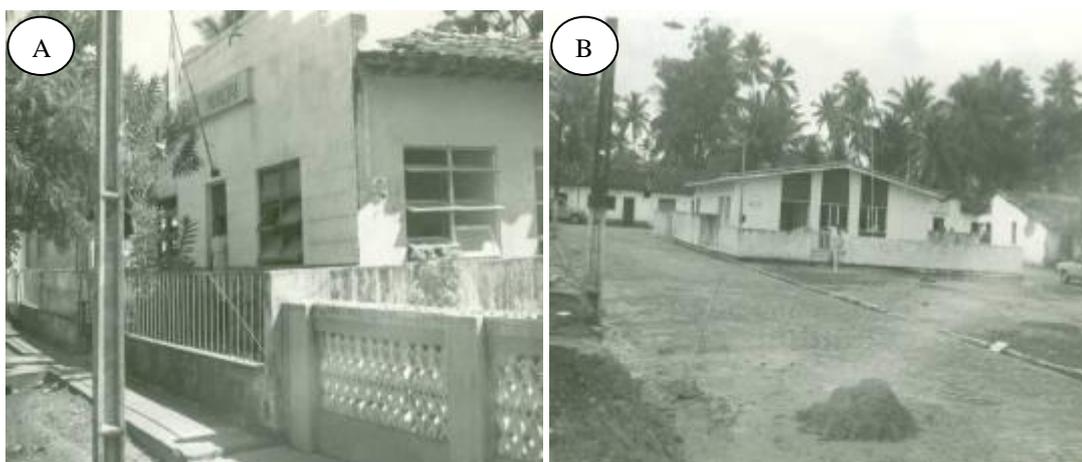
Todos os entrevistados mencionaram que, antes do turismo, a oferta de serviços públicos na área de educação, saúde de secretarias municipais, contribuía para criar oportunidades de empregos locais, ainda que estes serviços (Figura 32) se encontrassem em precárias condições no que diz respeito à gestão municipal.

Se você não é funcionário municipal, se você não pesca, se você não tira coco, você vive nas costas dos pais. (E1, em Passo de Camaragibe).

Trabalhavam aqui sobreviviam de que, de funcionário público, dinheiro público. (E5, de Porto de Pedras).

[...] e a própria prefeitura que gerava emprego pras pessoas que trabalhava na prefeitura naquele tempo né. (E10, em São Miguel dos Milagres).

**Figura 32: A- Prefeitura Municipal de São Miguel dos Milagres; B – Unidade mista Dr. Carlos Gomes de Barro, Passo de Camaragibe. Fotos datadas da década de 90**



Fonte: Biblioteca virtual do IBGE, acesso em 2016.

Diferentemente do que é hoje, o setor de serviços, antes dos anos 2000, era insignificante para o cômputo das atividades econômicas do território da Rota Ecológica. Sobre os serviços relacionados ao turismo os entrevistados mencionam que a área da Rota Ecológica por volta do início dos anos 1980 era um trecho do litoral alagoano praticamente desconhecido pelos turistas, e por isso não se pensava ainda em disseminar ofertas locais. A presença de viajantes se dava para fins comerciais ou, apenas estavam ali de passagem para chegar ao destino que desejavam (CAMÊLO, 2016). Talvez uma explicação para este fato, é que este trecho situa-se afastado da malha rodoviária, e também, nesta época, as condições de acesso eram precárias, além da falta de infraestrutura turística.

Em meados de 1960, o povoado de Porto da Rua, por exemplo, situado em São Miguel dos Milagres, ofertou seu primeiro meio de hospedagem, a pensão Santo Antônio, que possuía apenas três quartos e disponibilizava refeições para os viajantes que passavam pelo local. Nos anos seguintes, foram surgindo outros estabelecimentos<sup>18</sup>, também de pequeno porte, como a pousada do Gordo nos anos 1980 e a pousada Acássia nos anos 1990. Estes empreendimentos não estavam diretamente vinculados com a atividade turística, pois esta só veio despontar no início dos anos 2000 com o surgimento da Pousada Coté Sud e Pousada do Toque, ambas já com a qualidade arquitetônica das pousadas deste estudo.

Enfim, as atividades econômicas no trecho da Rota Ecológica, são materializações das relações sociais ao longo da história do povo de parte de Alagoas. A maior parte do trabalho desenvolvido antes do turismo possuía forte dependência do meio físico existente no território, isso demonstra em parte o que Haesbaert (2015) menciona sobre o território também ser visto como apropriação da natureza, mas, além disso, também criavam ambientes simbólicos como rituais de pescaria, por exemplo, ao passo que exerciam sua territorialidade. Os relatos dos moradores transmitem a idéia de que os trabalhos eram desenvolvidos com base nas necessidades mais imediatas da comunidade, isto é, aquelas voltadas diretamente para a sobrevivência, marcadas por muita luta e pouca ambição.

Era as coisa, era mais pra, pra, pra, pra manter a família, né, né? Né nada de vender em grosso pra fora, isso não existia. [sic] Enfim, era essas coisa pequena, que a comunidade explorava a região. (E4, São Miguel dos Milagres).

Assim, cada indivíduo ou grupo de indivíduos inseridos nestas diversas atividades tornaram-se os atores da construção do território da Rota Ecológica, e que naquele momento se organizaram e mantiveram o controle sobre o lugar sendo, portanto, uma construção continuada, que se reorganiza a cada atividade econômica que é desenvolvida, como aconteceu também com a chegada do turismo das pousadas objeto deste estudo.

### **3.1.4 Povoados, sedes, área de praia: um panorama**

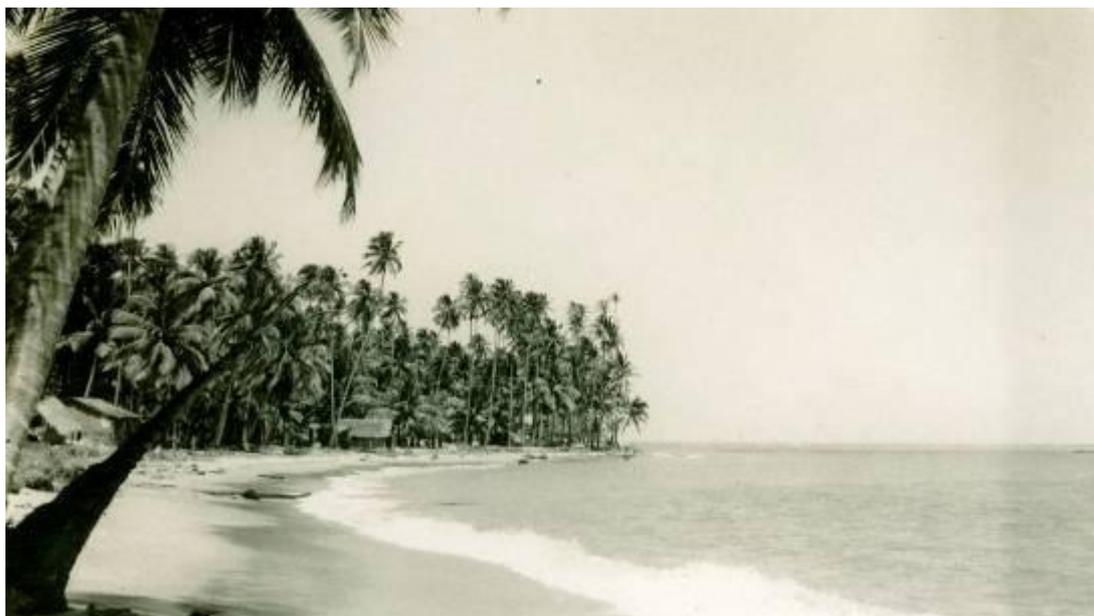
Até poucas décadas atrás, os povoados litorâneos dos municípios em questão eram simples, constituídos por vilarejos de pescadores, casas de taipa – a chamada taipa socada ou

---

<sup>18</sup> As histórias destes estabelecimentos se encontram no site:  
[http://www.saomigueldosmilagres.al.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=24&Itemid=21](http://www.saomigueldosmilagres.al.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24&Itemid=21)

taipa de pilão, que possuem uma estrutura sólida, mas pode se diluir sobre a influência de chuvas intensas – e extensos coqueirais (figuras 33 e 34) além de estradas de areia ou de barro que passavam a distantes metros das praias.

**Figura 33: Coqueiral no litoral atlântico em São Miguel dos Milagres e algumas palhoças. Foto datada dos anos 1990**



Fonte: Biblioteca virtual IBGE, acesso em 2016

**Figura 34: Casas de Taipa**

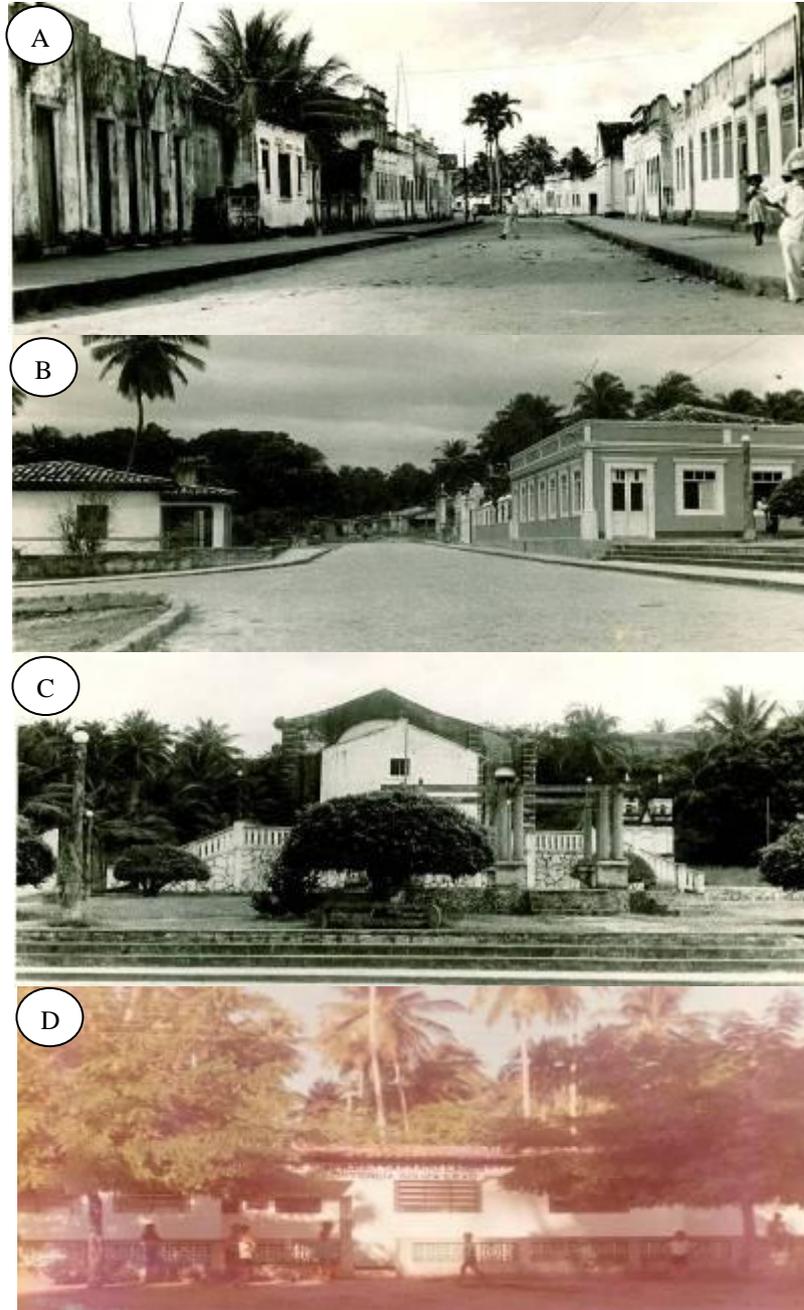


Fonte: LTDD, UFAL, 2012.

As sedes municipais apresentam características de processo de urbanização tradicional, pois foram constituídas às margens de estradas de barro preexistentes, energia com gerador e casinhas de pequeno porte, demonstrando pouco adensamento (Figura 35). E, também, claramente se desenvolveram sem planejamento comandado pelo poder público.

**Figura 35: Padrão de ocupação incipiente dos municípios da Rota Ecológica em meados dos anos 1990**

- A – Vista parcial da cidade de passo de Camaragibe;  
 B – Vista parcial da cidade de Porto de Pedras;  
 C – praça de Nossa Senhora da Gloria em Porto de Pedras;  
 D - Grupo Escolar Afrânio Salgado Lages e M<sup>a</sup> Hortênsia Souza Leão em São Miguel dos Milagres.



Fonte: Biblioteca virtual do IBGE, acesso em 2016.

O entrevistado 9, sobre o município de Porto de Pedras, comenta: “Eu trabalhei há 20 anos no governo aonde eu pedia ao prefeito da época o plano piloto do crescimento do Patacho [sic] e esse plano piloto nenhum prefeito teve o interesse de fazer. Então, hoje você pega o Patacho [sic] é todo desorganizado, uma rua vem aqui, outra vem aqui, você não tem uma, um planejamento, não existe planejamento entendeu.” Essa falta de planejamento de

certa forma, se manifestou também em Passo de Camaragibe e São Miguel dos Milagres. Além disso, esses municípios não estavam sob a influência de centros polarizadores econômicos e culturais. Apesar das mudanças pelas quais a área passou nas últimas décadas, essas características ainda estão em maior ou menor grau presentes na área da Rota Ecológica. Há inclusive deficiências de comunicação entre os próprios municípios (SILVA; CAMÊLO, 2012).

A infraestrutura rodoviária dos municípios em questão não apresentava boas condições de trafegabilidade “[...] com vias estreitas com passeios precários, muitas vezes inexistentes e arborização urbana ocasional” (ECOPOLIS, 2010) e também deficiências de transporte intermunicipal. As estradas de barro, alagáveis, dificultavam a presença de visitantes à região. As melhorias começaram após as reformas da AL-101Norte. Regionalmente o eixo viário 101-Norte possibilita a ligação com os grandes centros regionais que é Maceió em Alagoas e Recife em Pernambuco (FRAGA, 2013). Os moradores tinham bastante dificuldade de deslocamento principalmente nas longas estações de chuvas, pois devido ao fato de as estradas não serem pavimentadas, e frequentemente alagáveis, criando obstáculos por vezes intransponíveis aos que por ali passavam.

A balsa (Figura 36) é um importante meio de transporte utilizado em Porto de Pedras, para fazer a travessia do rio Manguaba para chegar ao município de Japaratinga. Este fato precede a chegada das pousadas, mas é algo que perdura até hoje, tornando o local de embarque, desde sempre, um dos pontos mais movimentados da cidade.

**Figura 36: Balsa no rio Manguaba que liga os municípios de Porto de Pedras e Japaratinga**



Fonte: LTTD / UFAL, 2013

A influência dos holandeses e portugueses durante a época da colonização dos municípios da Rota Ecológica ainda está preservada na conservação de alguns prédios (Figura 37). Dos três municípios em questão, Passo de Camaragibe e Porto de Pedras foram alvos de

projetos de Extensão da Universidade Federal de Alagoas, cujo objetivo era estudar o acervo arquitetônico destes municípios. Em 2005, foi realizado o Inventário Arquitetônico do Município de Porto de Pedras – Sede Urbana (etapa 1), PROEX nº 014. E no ano de 2010, foi realizado o Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Passo de Camaragibe (FERRARE, 2010; FERRARE, 2005).

**Figura 37: Patrimônio Material nos municípios da Rota Ecológica**

A – Grupo Escolar Ambrósio Lira (Imagem da década de 90), em Passo de Camaragibe .

B – Antiga cadeia pública, em Porto de Pedras

C – Casa no povoado Tatuamunha, em Porto de Pedras.

D – Casa de 1938, em São Miguel dos Milagres.

E – Igreja Nossa Senhora da Piedade, em Porto de Pedras.

F – Casa no povoado Tatuamunha, em Porto de Pedras.



Fonte: LTTD, UFAL, 2015; Biblioteca virtual do IBGE, acesso em 2016.

O projeto realizado pela Universidade Federal de Alagoas mencionado anteriormente gerou um documento que contém um grande acervo fotográfico de vários imóveis. Consta também um levantamento das características arquitetônicas, tais como: “[...] materiais empregados, coroamento, revestimento, molduras, cores predominantes, pisos, tetos etc. – dimensões das edificações, época da construção das fachadas e classificação do estado de preservação do imóvel” (CAMÊLO, 2016, p. 118).

Luchiari (2005) menciona que a arquitetura contém certos atributos físicos que representam determinado local, e revela as identidades, o modo de vida de comunidades. É o caso de reconhecermos cidades, edifícios ou paisagens que possuem determinados elementos arranjados de forma tão específica que nos faz reconhecer por uma foto sem identificação que é Roma, Paris, Las Vegas, China, por exemplo.

No entanto “[...] a paisagem é uma herança que pode ou não ser preservada, ela também pode ser deliberadamente construída para tornar-se simbólica” (LUCHIARI, 2015, p 96). Simbólico, pois na época em que determinados edifícios, por exemplo, foram construídos, possuíam para os habitantes locais outros significados e eram efetivamente utilizados. Na atualidade, seus remanescentes ficam a critério do novo sentido e utilidade que lhe vão ser dados pela sociedade vigente, sendo por meio da continuação de sua função usual, ou lhe dando uma nova função. Ao dizer que o território é funcional, Milton Santos (2008), faz menção a essa modificação continuada das sociedades, de dar sentidos aos objetos, a cada tempo. Assim, nesse contexto, o turismo é uma das atividades humanas capaz de incorporar o patrimônio das localidades como atrativo turístico e lhe dar uma nova função. Normalmente, os componentes que formam o patrimônio histórico e cultural de uma comunidade que é turistificada se tornam atrativos turísticos.

As diversas edificações presentes na Rota Ecológica são, portanto, registros da expressividade e construção de um povo, e são parte importante da sua história materializada, como parte do território. Assim, essas edificações são traços de identidade do lugar, e nesse processo deixam os registros históricos, provenientes das relações sociais que resultam das ações humanas no espaço.

Outra forma de explicar sobre a história de um povo é através da cultura simbólica que é constituída pelos habitantes em um território (BAUMANN, 2012). Os antropólogos, por exemplo, na busca de entender esta concepção de cultura, procuram estudar as características sociais comuns a determinados grupos de indivíduos (LESSA, 1995). Ou seja, mesmo sabendo que estes indivíduos possuem suas particularidades, eles se relacionam relativamente de forma equitativa dentro do seu cotidiano.

Nos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras a cultura – como construção simbólica de um território – nestes lugares eram marcados por um ritmo tranquilo de vida dos habitantes, apresentando um cotidiano pacato, fato que provavelmente remete a uma baixa taxa de urbanização, pouca diversificação de segmentos econômicos na região, e relações não muito densas com outras regiões.

Os entrevistados comentaram sobre a tranquilidade dos fins de tarde, quando as pessoas se reuniam em suas portas e praças para conversar, as crianças brincavam nas ruas, e era pouco o movimento de carros, com exceção das vias principais de tráfego local, como lembrou saudosamente um dos entrevistados: “Antigamente você abria a sua porta [sic] de noite, sentava com a sua família [sic] na porta, dormia com a porta aberta” (E2, de São Miguel dos Milagres). Na verdade, esse comentário se refere à época em que as consequências negativas da urbanização ainda não atingiam a suas famílias, como o medo aos assaltos e uso de drogas pela juventude, o que foi mencionado pelos entrevistados.

Entretanto, é claro que dentro dessa convivência sempre existiu uma clivagem de classes sociais que atravessa gerações e também, uma diferenciação na qualidade de vida dos moradores. São, pois, consequências da herança histórica da economia do Estado de Alagoas, que manteve um modelo econômico concentrador de riquezas, baseado nas atividades ligadas à cana-de-açúcar, e que se reflete nos municípios da Rota Ecológica.

Carvalho (2009) menciona que a *plantation* canavieira trouxe consigo uma série de novos problemas ambientais, tanto para as áreas urbanas quanto para o meio rural, gerando concentração fundiária (latifúndios) e grande desigualdade social. Lira (2007) complementa que em Alagoas, de maneira geral, não se buscou priorizar o direito à educação, e, portanto, se manteve um baixo nível de escolaridade, alimentando o crescimento de mão-de-obra barata, além de deixar o estado durante anos dependente de uma única atividade.

Assim, os três municípios da Rota Ecológica possuem uma estrutura socioeconômica frágil, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH<sup>19</sup>) apontando que a pobreza e a miséria ainda compõem parte significativa do seu quadro social, tendo Passo de Camaragibe um IDH de apenas 0,533, São Miguel dos Milagres 0,591 e Porto de Pedras 0,541 (IBGE, 2010). É normalmente em contextos socioeconômicos como este, nos quais atividades históricas e tradicionais da economia local/regional perderam parte de seu antigo vigor, que se tem discutido o potencial que o turismo tem de contribuir para o desenvolvimento.

---

<sup>19</sup> Os critérios adotados pelo Índice de Desenvolvimento Humano levam em consideração: expectativa de vida, produto interno bruto, grau de escolaridade. Quanto mais próximo de 1, mais elevado é o IDH.

Apesar da qualidade de vida não ser referência positiva destes municípios, todos os moradores entrevistados mencionam que o sentimento de comunidade era mais vívido no território, pois além da tranquilidade mencionada, os moradores estabeleciam elos mais profundos entre si, sendo mais solidários uns com os outros.

Um fato interessante da comunidade local é que, mesmo dispondo de paisagens naturais frequentemente cobiçadas nos dias atuais, as águas límpidas das praias da Rota Ecológica não eram comumente utilizadas para divertimento e lazer pelos nativos, antes da chegada do turismo. Elas serviam, sobretudo como recurso para marisqueiras e pescadores tirarem o sustento da sua família. O significado da praia, portanto era trabalho. As territorialidades constituídas em torno da praia tinham como base a idéia de trabalho, fato que mudou após o advento do turismo, no qual o significado passou a ser, também, lazer. Caetano e Santos (2011) mencionam que em muitos casos, por meio dos valores culturais europeus e ingleses a representatividade do terreno beira-mar, praticamente desconsiderado pelos habitantes locais passam a ser interesse de outras classes sociais com visões mais amplas de mercado. No caso da Rota Ecológica, até meados de 1990, não se pensava em ocupar terrenos beira-mar, nem para morar nem para se investir como comenta o E10 “O pessoal não gostava de terreno a beira bar, o produtor de coco, porque o mar poderia [sic] derrubar o coqueiro. Então pra ele é prejuízo”.

Diante do exposto, compreende-se que os nativos da Rota Ecológica foram criando, ao longo dos anos, marcas simbólicas (acesso a praias, passagens, caminhos, ruas, distintos povoados etc.); criando e recriando os locais (praças, igrejas, moradias etc.) e partilhando coletivamente sua cultura. São práticas que se desenvolvem no âmbito da própria inter-relação entre os indivíduos e com o ambiente no qual estão inseridos e que estão em constante mutação, tal como afirma Haesbaert (2008), para quem a territorialidade vai sendo construída justamente da maneira como pessoas utilizam a terra e como dão significado ao lugar.

### **3.1.5 Tradições culturais locais**

Tradição cultural também é parte integrante do *modus operandi* de uma comunidade, com base no conhecimento que foi passado de geração para geração. É por meio dos símbolos, rituais, mitos e verdades que um povo manifesta sentimentos, salva memórias e estabelece elos com o lugar (BAUMANN, 2012).

Com relação às tradições culturais dos municípios da Rota Ecológica, destaca-se o folclore representado pelas danças do bumba-meu-boi, do coco-de-rodas, baianas e aos

festejos mais gerais da época junina, assim como as lendas largamente difundidas na região Nordeste do Saci e do Curupira, por exemplo. Um folguedo específico do município de São Miguel dos Milagres é o chamado Pastoril dos Homens (Figura 38), que se destaca como singular para o estado de Alagoas.

**Figura 38: Pastoril dos Homens**



Fonte: G1 AL, acesso em 2015.

Pablo Gomes, um cineasta alagoano, dirigiu um documentário que reviveu uma das lendas mais antigas de São Miguel dos Milagres e ao mesmo tempo esquecida na memória dos mais jovens. A história do Bode do Ponte, supostamente se passaria em uma casa (Figura 39) próxima à praia de São Miguel dos Milagres que atualmente se encontra em ruínas (Figura 40). No documentário que foi mostrado em 2012, os moradores mais antigos demonstraram levar a sério a história, alguns até afirmaram ter ouvido o berro do Bode do Ponte e que se trata de algo bastante assustador.

**Figura 39: Ruínas da casa do Bode do Ponte**



Fonte: Silva, 2012, p.17.

**Figura 40: Ruínas da casa do Bode do Ponte**



Fonte: LTTD / UFAL, 2012.

Já em Passo de Camaragibe, os nativos têm o orgulho de mencionar que este é o município no qual nasceu Aurélio Buarque de Holanda (Figura 41), autor do dicionário mais conhecido no Brasil, com título homônimo.

**Figura 41: Casa de Aurélio Buarque de Holanda**



Fonte: Site da Secretaria do Estado da Cultura de Alagoas, acesso 2016.

A população local conta também que na subida para o mirante do Farol, em Porto de Pedras, existe uma árvore, um oitizeiro (*Licania tomentosa*) (Figura 42) na qual D. Pedro II

teria se sentado para descansar quando visitou o local. Além das famosas histórias de pescador, que não faltam na região da Rota Ecológica. O E3, por exemplo, foi um grande pescador de tubarões (Figura 43), que é muito conhecido na região.

**Figura 42: Árvore conhecida como Oitizeiro**



Fonte: LTTD, UFAL, 2015.

**Figura 43: Pescador de tubarões**



Fonte: LTTD, UFAL, 2015.

São, portanto memórias de um passado que, de alguma forma permanece viva no território da Rota Ecológica, às vezes fisicamente, às vezes na memória imaterial. São características que mostram a autenticidade de um território e que representa uma coletividade.

Portanto, refletindo e sintetizando este capítulo, constatamos a presença de diversas territorialidades nos municípios em estudo, ou seja, práticas cotidianas que foram construídas através dos usos e das relações sociais que foram mantidos no território ao longo dos anos, que se configuraram características socioeconômicas e culturais particulares do lugar.

Assim, os habitantes destes municípios e suas práticas locais são agentes que constituíram uma determinada realidade territorial que precedeu a chegada das pousadas da Rota Ecológica, e com as quais, em maior ou menor grau, os visitantes se deparam. Porém, como consequência inevitável da turisificação dos lugares, ao se inserirem na região, estas pousadas contribuíram para reorganizar o território preexistente, influenciando de alguma forma as territorialidades destes municípios, como será discutido no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 4 TERRITORIALIZAÇÃO TURÍSTICA DAS POUSADAS DA ROTA ECOLÓGICA: UM TURISMO HÍBRIDO**

Este capítulo apresenta especificidades da territorialização do turismo das pousadas da Rota Ecológica e consta de duas seções interligadas. A primeira seção, é uma análise e discussão do conteúdo das entrevistas realizadas com 12 indivíduos da região, buscando entender como eles percebem a inserção dessas pousadas no seu território. Mais especificamente, busca-se entender, com base na visão dos entrevistados, até que ponto as pousadas da Rota Ecológica levaram a uma reorganização do território local e se estabeleceram sinergias com a economia, sociedade, cultura e usos preexistentes nessa parte de Alagoas.

A segunda seção examina a hipótese que guiou a realização deste trabalho, a saber: As pousadas da Rota Ecológica são quase-enclaves, isto é, são empreendimentos turísticos de proprietários externos à região, com uma orientação mercadológica voltada para pessoas de alto poder aquisitivo, mas que ao mesmo tempo são pousadas de relativamente pequeno porte e possuem certo grau de valorização da comunidade local, estabelecendo sinergias e conexões horizontais com as territorialidades preexistentes.

### **4.1 Mudanças territoriais com base na percepção dos entrevistados**

Um dos objetivos centrais deste estudo é conhecer a relação das pousadas da Rota Ecológica com as territorialidades locais preexistentes e quais prováveis formas de vivência se originaram com a chegada das pousadas. Para atingir este objetivo, foram entrevistadas algumas pessoas da comunidade que têm ligação direta com o território local. As entrevistas tiveram como premissa a percepção geográfica, sendo esta, a capacidade que os indivíduos têm de analisar a sua interação com as várias dimensões do espaço no qual eles estão inseridos (TUAN, 1983), ou seja, observar aspectos do seu cotidiano.

As respostas dos entrevistados são bem parecidas entre si. Talvez isso decorra do fato de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras terem se constituído como municípios de forma semelhante, em relação à colonização e ao meio ambiente, por exemplo, e, também, pelo perfil semelhante, isto é, a arquitetura e as características da oferta turística das pousadas da Rota Ecológica.

Como explicado na metodologia da dissertação, todo material recolhido por meio de entrevistas semiestruturadas nem sempre é homogêneo, pois cada informante possui uma história particular de vida, e variado grau de envolvimento com o assunto que está sendo abordado (KAUFMANN, 2013). Este estudo leva em consideração o grau de envolvimento dos entrevistados com o turismo, selecionando os dados de acordo com os objetivos da dissertação, cruzando os diferentes pontos de vista e sistematizando os detalhes para uma melhor compreensão analítica dos resultados.

No início das entrevistas, se buscou verificar se os entrevistados reconheciam a Rota Ecológica, em relação à sua singularidade, ou seja, devido ao local possuir outras ofertas de turismo procurou-se enfatizar nas questões se eles distinguem o turismo alternativo desenvolvido pelas pousadas como algo singular no litoral norte de Alagoas. Ficou claro na fala dos entrevistados que eles reconhecem que o uso do território local pelo turismo ocorre com base em uma forma de turismo não convencional.

A Rota Ecológica vai até, de Barra de Camaragibe até Porto de Pedra (...) Porque pra lá já é Japaratinga, já é outra coisa. (E6, de Porto de Pedras).

Esse entendimento foi comum a 9 dos 12 entrevistados. Complementar à questão de onde começa e onde termina a Rota Ecológica, perguntou-se sobre o que a Rota Ecológica significa para eles. Os entrevistados direcionaram o discurso frequentemente para os aspectos naturais da região. As palavras **área ecológica**, **contato com a natureza**, **preservação**, **belezas naturais**, apareceram com frequência em suas falas. Demonstraram certo orgulho em relação à valorização das suas belezas naturais presentes na área da Rota Ecológica. Além disso, demonstraram perceber que a forma de turismo que ocorre em seu território é algo singular, que representa um fazer turístico diferente do que ocorre, por exemplo, em Maragogi, município do litoral norte no qual predomina o turismo de massa (ARAÚJO; MOURA, 2007).

A gente tem aqui um recife de corais bonitos [sic], várias piscinas naturais. (E1).

É uma coisa que é ecológica, pra poder assim, tanto preservar como criar outras alternativas sustentáveis pra nossa região. (E4).

É um trabalho que eles faz em conjunto, [...] as pousadas pra, numa parte protegendo [sic], o meio ambiente, como eles também. (E5).

A Rota Ecológica pra mim é um roteiro né, que eles sentaram e elaboraram um roteiro de charme, é manter a região preservada com um mesmo padrão de pousadas. Mesmo padrão de pousadas, não receberem muita gente né. (E6).

Em grande parte, foi a valorização dos aspectos naturais que motivou a exploração turística das áreas litorâneas principalmente o turismo de “sol e mar” em geral. A diferença é que no caso da Rota Ecológica, as 13 pousadas investigadas possuem práticas de turismo alternativo, procurando adotar medidas de preservação da natureza do lugar, ajustando as características construtivas do empreendimento ao seu entorno. Entende-se, assim, que as características físicas ambientais são consideradas prioridade, como transparece na fala dos entrevistados, para a manutenção do turismo no território a longo prazo. O empenho em manter áreas naturais preservadas, arquitetura que transita entre o luxuoso e rústico, e uma filosofia da oferta turística que expressa tranquilidade e conforto para os hóspedes, são características que se assemelham à prática turística do *slowtourism*, conforme identificado por Timms e Conway (2012), ao estudarem o trecho litorâneo da Jamaica denominado de *Treasure Beach*. Segundo Howard (2012), o *slowtourism* se posiciona como uma crítica ao turismo de massa e valoriza as características naturais e culturais identitárias de lugares nos quais o turismo de massa ainda não se inseriu.

No geral, as características da oferta turística das pousadas da Rota Ecológica, associadas ao eixo do turismo alternativo, trouxeram implicações socioeconômicas para a região, com reflexos diretos e indiretos no território, de uma forma que se distanciam das consequências normalmente associadas ao turismo de massa. Por exemplo, identificou-se que os funcionários das pousadas são, em sua maioria, habitantes locais, que ocupam empregos formais, o que atesta a geração de empregos diretos para pessoas do lugar. Essa afirmação se repetiu com todos os entrevistados e alguns mencionaram que já trabalharam, ou tinha filhos trabalhando, ou conheciam alguém que trabalhou nesses empreendimentos, mostrando que as pousadas contribuíram consideravelmente para o surgimento de novas oportunidades de emprego para as pessoas da região. Em algumas das falas, argumentaram que o trabalho com o turismo foi importante para que, principalmente os jovens, não tivessem a mesma tradição dos pais, o que denota mudanças territoriais, uma vez que atividades tradicionais parecem estar sendo preteridas de alguma forma para a ocupação de emprego ou ocupação em atividades das pousadas, como transparece nas falas abaixo:

Trouxe beneficio financeiro, (...) inclusive pra os meninos nossos que já estão trabalhando nas pousadas (...) porque aqui não tem uma indústria, aqui não tem nada que você diga assim meu futuro. (E1).

Eu digo foi bom, porque [sic] eu tenho um filho que (...) eu tirei documento dele como pescador, carteira e tudo, mas aí começou a trabalhar fazendo bico né, cortando mato, lavando prato, cortando verdura, hoje em dia graças a Deus virou o Cozinheiro. (E3).

De um modo geral foi bom, de um lado. Porque trouxe renda, pessoas que não tinham um teto hoje têm; pessoa que não tinham trabalho hoje tem; pessoas que tinham vontade de ter sua carteira assinada e tá trabalhando, hoje tem. (E2).

Na verdade, é uma característica intrínseca da atividade turística, a capacidade de gerar emprego em diferentes níveis de atuação (BENI, 2004), desde o início da implantação dos empreendimentos até à efetiva operação das atividades turísticas a eles associadas. Os empregos disponibilizados pelas pousadas da Rota Ecológica são ofertados a moradores locais, independentemente de escolaridade, destoando de muitas ofertas turísticas que empregam principalmente pessoas especializadas, normalmente oriundas de grandes centros urbanos, e até mesmo estrangeiras. Esse é normalmente o caso das redes hoteleiras ligadas ao turismo de massa.

A implantação das pousadas na Rota Ecológica levou ao surgimento de cursos de capacitação profissional para pessoas da região. Os cursos são, dentre outros, de jardineiro, cozinheiro, garçom, camareira, disponibilizados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), em relação à atividade turística das pousadas. O curso de gastronomia é um dos mais citados pelos entrevistados. Eles comentam alguns casos de pessoas que trabalharam nestas pousadas e agora conseguiram abrir seu próprio negócio, como é o caso do restaurante Buda Bistrô em São Miguel dos Milagres. Inclusive, a entrevistada 7 e o entrevistado 12 mencionam que tem jovens optando pelo curso de turismo ministrado pelo Instituto Federal de Alagoas (Ifal). Outras pessoas passaram a estudar na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), elevando a taxa de escolaridade da região. Essa busca por capacitação é resultado das ofertas de emprego disponibilizadas pelas pousadas, como se pode ver nas falas que se seguem:

Depois que você faz um curso, fica mais fácil de você arrumar uma oportunidade de emprego, né isso? (E7).

Eles faz isso também com os funcionário, né, aperfeiçoar os seus, o trabalhador, cozinheiro, garçom, tudo e até eu participei disso também, tenho até o certificado aí do Senai. (E5).

Aí vem esses cursos, vem pra gente, pra gente desenvolver, curso de atendimento ao cliente, de cabeleira, curso de camareira, e aí né o pessoal vai se qualificando tendo um certificado. (E6).

Além do trabalho nas próprias pousadas, existe atualmente uma diversificação de novos serviços sendo ofertados por pessoas do lugar, a saber: aluguel de bugres, serviços de taxis, aluguel de cavalos (Figuras 44), e o surgimento de pequenos restaurantes que, em parte, atendem hóspedes das pousadas locais. São, assim, empregos ou oportunidades de ocupação, gerados indiretamente pelas pousadas. Nesse ponto, constata-se o aproveitamento das novas oportunidades pelos habitantes locais relacionadas à atividade turística das pousadas. Dessa forma, as pousadas criam vínculos como território local, e novas territorialidades, visto que estes serviços que são ofertados aos visitantes da região eram praticamente inexistentes antes das pousadas, ou eram restritos.

**Figura 44: Passeio de cavalo na praia de São Miguel dos Milagres**



Fonte: LTTD/UFAL, 2015.

Ao serem perguntados sobre como surgiram essas novas atividades na região, os entrevistados falaram que foi no popular “boca-a-boca”. Os taxistas, por exemplo, que no máximo transportavam pessoas dentro dos municípios, passaram a realizar viagens longas, até a cidade de Maceió onde fica o Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, transportando os turistas até as pousadas e demais meios de hospedagem da Rota Ecológica. Outros, como

os que ofertam aluguel de cavalos e passeios de bugre, inicialmente ofereciam o serviço diretamente aos turistas, mas ao passo que a demanda cresceu, as próprias pousadas passaram a indicar estes serviços, que foram aos poucos se diversificando:

E através (...) do turismo (...), com o contato com o cliente, com os turistas, me veio o interesse de fazer os passeios de bugre e acrescentar algo a mais pra os visitante que vinha, não se isolar apenas nas pousadas, mas ter as opções de fazer os passeios de bugre e passeio do peixe-boi já agregado, que a gente vem do passeio do peixe boi, depois continua a rota do passeio do bugre. (E6).

Esse crescimento no número e tipos de ocupações e empregos indiretos consequentemente atingiu as territorialidades preexistentes à chegada das pousadas como, por exemplo, as pessoas que trabalhavam com a pesca, o coco e o artesanato, atividades econômicas pioneiras da região (detalhadas no capítulo anterior). Em especial, os pescadores deram novos usos à suas jangadas (Figura 45) realizando passeios com os turistas que se hospedam nas pousadas em questão e a demais pessoas que visitam a região. Por exemplo, são realizados passeios às piscinas naturais marinhas, localizadas no início da Plataforma Continental, no ambiente recifal. Inclusive São Miguel dos Milagres já conta com uma associação de jangadeiros, para melhor organizar a atividade frente à demanda de turistas que buscam este serviço.

**Figura 45: Jangadas usadas nos passeios com visitantes em São Miguel dos Milagres**



Fonte: LTTD/UFAL, 2015.

Houve, portanto, neste caso, uma reorganização de antigas territorialidades anteriormente ligadas à pesca e que atualmente estão solidamente atreladas ao turismo. Rodrigues (2006) argumenta que ao territorializar determinado lugar, a atividade turística

reconstrói incessantemente o meio material e simbólico da vida dos habitantes, e estes são capazes de se adaptar de alguma forma ao que lhe foi imposto: “[...] apesar das dificuldades impostas pela sociedade, o indivíduo ou grupo, pode inovar as condições sócio-espaciais, assumindo o status de ator, ou seja, tem a capacidade de escolher, criar e modificar seus quadros de vida” (RODRIGUES, p. 303, 2006). No caso da Rota Ecológica, essa afirmação foi confirmada na prática, particularmente porque o turismo alternativo tem em sua essência a capacidade de interagir de forma mais positiva com o quadro social dos habitantes, desenvolvendo sinergias com os territórios em que se insere. Sendo assim, os novos usos que os pescadores deram às suas jangadas, na Rota Ecológica, representam um impacto positivo localmente. Algo que dificilmente se encontra nas ofertas de turismo de *resorts*, por exemplo, que ao propiciar todos os serviços aos turistas, que geralmente cria empregos diretos, normalmente excluindo outras atividades existentes no lugar.

O coco, que outrora era considerado uma das maiores atividades econômica da região antes da chegada das pousadas, agora tem sua exploração de forma reduzida. Muitos moradores mencionam que são poucos os conhecidos que trabalham atualmente com essa atividade. O entrevistado 8 firmou: “O coco que antes era um valor, por exemplo de um real antes, hoje vale até trinta centavos entendeu? E graças ao pessoal da região foi o turismo chegar”. O representante do Sindicato Nacional dos Produtores de Coco explica<sup>20</sup> também que, “[...] as áreas plantadas no Litoral Norte de Alagoas estão sendo reduzidas e dando lugar a loteamentos e empreendimentos hoteleiros, sobretudo na Rota Ecológica”, o que mostra que os territórios da produção de coco, associados a pessoas que antes estavam ligadas a essa atividade, estão passando por um processo de transformação, em função da turistificação da Rota Ecológica.

A decadência da produção de coco nessa parte de Alagoas está ligada à dinâmica da própria atividade, particularmente à sua relação com o mercado exterior brasileiro, pois, a concorrência externa e até mesmo de outros estados brasileiros, fez com que os preços do coco ficassem muito baixos em Alagoas, diminuindo o interesse dos proprietários de terras ocupadas por coqueirais, que vêm a venda dos terrenos para as pousadas e demais atividades turísticas como uma opção muito lucrativa.

Ninguém tá tirando mais [colhendo coco], porque depois que ele faz a colheita do coco o lucro que ele tem na venda do coco é muito baixa, então não compensa pra pagar [sic] a mão-de-

---

<sup>20</sup> Reportagem retirada do site: <http://gaczetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=283879> acesso em 2016.

obra [...] porque hoje em dia, um filho de um subidor de coqueiro, hoje ele não quer tá nesse ramo. Hoje ele tem outras opções. Hoje ele tem uma opção de trabalhar na pousada, de ser um garçon, de trabalhar na área de turismo, de recepcionista de uma pousada dessa. Ganha melhor e nem é um trabalho tão arriscado de como é subir num coqueiro num trabalho braçal como era antigamente. (E10).

Por outro lado, o artesanato ganhou mais expressividade com a chegada das pousadas. Atualmente, o artesanato alcançou um desempenho importante localmente (Figura 46), gerando uma contribuição para a economia da região. Muitas das peças de artesanato produzidas no lugar são comercializadas para serem usadas como arranjo decorativo por restaurantes, pousadas da Rota Ecológica, assim como por outros tipos de pousadas de propriedade de pessoas do próprio lugar (ECOPOLIS, 2010).

Depois do turismo, aí vem o artesanato né, que hoje que a gente que desperdiçava como [sic] coco né, palha do coco, que hoje é tudo reaproveitado né [pelo artesanato]. (E8)

**Figura 46: Artesanato nos povoados de São Miguel dos Milagres**

- ① **Artesanato do Wilson**  
Esculturas em tronco de jaqueira e coqueiro.  
São Miguel dos Milagres
- ① **Artesanato do Nogueira**  
Esculturas em jaqueira e coqueiro  
São Miguel dos Milagres
- ① **Artesanato do Genivaldo**  
Esculturas em jaqueira e coqueiro.  
Povoado do Toque
- ① **Sandálias artesanais do Lima**  
O Senhor Lima começou a fazer sandálias artesanais de palha, que ele recolhia na praia. Hoje, reproduz orgulhosamente modelos de sandálias de couro vendidas em lojas caras, faz seus próprios designs e assina tudo que produz com seu nome (sua assinatura, tal como é manuscrita, é gravada na sola dos calçados que vende).  
Na Rua Felisberto de Ataíde - Povoado do Toque
- ① **Artesanato da Ivanês**  
Fuxico, colchas e almofadas.  
Porto da Rua
- ① **Artesanato da dona Nilda**  
Lá você encontra peças feitas de palha de coqueiro, de bananeira, conchas e bordado. Ela fabrica bolsas, chapéus, bandejas, caixas porta-treco e miniaturas de animais, como joaninhas, sapos e borboletas.  
Av. Francisco de Lima, 127 - Porto da Rua
- ① **Artesanato da Emanuelle**  
Aplicação em almofadas, blusas.  
Porto da Rua
- ① **Artesanato da Laudicêia**  
Aplicação em blusas, cangas e almofadas.  
Porto da Rua
- ① **Artesanato da Nazir**  
Com peças de artesanato para decoração da casa, lá você encontra peças únicas, feitas com exclusividade por ela. É criação dela uma caixa com divisórias, que serve para guardar talheres ou outro item que a criatividade mandar. Tudo feito com palha e ouricuri e de côco. Ela também fabrica brincos e pequenos enfeites para o cabelo. Mas o forte do seu artesanato é produtos para decoração da casa.  
Em frente a praia, próximo a barraca do Tibiro - Porto da Rua
- ① **Casa do Turista**  
O mais completo estoque de artesanato de toda a Rota Ecológica. Artesanato em jaqueira, mangueira, palha, fibra de coco e taioba.  
Rua Francisco Lima, 71 - Porto da Rua

Fonte: <http://www.saomigueldosmilagres.al.gov.br>, acesso em 30 /05/ 2016.

A fala abaixo, do entrevistado 11, apontando novas práticas desenvolvidas no território da Rota Ecológica, ilustra bem o comentário de Porto Gonçalves (2006), sobre o turismo ter o potencial de despertar novas formas de territorialidades, por meio de processos de adaptação dos envolvidos:

O cidadão que fazia pesca predatória com redes finas pequenas, hoje ele é vigilante da pousada, ele hoje é guia turístico da pousada, ele hoje é informante da pousada, ele hoje notou que o que surgiu aqui foram as pequenas empresas, até MEI – Micro Empreendedores Individuais, que estão se montando para vender a tapioca, o pastel, o artesanato, em virtude dessas pousadas. (E11).

Outras ofertas de serviços, mais populares, usados pelo turismo também aparecem nos povoados da Rota Ecológica, para atender visitantes com distintos graus de poder aquisitivo, como é o caso de bares, restaurantes, e pousadas menos sofisticadas ofertadas pela comunidade local. Alguns destes ambientes são frequentados até mesmo por residentes, visto que a oferta das pousadas, objeto principal deste estudo, é direcionada a uma clientela de alto poder aquisitivo, e externa à região.

Pra você ter uma ideia, você encontra pousada de cem, cem reais aqui com todo o conforto. E você tem hoje a pousada do Toque é mil, mil e duzentos a diária. (...) Restaurante tem o Quintal, que é um super-restaurante forma internacional. (...) Você tem o Enildo, você tem o Tibiru, você tem esse Borogodo [sic] são várias opções, você tem a Val, você tem aqui a Acássia, então você tem opção aqui à vontade. (E11).

Identificou-se que muitas pessoas investiram em atividades vinculadas ao turismo porque acreditam que sejam mais rentáveis, em comparação a outras atividades que existem na região. Percebe-se que atividades tradicionais como a retirada do coco e a pesca vêm ficando em segundo plano na região. Portanto, o setor primário deixou de estar em primeiro lugar nas atividades econômicas dos municípios de Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres e atualmente o setor de serviços tem grande importância nestes três municípios, conforme o censo do IBGE de 2010 (IBGE, 2010). Este fato está relacionado às atividades que envolvem direta ou indiretamente o turismo na região, como as atividades já mencionadas e também os passeios realizados na parte continental, e no mar, onde se encontram as piscinas naturais.

Nesse contexto, sabe-se que nos lugares turistificados há normalmente uma ampla rede de atividades que forma a chamada cadeia produtiva do turismo. Por exemplo, um estudo encomendado pelo Ministério do Turismo (MTur) do Brasil, constatou que a cadeia produtiva do turismo no país é composta por 52 setores interconectados (CRUZ, 2002), o que demonstra a capacidade que o turismo tem de reorganizar o território.

É importante esclarecer que os empreendimentos relacionados ao turismo, como bares, restaurantes e segundas residências, distribuídos nos municípios estudados, são atividades de turismo que não fazem parte diretamente do turismo de pousadas da Rota Ecológica, mas contribuem para o cômputo geral das atividades ligadas ao turismo na região, e que, de acordo com os entrevistados, surgiram em sua maioria, após a chegada das pousadas, sendo, portanto, decorrentes da inserção das pousadas da Rota Ecológica na região.

Foi relatado também que muitas vezes os donos das pousadas compram produtos alimentícios locais, principalmente peixes e demais frutos do mar. Há uma contradição nesse sentido, porque a culinária estrangeira requer muitos ingredientes que não se encontram nos municípios em questão e, portanto, são comercializados no exterior. Um entrevistado até generalizou ao afirmar que “[...] todo o pedido [sic] das pousadas é em Maceió, o pessoal sai pra fazer compra fora, já é um ponto negativo né” (E8). Em contrapartida, o E5, que trabalha com a venda de pescado em São Miguel dos Milagres, fala que a produção da pesca artesanal na região não dá para atender à demanda das pousadas locais e que sendo assim, elas compram peixe em outras regiões, mas que sempre procuram comprar coisa do lugar também, e que também depende da época, e de cada pousada. O E3 complementa que existem temporadas em que é muito difícil pescar: “Há trinta anos atrás tinha muito peixe, a gente pescava trinta, quarenta, cinquenta quilos, e hoje em dia a gente bota a rede, tem dia que eu boto a rede a semana todinha não pego um peixe”.

Além da comercialização do pescado local, todos os entrevistados afirmaram que o comércio local também foi beneficiado com a chegada das pousadas. Eles mencionam que ao passo que os turistas começam a circular na região e realizam compras, os comerciantes passam a ter mais dinheiro para investir em novos produtos. Também, além dos turistas, as pessoas locais que aumentaram a renda podem comprar, fazendo girar o capital interno nos municípios da Rota Ecológica.

O comércio era, a grande maioria do comércio era feita em matriz do Camaragibe, que era o local de feira e São Luiz do Quitunde, porque tinham as feiras livre e os grandes armazéns.

(...) Hoje já tem porque circulou dinheiro tem a feira, porque a feira só tem onde circula dinheiro. (E11).

Coisas que também não tinha [sic] antes, já foi depois do turismo, posso dizer né, se você quisesse alguma coisa diferente, um iogurte diferente você tinha que comprar em Maceió. Aí por conta desse fluxo, tem dois supermercado [sic] que assim, melhoraram né o estoque, o serviço e o diferencial dos produtos, coisa que a gente que mora aqui acaba consumindo. (E6).

Um problema levantado por alguns entrevistados foi que o preço elevado de vários produtos [resultado da turistificação do lugar] dificultou a sua aquisição por parte de pessoas mais pobres do lugar. Por outro lado, de maneira geral, a qualidade de vida melhorou substancialmente nos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras.

Que hoje qualquer pessoa tem uma televisão, tem uma parabólica, tem uma Sky, por conta de quem trabalha. Se não trabalhar diretamente dentro do estabelecimento, mas ele trabalha indiretamente, depende daquela pousada. (E11).

Com base na percepção dos entrevistados, muitas famílias hoje dependem substancialmente do turismo na Rota Ecológica para a renda familiar. No entanto, há também políticas de governo federais que contribuíram para melhorias sociais nos municípios da Rota Ecológica, como o programa social Bolsa Família e o defeso da lagosta, políticas citadas pelos entrevistados. Entre muitas críticas, estes “programas de assistencialismo do governo”, assim denominados por quatro dos 12 entrevistados, vêm ajudando aquelas pessoas que procuram fazer seu real e bom uso.

Alguns comentários dos entrevistados revelam conflitos com relação à seletividade dos profissionais que oferecem serviços na área da Rota Ecológica. Jangadeiros, bugueiros, taxistas, por exemplo, mencionaram que algumas pousadas querem apenas uma pessoa fixa para exercer aquele serviço em sua pousada. Uma solução apontada por um entrevistado seria a inserção de um rodízio de trabalhadores, para garantir renda para mais famílias. Ressalta-se a necessidade da participação do poder público exercendo seu papel de mediador, e que também haja um planejamento na organização da atividade turística, agindo em colaboração para que possam ser criadas formas harmônicas nas relações entre as partes envolvidas com as oportunidades de atividades econômicas, mesmo informais, resultantes do turismo das pousadas da Rota Ecológica.

Lá na Pousada do Caju é uma das pousadas que hoje ajuda, dá opção ao taxista. São dois ou três que tem lá. Isso já gera renda pra três famílias. [...] Todas as pousada deveria se inspirar na pousada do Caju, na Acayu<sup>21</sup> né, porque se se inspirasse nessa pousada tenho certeza que ia ajudar bem mais gente. (E6).

Ao se perguntar sobre as mudanças ocorridas nos povoados e sedes dos três municípios da Rota Ecológica, ficou claro que a chegada das pousadas propiciou um adensamento construtivo no sentido de infraestrutura e melhorias urbanas. Os turistas, no geral, procuram os melhores acessos para chegar ao seu destino. Como mencionado no capítulo anterior, a dificuldade de acesso ao território da Rota Ecológica precisava ser sanada, ou amenizada de alguma maneira. Assim, com os pedidos frequentes dos proprietários das pousadas, somados aos da população local, a estrada principal da Rota Ecológica teve seu asfalto recuperado, recebendo melhor iluminação (Figura 47). No caso das pousadas, a intenção por detrás das reivindicações de melhorias nas condições viárias visava facilitar o acesso e a circulação dos turistas no local, necessidade básica de qualquer destinação ou lugar turístico, o que também representa um benefício para as comunidades da região. As falas abaixo mostram como, na visão dos entrevistados, as reivindicações dos pousadeiros contribuíram para melhoras na infraestrutura de acesso rodoviário à região, com benefícios para as comunidades.

Melhora porque são empresário da alta, aí pra ter um acesso eles tem que brigar por isso. (E4).

Eles tiveram uma grande influência pra trazer esse recurso, pra melhoria da estrada que, indiretamente, beneficia toda a comunidade, né. (E6).

---

<sup>21</sup> A Pousada Acayu anteriormente era chamada Pousada do Caju.

**Figura 47: Rua principal da sede do município de São Miguel dos Milagres, à esquerda; trecho da rodovia AL 101 em Porto de Pedras, à direita.**



Fonte: LTTD/Ufal, 2015

A rodovia AL-101 Norte é o principal eixo viário do litoral norte de Alagoas, mas ela apresenta condições variáveis de rodagem em diferentes trechos. Ela encontra-se relativamente bem construída de Maceió a Barra de Santo Antônio e de Japaratinga à divisa com o estado de Pernambuco. No trecho entre Barra de Santo Antônio e a foz do rio Camaragibe – início Sul da Rota Ecológica – ela ainda não foi pavimentada, encontrando-se em péssimas condições de rodagem. No trecho que corresponde à Rota Ecológica, ela está pavimentada, mas não tem acostamento nem sinalização adequados. O acesso à Rota Ecológica, a partir de Maceió, é realizado pela AL-435, a partir da AL-105, nas proximidades da Usina Santo Antônio, no município de São Luís do Quitunde (Figura 48).

**Figura 48: Acesso rodoviário à região da Rota Ecológica e a Recife**



Fonte: [www.costadoscorais.com](http://www.costadoscorais.com)<sup>22</sup>

A Secretaria de Transporte e Desenvolvimento Urbano (Setrand), em parceria com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-AL), vem trabalhando na duplicação da rodovia AL-101 Norte. Dentre os benefícios pretendidos com a duplicação esta a construção

<sup>22</sup> Os detalhes do acesso rodoviário à Rota Ecológica podem ser verificados no mapa que consta do site: <http://www.alagoas-turismo.com/mapas/mapa-rodoviario.htm>

de passarelas, ciclovias (Figura 49), retornos, trevo e outras obras que ajudem o tráfego. Outro ponto é a melhoria na sinalização dentro da Rota Ecológica, que era praticamente inexistente neste trecho.

**Figura 49: Trecho da ciclovia da Rota Ecológica, em Passo de Camaragibe**



Fonte: LTTD/Ufal, 2015

Com a melhoria na renda, também as casas de taipa passaram a ser substituídas por construções de alvenaria, e novos mercadinhos, padarias, escolas, farmácias, postos de gasolina, são exemplos de empreendimentos que atualmente são encontrados nos antigos povoados, que antes eram bem mais simples, contando com extensos coqueirais.

Hoje tudo mudou as casa tudo grande, cada lapa de muro as casa tendo. (E2).

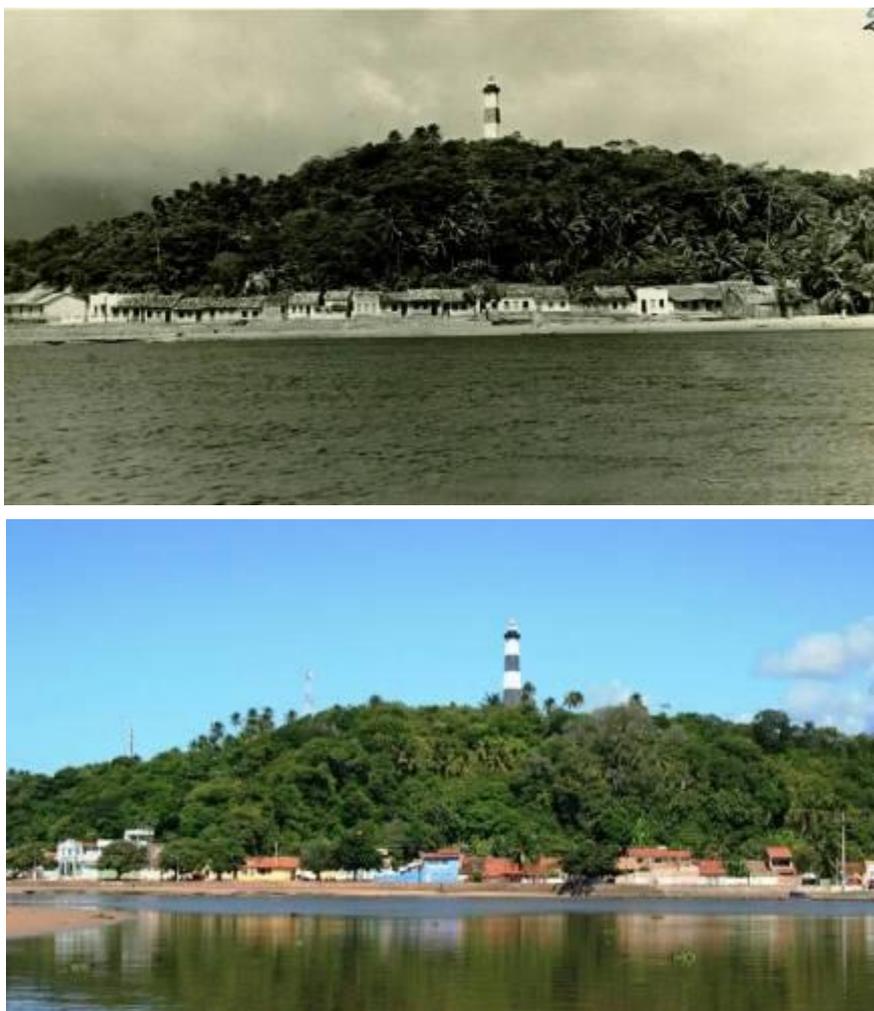
Hoje temos, o conjunto Nelson \*\*\*(...), que vai até a orla e não existia, Ana Maria Braga, Arthur Marinho Braga, Angelo João de Santos, Aderbal da Costa Raposo, Antônio Buarque Braga, Francisco Lima, Agripina de Moura Carvalho, Arthur Marinho Leão, Conjunto Residencial Francisco dos Santos, Conjunto Benedito Felisberto de Ataíde, Rua Felisberto de Ataíde, foram criadas mais de dez avenidas aqui em Porto da Rua. Quando só tínhamos duas ruas, [sic] Rua Bom Jesus e Rua de Dentro. [sic] Não tinha essa bifurcação pro hotel, não tinha campo de esporte, tinha nada. (E11).

Mesmo assim, é notável a pouca mudança urbana<sup>23</sup> existente em alguns pontos da Rota Ecológica, como mostra a Figura 50, a região onde fica a balsa em Porto de Pedras. Este

<sup>23</sup> De uma forma geral a urbanização na Rota Ecológica é relativamente dispersa, mais densamente urbanizada nas sedes e povoados conhecidos pela presença do turismo.

aspecto, de certa forma, favorece ao turismo de pousadas, pois ele preserva a tranquilidade e identidade do lugar, características que são valorizadas pelos turistas que se hospedam nas pousadas da Rota Ecológica.

**Figura 50: Comparação da área do porto da balsa de 1990 (foto preto e branco) e 2013 (foto colorida), na sede municipal de Porto de Pedras**



Fonte: Acervo bibliográfico IBGE, acesso em 2016; LTTD/Ufal, 2013.

No entanto, os três municípios em questão ainda deixam a desejar nas questões de saneamento e telefonia. O entrevistado 11, inclusive, possui um terreno em São Miguel dos Milagres, que foi herança de seu pai, e que foi transformado em depósito de lixo da cidade, como explica:

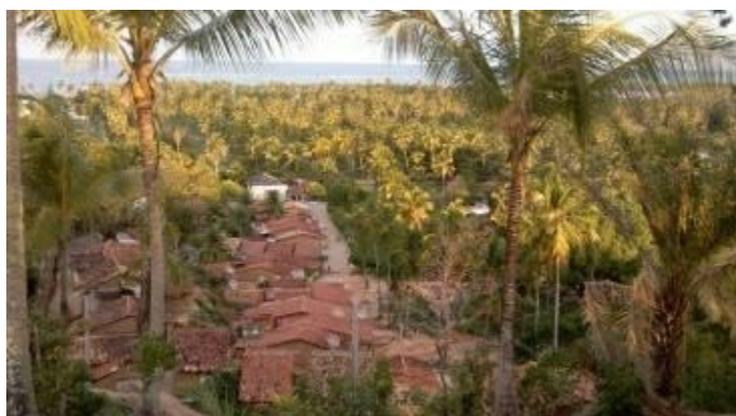
Por intermédio de meu irmão, era herança de meu pai, são onze irmãos, eu comprei as partes e meu irmão trabalhava na prefeitura, era motorista da prefeitura e inventou de botar o lixo no sítio para adubar os coqueiros, resultado, virou lixão. Aí eu fui obrigado a vender uma parte

pra prefeitura, porque tava perdido, não tinha como eu lutar judicialmente sozinho, e agora com esses encontros socioambiental, com esses seminários, eu tô torcendo para que haja um aterro sanitário. (E11).

Portanto, de acordo com os entrevistados, parte das melhorias urbanas locais é resultado da participação de donos de pousadas em reuniões com o poder público local, uma vez que mesmo no caso das ofertas de turismo alternativo é necessário, e geralmente desejável, que os lugares turísticos tenham pelo menos uma infraestrutura básica (CRUZ, 2003). Complementar a essa informação, Paiva (2011) argumenta que a reorganização do território pela atividade turística ocorre simultaneamente a uma reorganização do processo de urbanização de um país, o que atualmente faz parte das tendências brasileiras de urbanização. Este cenário demonstra o que Mullins (1991) fala sobre a capacidade da urbanização tanto dar suporte ao turismo, quanto ao turismo gerar um processo de urbanização para atender as suas necessidades. De todo modo, é importante que a dinâmica da urbanização ocorra de forma planejada e integrada à atividade turística para atingir os objetivos esperados, tanto para os promotores da atividade quanto para os habitantes locais.

Há políticas públicas brasileiras que levaram à expansão urbana independente da existência do turismo nas cidades. A política do governo federal Minha Casa Minha Vida foi um exemplo de desenvolvimento de moradias ao longo dos povoados da Rota Ecológica (Figura 51). Além do programa Luz para Todos, há outros programas sociais, como Bolsa Família, o Crédito Consignado, o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (MARICATO, 2013) que contribuíram para mudanças significativas no território do litoral alagoano.

**Figura 51: Casas vistas do auto do cruzeiro, em São Miguel dos Milagres**



Fonte: SEMED, São Miguel dos Milagres, 2015

Apesar das melhorias urbanas resultantes das reivindicações dos pousadeiros e das políticas federais recentes, a área na qual se localiza a Rota Ecológica ainda apresenta diversas deficiências infraestruturais, econômicas e sociais. As condições de mobilidade espacial em alguns trechos ainda são precárias; a taxa de escolaridade ainda é baixa; e o saneamento deixa a desejar. De acordo com o entrevistado 12, as escolas ainda passam pelo problema de alunos que precisam ajudar seus pais nas atividades primárias e por isso o quadro de evasão escolar é um grave problema na região. Além disso, a administração pública enfrenta sérios problemas locais, que se agravam devido a recorrentes crises políticas e administrativas. Existem também algumas deficiências com relação à oferta turística que ainda precisam ser resolvidos na região, como é o caso da falta de informação para o visitante:

Eu já solicitei isso, já falei com o nosso secretário. Na praia, ali naquele foco principal, o pessoal para, quer uma informação, onde fica a farmácia, onde fica um mercadinho, onde fica um restaurante, e a gente não tem. (E10).

Ao se perguntar sobre como ficou o uso da área de praia e o acesso ao mar depois da construção das pousadas, algumas contradições foram identificadas. Além de ser um ambiente público, portanto compartilhado simultaneamente por pousadeiros, turistas, e pessoas locais, a praia, ganhou novo valor, indo além de condição de trabalho para incluir também atividades de lazer (Figura 52). Essa situação representa uma dualidade perpétua do turismo, pois, como argumenta Rodrigues (2006), nos lugares turísticos, um mesmo espaço público, pessoas trabalham enquanto outros descansam e têm momentos de lazer. São, portanto, vivências distintas em um mesmo território.

**Figura 52: Turistas e catadoras de marisco no mesmo território**



Fonte LTTD/UFAL, 2015

Na Rota Ecológica, principalmente em São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, algumas pousadas tentaram ‘privatizar’ trechos de praias. Foram relatados por alguns entrevistados casos de palhoças de pescadores que foram impedidas de continuar junto à praia; catadores de mariscos e banhistas locais sendo pressionados a frequentar áreas afastadas das pousadas; fechamento de caminhos de acesso ao mar que eram típicos do lugar e historicamente utilizados por nativos, nos seus deslocamentos cotidianos. Esse tipo de atitude ocorre com mais frequência no caso dos enclaves de *resorts*, que promovem a satisfação do turista dentro do seu empreendimento, suprimindo a interação do turista com o ambiente e com os nativos ou residentes dos lugares turísticos, como mencionado por Pearce (2003). Portanto, práticas semelhantes associadas a pousadas da Rota Ecológica representam uma contradição em relação à orientação geral da sua oferta alternativa. São questões que deixam os entrevistados potencialmente indignados, como se constata nas falas abaixo:

O que aconteceu, alguns quando chegaram ai queriam impedir o acesso do pescador na praia, né. Porque eles pensam porque compram aquela área que vai até a praia, ele tá comprando a parte da praia. Ele não tá comprando a parte da praia, ele não documenta aquilo ali, só pode, só tem documento acima de trinta e três metros da maré alta pra dentro é que ele pode documentar, pra frente ele se beneficia, mas não tem documento. Ele queria o quê, quer derrubar as palhoça dos pescadores, colocar as jangada, as madeiras, teve muitas, muitas brigas até em justiça ai com as pousadas por causa disso. (E5).

Porque se aqui tem um caminho, pra eu descer pra praia e você fez sua pousada, ai você vai fechar o acesso do pescador, não faça isso não. Antes de você chegar o pescador já tinha aquela rotazinha dele ali. (E1).

Que a praia é um patrimônio nosso. É um patrimônio do povo, num é. (E9).

Tem muitos pousadeiros que fazem isso sim, mas o povo do município da gente tem que entender, que a gente tá lidando com um pessoal de fora, tá gerando emprego então, a praia da gente é muito grande muito bonita então eu acho assim, se você tá nesse local aqui, não custa nada você vir pra cá, só, só separar um pouco. (E8).

As práticas denunciadas nas falas dessas pessoas da região que forma a Rota Ecológica, enquanto indicam a existência de uma contradição perante a oferta alternativa das

pousadas do lugar, indicam também, claramente, que há um processo de mudança na dinâmica do território local, com o surgimento de alguns conflitos. Em outra perspectiva, isto é, relacionada ao turismo de massa, entrevistados mencionaram que em Passo de Camaragibe existe uma área privada na praia dos Morros, que pertence a um grupo internacional. Segundo os entrevistados, a intenção é se construir um *resort* nessa área, possibilidade que preocupa esses entrevistados<sup>24</sup>.

Além disso, emergiu nas entrevistas que os moradores de Passo de Camaragibe ainda veem seu município como sendo pouco divulgado, com relação aos outros municípios. Mencionam que por vezes os turistas acham que toda a Rota Ecológica está em São Miguel dos Milagres, quando na realidade ela também se estende pelas praias de Porto de Pedras e, pelo menos, parte das praias do município de Passo de Camaragibe. Realmente constata-se que São Miguel dos milagres possui maior número de pousadas e maior divulgação na mídia. Em contrapartida, os entrevistados de São Miguel dos Milagres e de Porto de Pedras apontam que preferem evitar a chegada de mais empreendimentos, com receio de novas ofertas turísticas que divirjam das atuais. Essa opinião converge com o argumento de Ruschmann (2006), sobre a necessidade de se avaliar a capacidade que o ambiente tem de receber as ofertas turísticas e assim dimensioná-las de forma adequada, para se manter certo nível de controle sobre os efeitos do turismo no lugar.

Tanto que a gente nem quer isso, divulgação de massa. Turismo de massa a gente manda lá pra outro lugar, Maragogi, Gunga, Barra de São Miguel. A gente quer é o turismo exclusivo. Pousadas pequenas que prefere o relaxamento, as partes mais calmas, sem irritação, essas coisas né. (E7)

Uma questão que não é diretamente provocada pelo turismo, mas que está frequentemente associada ao processo de urbanização, é a expansão dos espaços de comercialização de drogas. Nesse sentido, concorda-se com Villaça (1998) segundo o qual os problemas brasileiros podem ser vistos em qualquer espaço urbano, o que também está presente no processo de urbanização da Rota Ecológica, como atesta a fala abaixo, embora não tenhamos elementos factuais para associar o problema à turistificação da Rota Ecológica:

---

<sup>24</sup> A foz do rio Camaragibe é o limite sul da Rota Ecológica. A praia dos Morros fica do outro lado desse rio – a aproximadamente 1.000 m de Barra de Camaragibe. Portanto, se um *resort* for construído na praia dos Morros, a extremidade sul da Rota Ecológica provavelmente sofreria grande influência do turismo de massa, que parece não ser bem visto pelos entrevistados.

O que acontece fia, o que mudou um pouco pa [sic] pior, no sentido assim porque, naquela época que eu vivia aqui como adolescente, não se falava em droga não. (E1).

No aspecto ambiental, as críticas às pousadas foram em geral positivas. As características arquitetônicas das pousadas por si só já revelam uma relação diferente com o meio ambiente na Rota Ecológica. Apenas uma pousada, a Côte Sud, na opinião dos entrevistados, causa algum problema ambiental na Rota Ecológica, por ter afetado ambiente de mangue. As reclamações dos entrevistados são direcionadas na maior parte ao poder público, que deveria ser mais atuante na fiscalização das questões ambientais, como é o caso da fala do entrevistado 6 abaixo. Mas também foi mencionado que o problema está relacionado aos próprios moradores que não desenvolveram o senso de responsabilidade ambiental e, supostamente, poderiam atuar para impedir que danos fossem causados aos mangues.

A secretaria de turismo não funciona aqui em Porto de Pedras, meio ambiente pior ainda. [sic] (E6).

Foram direcionadas também perguntas aos entrevistados sobre eventuais benefícios proporcionados pelas pousadas que não fossem exclusivamente financeiros, para entender até que ponto os empresários das pousadas se envolviam diretamente com as pessoas da comunidade, ou seja, se estabeleciam apenas relações verticais, de natureza econômica, sem participação direta na vivência da comunidade, ou se estabeleciam relações mais horizontais, mais sinérgicas com a população local.

Os entrevistados percebem que alguns donos de pousadas estão receptivos a ideias e manifestações oriunda da comunidade. Foram identificadas duas associações importantes que são entidades mediadoras do turismo das pousadas com a comunidade local e outros tipos de turismo, e que teriam tido o envolvimento de donos de pousadas, a saber: Amitus – Associação Milagrense de Turismo Sustentável e o Instituto Yandê: Educação, Cultura e Meio Ambiente. Ambas as instituições desenvolvem trabalhos que abrangem todo o trecho da Rota Ecológica.

A Amitus foi organizada inicialmente por alguns proprietários das pousadas em questão. Anteriormente, até 2013, a associação se chamava Areal – Associação da Rota Ecológica de Alagoas. Entretanto, por frequentes divergências entre os seus membros, a associação se desfez e foi recriada como Amitus que é atualmente uma associação autônoma e

as pousadas passaram a atuar como agentes colaboradores. A entrevistada 7, que tem envolvimento direto com esta associação, informou que a principal atividade exercida pela Amitus é a limpeza (Figura 53) de praias e manguezais, desde Passo de Camaragibe até Porto de Pedras.

**Figura 53: Mutirão de limpeza de lixo**



Fonte: Rede social *Facebook* da Amitus, acesso em 2016.

Constata-se, portanto, que uma ação que envolve de alguma forma pousadas da Rota Ecológica tem consequências diretas na qualidade ambiental do território da região, assim como, se poderia pensar, na dimensão simbólica das pessoas do lugar, em relação à questão ambiental.

O Instituto Yandê (Figura 54), outro projeto que surgiu após a chegada das pousadas, é uma organização não governamental que reúne pessoas que trabalham direta ou indiretamente com o turismo na região. Aparentemente, este projeto teve início com a Pousada do Toque, que anteriormente se chamava Projeto Toque de Taipa. Esses dois projetos, que desenvolvem atividades socioambientais, oferecem palestras sobre responsabilidade ambiental, confecção de artesanato, parcerias com o Senac, projeção de filmes nas praças das cidades e povoados da Rota Ecológica, dentre outros serviços compartilhados com a comunidade. Estas duas associações, assim como a Associação Peixe Boi, são instâncias que se situam, pelas atividades que desenvolvem, entre a população local e as pousadas da Rota Ecológica, o que de alguma forma permite que eles funcionem como multiplicadores em relação aos cuidados socioambientais na região (Figuras 55, 56 e 67). Mais uma vez, constata-se que o desenvolvimento das pousadas da Rota Ecológica tem relações diretas e indiretas com mudanças territoriais que estão atualmente em curso na região, como pode se deduzir das falas dos entrevistados abaixo:

**Figura 54: Sede do Instituto Yandê em São Miguel dos Milagres**



Fonte: Rede social *Facebook* do Instituto Yandê, acesso em 2015.

A gente realiza é a reciclagem né. Entendeu, que eles pedem a parceria da gente, que a gente, o que for de vidro, o que for de plástico, o que for de papel pra ai vir uma pessoa recolher, essa é a única parceria que a gente tem,entendeu, com eles. (E8).

Hoje eles fazem esse mutirão de limpeza, educação ambiental, tão participando agora do projeto da Toyota né, que é da Toyota, e da fundação SOS Mata Atlântica. E isso de uma forma, de uma maneira de outra tá [sic] ajudando o meio ambiente né, tá ajudando o meio ambiente sim. (E6).

A gente trouxe o Secretário Público de Segurança, o atual, aqui. A Amitus trouxe. A Amitus fez uma reunião na Câmara de Vereadores, trouxe o prefeito. Convidou o prefeito, o pessoal não só aqui de São Miguel, mas de Passo de Camaragibe e de Porto de Pedras pra comparecer, e o pessoal em geral, os comerciantes que trabalha na área de turismo e os vereadores. E o secretário veio aqui, falar sobre a segurança pública nessa região aqui, passar os planos dele. (E10).

Esses meninos são bravos, e defensores da natureza (...) estão de parabéns, muito organizados e preserva o meio ambiente. (E11).

**Figura 55: Cinema na praça - trabalho da Amitus**



Fonte: Rede social Facebook da Amitus, acesso em 2016

**Figura 56: Envolvimento com a comunidade**



Fonte: Rede social Facebook da Amitus, acesso em 2016; LTTD/UFAL, 2015.

**Figura 57: Treinamento com jangadeiros, à esquerda; Alunos recebendo certificado de curso de informática, à direita. Ambas realizações pelo Instituto Yandê.**



Fonte: Rede social Facebook do Instituto Yandê, acesso em 2016

Na oferta turística de *resorts* normalmente a comunicação do empreendimento com o entorno não é um aspecto comum. De forma oposta, ofertas turísticas que prezam pelas características da comunidade frequentemente desenvolvem relações mais sinérgicas com a

população do lugar, o que tende a gerar benefícios para as pessoas das comunidades envolvidas, como é ressaltado por Dias (2006), o que é o caso das pousadas da Rota Ecológica, como foi identificado por este estudo. Foi constatado, com base nas falas dos entrevistados, que há alguma forma de participação de proprietários das pousadas, mesmo que de forma indireta, nos trabalhos que a Amitus, o Instituto Yandê e a Associação Peixe Boi desenvolvem, inclusive com a participação de pousadeiros também em reuniões das comunidades locais, mesmo que tenham intrinsecamente interesses distintos. Deduz-se, entretanto, que deve haver interesses comuns entre os participantes – pousadeiros e as mencionadas organizações locais –, provavelmente por que até certo ponto eles dependem uns dos outros. As reuniões em questão são muitas vezes direcionadas não só para o turismo, mas também para assuntos relacionados a infraestrutura, cultura, segurança pública, etc., assuntos esses que têm repercussão no âmbito do território da área que forma a Rota Ecológica. Um dos entrevistados chegou mesmo a nomear alguns pousadeiros que teriam participado de reuniões com a comunidade local:

Eu já vi muito o Tales da pousada Riacho dos Milagres, o Sahi da pousada, o Sahi da pousada Amendoeira. A Dona Corine já participou das reuniões. (E6).

O fato de os entrevistados reconhecerem alguns proprietários, citando às vezes o próprio nome deles no lugar do nome da pousada, parece indicar certa frequência de alguns destes proprietários no convívio da comunidade, evento praticamente impossível de acontecer com o turismo de massa. Na literatura, isso equivale a uma prática que estabelece algum tipo de conexão horizontal com a comunidade local (SANTOS, 2006; CORIOLANO, 2003), neste caso através do turismo. Claramente, identifica-se que o turismo alternativo ofertado pelas pousadas da Rota Ecológica tende a manter um espaço de interação com os nativos, com as manifestações da comunidade, e certo nível desenvolvimento na vivência cotidiana do lugar.

Outro fato que merece menção neste estudo é que o turista também transita pelo local, estabelecendo comunicação com a população do lugar, e realizando compras nos mercadinhos, usufruindo de bares, restaurantes e dos demais serviços ofertados pelos residentes, como é o caso de passeios que são ofertados aos visitantes. Além disso, é comum a presença de pessoas famosas circulando pela Rota Ecológica, como atores, cantores, e jogadores de futebol. Os nativos mostram-se acostumados a esta presença deles, evitando assim tumulto e preservando a privacidade do turista famoso, o que talvez seja um fator decisivo para que celebridades optem por frequentar a região.

Esse quadro contextual de preferências apresentado por determinados locais turísticos depende em grande parte das características psicográficas dos turistas. Por exemplo, Pearce (2003) explica que os turistas aloclétricos, conforme conceptualizados por Plog (1974) tendem mais a procurar pessoas dos lugares visitados, a ter algum interesse em conhecer a história e a cultura do lugar, como parece ser o caso de alguns turistas que visitam a Rota Ecológica. A entrevistada 3 mencionou que turistas já a procuraram enquanto exercia sua atividade de marisqueira<sup>25</sup> e que faziam perguntas sobre como encontrar os mariscos, como cozinhar, como ela sobrevive daquele trabalho, tirando dúvidas e esclarecendo curiosidades. Segundo Plog (op. Cit), turistas psicocêntricos têm comportamento oposto ao dos aloclétricos, ou seja, eles utilizam os serviços programados pelas pousadas, mantêm-se mais reservados, e não demonstram interesse em se comunicar ou em interagir com os nativos. Compreende-se desta situação que as pousadas da faixa litorânea deixam o turista livre para fazer o que achar melhor durante a sua estadia, de acordo com suas características psicográficas. Esse tipo de atitude, por parte do pessoal das pousadas, se opõe ao comportamento de alguns empreendimentos ou pacotes turísticos que induzem o turista a comer em determinado local, a visitar determinado museu, a comprar apenas artesanatos em lojas indicadas e fazer tudo em um tempo restrito (NETTO, 2010; CRUZ, 2003). As falas abaixo, de dois entrevistados, parecem indicar comportamento de visitantes que se alinham às características psicográficas aloclétricas:

Como consequência, os visitantes saem pra conhecer, acaba gastando dentro do município né, porque se não tivesse as pousadas eles não viriam. Compram artesanato. Como alguns produtos dentro da pousada é muito caro, eles param no mercadinho pra comprar refrigerante, barra de cereal. (E6).

Às vezes nas pousada já tem de tudo, mas os turistas gosta de às vezes sair né, pra conhecer né. (E1).

Com relação à cultura – no sentido de tradições populares – parece não ter havido grandes mudanças na área em estudo após a chegada das pousadas da Rota Ecológica. Portanto, ainda há oportunidades para o turista visitar as casas antigas que permanecem, conversar com moradores sobre a história do lugar, sobre lendas e folclore da região. O entrevistado 1 menciona que em Passo de Camaragibe há um evento dos jangadeiros, que

---

<sup>25</sup> Marisqueira é o nome dado a mulheres que na costa alagoana coletam, normalmente em ambientes de praia, um molusco bivalve denominando “massunim”, que é parte da gastronomia litorânea regional.

ocorre na Rota Ecológica, durante o qual poucas das 13 pousadas investigadas participam com algumas doações. Por exemplo, eles doam panos com ilustrações da pousadas, sendo um meio de fazer propaganda de sua pousada.

A gente faz um evento ai de corrida de jangada, pra dá prêmio. Aquele que chegar na frente, inclusive as pousadas elas chegam junto [...] dão prêmio, dão brindes, a coisa artesanal, a pano, aquela que chegar primeiro fora e voltar. (E1).

Archer e Cooper (1998) esclarecem que no caso do turismo sustentável, a oferta deve buscar ao máximo incorporar a realidade local na oferta turística, exaltando as características genuínas do lugar. Traços arquitetônicos, a culinária, danças, ou seja, o patrimônio cultural material e imaterial de uma comunidade são comumente produtos para alguns promotores do turismo (LUCHIARI, 2005). Na Rota Ecológica, parece haver um equilíbrio entre as tradições e a inovação arquitetônica das pousadas, no sentido de que as pousadas são diferentes da forma padronizada dos *resorts* e dos grandes hotéis, tanto no projeto quanto na escala.

Entretanto, sobre a cultura no sentido das vivências cotidianas, este estudo constatou que empreendimentos e eventos relacionados ao turismo surgiram mais recentemente no território no qual estão localizadas as pousadas da Rota Ecológica. São novas formas de fazer turístico, com novos comportamentos, diferentes do comportamento dos turistas que se hospedam nas 13 pousadas estudadas. Antes, as áreas litorâneas de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, eram pouco frequentadas, até mesmo pelos próprios alagoanos. Atualmente, com a chegada das pousadas, com a divulgação da paisagem natural preservada, o passeio para observação do peixe-boi, e as festividades realizadas em certos períodos do ano, foi dado um grande impulso no desenvolvimento turístico na região, com a área ganhando a cada dia mais visibilidade em nível nacional, e até internacional. Identifica-se que estas novas ofertas e serviços turísticos, distinguem-se também das proporcionadas pela população local.

Por exemplo, um evento recente, relacionado ao turismo na área da Rota Ecológica, é o “Tamo Junto”. Na própria página da rede social *facebook*<sup>26</sup> o projeto está descrito da seguinte forma: “O TJ - Tamo Junto é um projeto com o intuito de tornar Alagoas o mais novo destino turístico para eventos exclusivos”. O Tamo Junto proporciona, por exemplo, o Reveillon dos Milagres (Figuras 58 e 59), que é uma maratona de festas realizadas desde

---

<sup>26</sup>[https://www.facebook.com/TJ.TamoJunto/info/?entry\\_point=page\\_nav\\_about\\_item&tab=page\\_info](https://www.facebook.com/TJ.TamoJunto/info/?entry_point=page_nav_about_item&tab=page_info) acesso em 17/ 05/2016.

alguns dias antes da virada do Ano Novo, até alguns dias do mês de janeiro, com atratividades como show com bandas, Raves, DJs e diversas outras atividades, a cada ano, atraindo um público nacional e internacional, seletivo no quesito do poder aquisitivo, com o bordão *I believe in miracles*<sup>27</sup>. De fato, esse evento vem sendo divulgado como um dos melhores réveillons do Nordeste do Brasil, e, com base em entrevistas abertas realizadas com pessoas que moram na área da Rota, durante o período em que o evento ocorre há uma grande dinamização das atividades econômicas relacionadas a serviços, nos três municípios que formam a Rota Ecológica.

**Figura 58: Show durante o Réveillon dos Milagres**



Fonte: Rede social *Facebook* do Tamo Junto, acesso em 2016.

**Figura 59: Programação do Reveillon dos Milagres para 2017**



Fonte: Rede social *Facebook* do Tamo Junto, acesso em 2016.

<sup>27</sup>*I believe in miracles*, ou seja, “Eu acredito em milagres”, uma referência a São Miguel dos Milagres, um dos municípios da Rota Ecológica.

Além do Tamo Junto, que tem características que destoam da oferta das 13 pousadas objeto deste estudo, se constatou que novos empreendimentos, em forma de pousadas e hotéis, foram construídos ou estão sendo construídos na área da Rota Ecológica, os quais, por seus aspectos construtivos, parecem ter uma proposta diferente da proposta das pousadas abordadas neste estudo. Entretanto, há algumas pousadas que parecem ser muito semelhantes às pousadas da Rota Ecológica, mas elas fogem ao escopo deste trabalho.

Além disso, muitos loteamentos estão sendo construídos às margens e nas proximidades da rodovia que percorre a Rota Ecológica, de Barra de Camaragibe até a sede municipal de Porto de Pedras fato que já está prejudicando o povoado de Porto da Rua e o povoado Toque, em São Miguel dos Milagres, que juntos são responsáveis pela maior parte das pousadas da Rota Ecológica. Por exemplo, os preços dos terrenos foram elevados significativamente e existem vários *outdoors* às margens da estrada anunciando lotes à venda (Figura 60), o que não existia até poucos anos atrás. Essas mudanças com relação ocupação de terrenos são perceptíveis para os entrevistados, como mostram as duas falas abaixo:

Hoje, você vê que um metro quadrado de um terreno à beira mar aqui, por menos é a faixa de trinta e cinco mil o metro de praia. A faixa de cem de fundo. Pelo menos a praia do Patacho tava esse preço. Só que agora né, a especulação financeira e imobiliária já chegou aqui na região né. Aqui temos a Márcio Raposo<sup>28</sup> fazendo um empreendimento aqui. Quem imaginava que a Márcio Raposo viria um dia aqui! (E10).

Tem terreno aqui de dez por vinte de cem mil reais. E que você vai gastar mais cem mil pra deixá-lo no ponto de alvenaria, porque precisa aterrar. (E11).

**Figura 60: Placas de vendas espalhadas em vários trechos da Rota Ecológica**



Fonte: Fonte LTTD/UFAL, 2016.

<sup>28</sup> Márcio Raposo é uma empresa imobiliária com sede em Maceió.

Têm surgido, portanto, novas materialidades no território da Rota Ecológica motivadas pela valorização da área pelo desenvolvimento turístico. Haesbaert (2013) menciona a existência de múltiplos territórios que coexistem, sendo alguns lugares permanentes outros não. Este pode ser o caso da Rota Ecológica, no qual os empreendimentos e eventos não se enquadram no turismo alternativo ofertado pelas pousadas e isso acaba sendo uma preocupação revelada em falas dos entrevistados, como argumenta a entrevistada 7 de São Miguel dos Milagres:

Mas a gente é preocupada com o crescimento desordenado; a gente quer que o Plano Diretor seja respeitado, entendeu? (E7).

Ou seja, a região está começando a ser palco de atividades relacionadas a outras formas de desenvolvimento turístico, provavelmente alinhadas ao turismo de massa, ou seja, por atividades turísticas que possuem um princípio diferente do empregado pelas pousadas da Rota Ecológica. No entanto, o interesse deste estudo é a territorialização ocasionada por estas pousadas. Nesse sentido, constata-se que as referidas pousadas levaram a uma forma específica de turistificação, com correspondentes implicações territoriais associadas aos âmbitos econômico, social, ambiental e cultural.

#### **4.2 Quase-enclave turístico: uma possibilidade**

Buscando sumarizar as características das pousadas da Rota Ecológica, em relação à questão territorial, conseqüentemente, relativas também à hipótese adotada neste estudo, constata-se que essas pousadas adotam um tipo de territorialização que combina características do turismo de massa com características que se enquadram no eixo do turismo alternativo, como explicado abaixo:

- Uma territorialização produzida por um uso seletivo do território, sendo pousadas cujos proprietários não são originários dos três municípios envolvidos, a maioria formada por estrangeiros, com uma oferta turística direcionada a um público alvo de alto poder aquisitivo, explorando recursos naturais, sociais e culturais da região em que operam, sem que os residentes nativos tenham qualquer interferência no planejamento ou participação nos lucros. Estas são algumas das características de enclaves turísticos, como os *resorts*, cujos donos normalmente são estrangeiros ao

local e cujos lucros são na maior parte repatriados para os países de origem dos investimentos, apesar desses lucros resultarem da exploração de recursos locais, gerando também impactos negativos para as comunidades autóctones.

- Por outro lado, as pousadas da Rota Ecológica valorizam aspectos econômicos, sociais e culturais locais, oferecem emprego para pessoas do lugar, e adotam práticas de gestão ambiental que normalmente estão associadas ao chamado turismo sustentável. A territorialização desencadeada pelas pousadas da Rota Ecológica compreende algumas práticas responsáveis de turismo, as quais procuram adaptar suas atividades à realidade dos arranjos sociais e econômicos preexistentes no território. Essas são algumas características do turismo comunitário, ainda que as pousadas locais não possam ser classificadas como sendo de turismo comunitário, principalmente porque para isso os proprietários das pousadas precisariam ser os nativos, os quais controlariam o processo de planejamento e de tomada de decisão em relação à oferta turística das pousadas.

Estas são características que apontam para certo hibridismo, tanto na composição da oferta turística local, quanto na forma de territorialização das pousadas, uma vez que elas combinam características que normalmente são associadas aos *resorts* com características do turismo de base comunitária, porém com maior predominância do turismo de enclave, principalmente: a) pelos proprietários não serem do lugar, b) pelos nativos não participarem do processo de planejamento nem tomar decisões sobre a oferta turística das pousadas; e c) pelo fato de os proprietários não compartilharem os lucros das pousadas com os nativos.

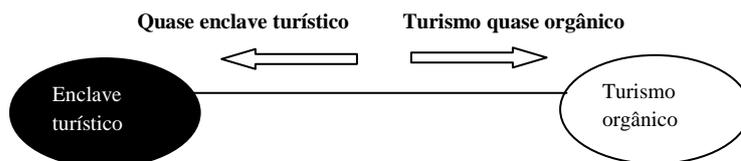
Portanto, parece razoável considerar que as pousadas da Rota Ecológica são “quase-enclaves”, formados por certo grau de hibridismo entre características do enclaves turísticos – turismo de massa – com outras características, estas pertencentes ao turismo comunitário – turismo alternativo. Sobre territórios híbridos, como debatido na literatura geográfica, Moraes (2013, p. 74) entende que os “[...] agentes sociais e econômicos não utilizam o território de maneira igual”. Assim, o próprio território deveria ser entendido como um território híbrido, de caráter mutante (SANTOS, 2008), no qual os seus elementos constituintes, tais como os usos e os sujeitos, se relacionam de várias formas. Rodrigues (2006), ao se referir a tais características territoriais híbridas, emprega o termo “territorialidades plurais”, sinalizando que as próprias territorialidades constituídas sobre vivências cotidianas são plurais, como, por exemplo, o caso dos jangadeiros que se dedicam à pesca, mas ao mesmo tempo realizam

passeios turísticos, dando dois usos diferentes às suas jangadas. E, em última instância, observa-se também o conceito da multiterritorialidade, construção teórica aprofundada por Haesbaert (2008; 2015), sobre a possibilidade de coexistência de vários territórios, em uma mesma área geográfica, dentre estes os novos territórios alternativos.

A partir dessas considerações, podemos pensar o hibridismo territorial no âmbito do turismo. Rodrigues (2006) sugeriu a possibilidade da existência de dois modelos territoriais de turismo operando com lógicas distintas, e aparentemente opostas, aos quais chamou de “modelo economicista” e “proposta humanista”. O modelo economicista exerceria práticas extremamente verticalizadas no território, enquanto o modelo humanista exerceria práticas extremamente horizontais. De maneira semelhante, a literatura acadêmica do campo de pesquisa do turismo indica a existência de formas de turismo de massa na forma de enclaves, cujo exemplo extremo seria o *resort*, a qual exerceria ações verticalizadas, isto é, distanciadas dos interesses locais. No extremo oposto estaria o turismo comunitário, como uma forma de desenvolvimento turístico que é controlada pelas comunidades hospedeiras e que, portanto, exerceria ações horizontalizadas, isto é, conectadas aos interesses das comunidades hospedeiras. Entretanto, não consta da literatura referência a modelos teóricos relativos a ofertas turísticas que combinem as duas de territorialização na mesma oferta turística, como é o caso das pousadas da Rota Ecológica.

Aprofundando ainda mais a discussão, entendemos que as ofertas turísticas se situam ao longo de um *continuum* que, dependendo das especificidades da oferta, pode tender mais para um extremo – enclaves turísticos – ou tender para o outro extremo – turismo comunitário. Levando em consideração a literatura discutida acima, para o caso das pousadas da Rota Ecológica, propõe-se que pode haver quatro tipos de ofertas turísticas distintas, em relação à sua forma de territorialidade, a saber: enclave turístico, quase enclave turístico, turismo quase orgânico e turismo orgânico (Figura 61).

**Figura 61: Esquema de territorialização turística**



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Em uma pesquisa anterior<sup>29</sup>, quando se vislumbrou certo hibridismo de características territoriais das pousadas da Rota Ecológica, levantou-se a hipótese, encampada por este estudo, de que a forma de turistificação desencadeada por essas pousadas era de **quase-enclave**. Com a realização deste estudo de mestrado, a pesquisa foi aprofundada e se confirmou a mencionada hipótese, levando-se em consideração as seguintes características das pousadas da Rota Ecológica: por um lado, as pousadas são de proprietários estrangeiros, priorizam as necessidades dos turistas, exercem um uso seletivo do território e provêm para um público seletivo, características dos enclaves turísticos, como o caso dos *resorts*. Por outro lado, a oferta das pousadas inclui algumas características que estão mais próximas do turismo comunitário, quais sejam: empregam muitas pessoas da comunidade, as pousadas são de pequena escala, existe uma preocupação com o meio ambiente, e há uma relativa interação de proprietários das pousadas com associações da comunidade.

O conceito de quase-enclave não é novo no ramo das atividades econômicas em geral. Por exemplo, ele foi abordado em uma tese de doutorado sobre a atividade petrolífera no Rio Grande do Norte, na qual a autora se refere à ideia de empreendimentos petrolíferos implantados em determinados territórios desse estado nordestino, organizado por agentes externos ao lugar que, entretanto, não seria um enclave total, a ponto de ignorar ou desprezar completamente os interesses da população local. O caráter de quase-enclave, na mencionada tese, expressa uma relação relativamente intensa entre o empreendimento externo e a comunidade local, expressa, por exemplo, no elevado número de trabalhadores da comunidade residente que trabalham no empreendimento, maior circulação de dinheiro no comércio local, dentre outros efeitos também positivos (ROCHA, 2013).

Assim sendo, e levando-se em consideração a forma de territorialização das pousadas da Rota Ecológica, se constatou que elas se situam entre o turismo de base comunitária (turismo orgânico) e o turismo de massa enclave turístico na forma de *resort*, porém situando-se mais próximo dos enclaves, portanto um **quase-enclave**. Entretanto, trabalhar com proposições conceituais rígidas pode não ser um posicionamento científico adequado, uma vez que a realidade da atividade turística é muito complexa e dinâmica. Portanto, é importante que novas pesquisas sejam realizadas para que se possa testar o modelo proposto em outros contextos de ofertas turísticas. A atividade turística está sempre se renovando nos lugares onde se instala, estando sujeita a diversos tipos de influências. O turismo é uma atividade em constante processo de transformação, como explica Butler (1980), através do seu modelo do

---

<sup>29</sup> Pesquisa desenvolvida como bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (Pibic/CNPq), como estudante do curso de Geografia da UFAL, na chamada 2011-2012.

ciclo de vida do lugar turístico. E, como sugere Rodrigues (2006, p. 305): “Territorializar é reconstruir sem cessar o quadro de vida do ator social, tanto materialmente como do ponto de vista de representações”.

Assim, diante do contexto teórico e empírico estudado neste trabalho, afirma-se que a territorialização turística das pousadas investigadas ocorre de maneira menos impositiva e mais respeitosa com relação aos componentes econômicos, culturais e naturais preexistentes no território da Rota Ecológica. Apesar de ser um modelo atrelado ao mercado, de estratégia seletiva para sua localização, o modelo de turismo de pousadas vem propiciando maior interação e articulação entre as atividades locais, fortalecendo algumas territorialidades preexistentes – como a pesca e o artesanato, assim como despertando novas territorialidades que estejam relacionadas com a prática turística, atividades insipientes antes da chegada destas pousadas. Tais características formam a territorialidade das próprias pousadas, que implica em um caráter híbrido. Ou seja, um modelo híbrido, que atende as novas tendências do mercado – pela busca de novos nichos – e, ao mesmo tempo, atende a alguns preceitos da sustentabilidade, sendo assim um quase-enclave.

Afirma-se também que os habitantes da Rota Ecológica se impõem sobre suas necessidades, e com esforços criam maneiras de solucionar conflitos existentes. A comunidade dos três municípios enfocados defendem a sua autonomia com relação às pousadas da Rota Ecológica, já que estes empreendimentos se inserem sem nenhuma aparente comunicação com planos diretores, projetos urbanos e outras determinações de políticas públicas locais. O caráter integrador com a comunidade parte da conduta das próprias pousadas, sem grande participação direta do poder público.

A territorialização das pousadas da Rota Ecológica faz parte de um fenômeno emergente e diferente em uma região na qual predominam ofertas turísticas ligadas ao turismo de massa, que têm alterado o espaço ao longo da franja costeira do país. Destaca-se por fim a importância de novos estudos sobre estes tipos de pousadas ou tipos semelhantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo se tornou um elemento fundamental do crescimento econômico de vários municípios da zona costeira alagoana, como são os casos de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, municípios do litoral norte de Alagoas. Esses municípios formam um trecho do litoral de Alagoas que é chamado localmente de Rota Ecológica, no qual a oferta turística tem como base pousadas que se alinham à noção de turismo alternativo. Este trabalho buscou compreender qual foi o tipo de territorialização que foi desencadeada por essa oferta turística na Rota Ecológica e quais as consequências para as territorialidades pré-existentes nesse trecho do litoral alagoano. Constatou-se que as mencionadas pousadas provocaram mudanças significativas nos territórios preexistentes e contribuíram para o surgimento de novas relações sócio-territoriais locais.

Antes do turismo se desenvolver na Rota Ecológica, os povoados, as áreas de praia, e as sedes dos municípios enfrentavam certos problemas de áreas subdesenvolvidas, tais como: uma economia dependente quase exclusivamente do setor primário, e equipamentos de infraestrutura básica com sérias falhas, a exemplo de estradas danificadas, mal iluminadas, e deficiências no abastecimento de água. Sob estas circunstâncias, os habitantes construíram uma realidade territorial baseada na simplicidade de vida, incluindo baixo nível de urbanização.

Constatou-se também que até aproximadamente a metade da década de 1990 este território praticamente não dispunha de ofertas turísticas, consequência, em parte, de certo isolamento geográfico. No final da década de 1990, que marca o início da implantação de pousadas na Rota Ecológica, alguns municípios que também compõem o litoral alagoano, como Paripueria, Barra de Santo Antônio e Maragogi, já contavam com certo nível de desenvolvimento turístico, principalmente com base no turismo de massa. A partir de então, o ambiente bem conservado no trecho da Rota Ecológica, foi um dos fatores que atraiu os empresários das pousadas. Assim, fazendo um uso seletivo do território, as 13 pousadas estudadas passaram a ofertar um tipo de turismo que preza pela tranquilidade local, destoando da oferta de turismo de massa de outros trechos do litoral.

Na percepção dos entrevistados, os proprietários das pousadas contribuíram de alguma forma para melhorias econômicas e de infraestrutura nessa parte de Alagoas. O turismo é, de fato, uma atividade que atrai serviços e equipamentos urbanos e turísticos para o local no qual se insere, gerando empregos e melhorando a renda das comunidades locais. Na Rota

Ecológica, tais conquistas, agradaram aos nativos. Na visão dos entrevistados, parte das melhorias urbanas locais resultou da pressão dos empresários das pousadas, em reuniões com os órgãos públicos, nas quais eles reivindicaram melhorias nas estradas, na segurança pública, e na iluminação, dentre outros aspectos. Apesar dos avanços nos mencionados aspectos, moradores os consideraram insuficientes.

Com base na visão dos entrevistados, o estudo identificou que os nativos aderiram ao turismo, e que eles se mostram orgulhosos em serem parte do fenômeno turístico como ele vem ocorrendo no lugar. Assim, as territorialidades preexistentes à chegada das pousadas criaram novos simbolismos, como a valorização da jangada para uso turístico, e novas formas de relações sociais atreladas à hospitalidade. Surgiram outras pousadas e restaurantes simples, e serviços que direta ou indiretamente atendem à demanda dos visitantes que chegam aos pequenos povoados da região. Além disso, constata-se que o surgimento de ofertas de empregos relacionados à atividade turística influencia a percepção dos entrevistados sobre melhorias na qualidade de vida local. Tal fato está ligado ao oferecimento de cursos profissionalizantes que capacitam pessoas para aproveitarem novas possibilidades e oportunidades de emprego e ocupação, que se diferenciam das antigas atividades tradicionais da região, principalmente a pesca artesanal, a cultura do coco, e o trabalho na lavoura canavieira, esta nas áreas mais afastadas do mar. Apesar de uma melhoria na renda de muitas famílias, se constata pelos censos do IBGE que ainda são uma população frágil economicamente.

Os entrevistados não descartam os efeitos negativos que estas pousadas acarretaram. Eles consideram algumas das 13 pousadas em questão como sendo as responsáveis por diversos conflitos, principalmente em relação ao uso das praias e ocupação do solo nas áreas próximas a elas. O acesso dos moradores a algumas praias já foi bloqueado em alguns lugares e muitas vezes alguns proprietários inibem nativos de usar trechos de praia localizados nas proximidades de suas pousadas, comportamento que diverge do aspecto alternativo dessas pousadas. Também foram destacados como pontos negativos pelos entrevistados a elevação do preço de alguns produtos, e o insuficiente envolvimento das pousadas em projetos conjuntos com a comunidade local.

Diante dessa perspectiva, particularmente em relação ao uso e ocupação do solo, identificou-se que a territorialização exercida pelas pousadas ocorre sem a participação direta do poder público local, o qual não tem atuado como gestor maior do processo de organização do espaço. Há indícios de que a comunicação entre as pousadas não é frequente nem

politicamente organizada, uma conjuntura sociopolítica que suscita preocupações em relação ao processo de territorialização turística da região, no presente e no longo prazo.

Complementar a estas questões, constatou-se que há atualmente outras ofertas de turismo que vêm ganhando espaço na Rota Ecológica, tais como a abertura de loteamentos, a expansão do turismo de segunda residência, e a implantação de outros equipamentos turísticos que não têm o mesmo perfil alternativo das pousadas. A este respeito ponderam-se duas questões. A primeira é que está havendo uma mudança gradativamente na natureza da turistificação da Rota Ecológica, direcionada ao turismo de massa e aparentemente não existe muita resistência dos moradores locais em vender seus terrenos ao mercado imobiliário. A segunda questão é que estes novos empreendimentos também não são ofertas proporcionadas pela comunidade. Uma nova realidade com a qual os residentes e os pousadeiros vão ter que interagir, provavelmente em uma perspectiva diferente daquela oferecida pelas pousadas estudadas.

É por isso que ressaltamos também a importância deste trabalho para pensar a urbanização de áreas litorâneas, que resulta da atividade turística. O planejamento precisa entrar como elemento fundamental para se pensar tal questão, pois qualquer tipo de oferta turística, alternativa ou de massa, que se insira em um território interfere, de alguma forma, nas territorialidades preexistentes. Geralmente, diversos interesses estão presentes em um mesmo território, representando, na realidade, diferentes territórios em interação. A preocupação é que os empreendimentos turísticos tragam mudanças que excluam o arranjo social, econômico e cultural preexistente nos lugares, e que ainda cause problemas ambientais. Um planejamento prévio poderia contribuir para a competitividade dos empreendimentos, sem comprometer as características socioambientais locais. São perspectivas também pontuadas pelos moradores da Rota Ecológica, frente a novas ofertas que vêm se desenvolvendo no território estudado.

De todo modo, conclui-se, com base na visão dos entrevistados, que a territorialização turística das pousadas da Rota Ecológica, de maneira geral, não é vista com maus olhos pela população local. Tal fato decorre do fato de as pousadas gerarem emprego e renda para muitas pessoas do lugar, possuir um projeto arquitetônico que se adapta de alguma forma às condições territoriais locais, e contribuir com algumas ações relacionadas à conservação da natureza. Entretanto, os danos pontuais causados requerem maior consciência dos empresários em relação ao lugar, pois os turistas são passageiros, transitórios na região, mas os nativos vivem no lugar. Além disso, a população residente necessita de partes do território, como o acesso ao mar, para a realização de parte das atividades ligadas à sua sobrevivência. Os

conflitos tendem a aparecer em qualquer tipo de relacionamento humano em sociedade, assim, mesmo ofertas turísticas consideradas alternativas podem causar problemas para o lugar explorado. Entretanto, ao mesmo tempo, se verifica que não é ilusão se pensar que empreendimentos turísticos podem coexistir com certo grau de sinergia em relação aos territórios previamente organizados pela população residente, como se viu neste estudo.

Levando-se em consideração a literatura que foi examinada, em conjunto com os resultados empíricos, o entendimento que se consolidou neste estudo foi que a oferta das pousadas da Rota Ecológica é uma oferta que exerce um tipo de territorialização híbrida, combinando características do turismo de massa e do turismo alternativo. Sugere-se aqui o termo “Quase Enclave” para a oferta turística dessas pousadas, pois, apesar de serem consideradas em geral como alternativas, ela é híbrida, e tende mais para o turismo de enclave, porque as pousadas são de pessoas de fora da região, os lucros não são compartilhados com os residentes, e os residentes não participam do processo de tomada de decisão sobre a gestão das pousadas.

Para concluir, é importante registrar que este estudo teve caráter exploratório. Portanto, é importante que mais investigações sejam realizadas por outros pesquisadores sobre ofertas turísticas semelhantes, para que possa haver um aprofundamento da compreensão sobre pousadas e hotéis considerados alternativos, em relação a como eles se territorializam nos lugares escolhidos e como se relacionam com as comunidades e territorialidades preexistentes. Por exemplo, este trabalho constatou que há ONGs atuando na Rota Ecológica cuja criação está de alguma forma ligada a proprietários das pousadas locais. Esse fato permite que se levantem questões sobre o papel que essas ONGs desempenhariam na mediação entre os proprietários dos empreendimentos turísticos e os moradores locais, com relação ao uso do território. A revisão bibliográfica realizada como parte do estudo, identificou apenas dois trabalhos acadêmicos que tinham como objeto de estudo as pousadas em questão, foram eles: Carvalho, 2013; Camêlo, 2016. Particularmente, a revisão bibliográfica não apontou nenhum trabalho que tenha identificado ofertas turísticas consideradas alternativas como sendo quase enclaves. Portanto, é necessário que outros estudos sejam realizados sobre ofertas semelhantes à da Rota Ecológica.

## REFERÊNCIAS

ACERENZA, Miguel Angel. **Promoção turística: um enfoque metodológico**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1991.

AMARAL, R. F. do; FERREIRA, R. G.; SILVA, C. B. **Análise da imagem que turistas e comunidades locais têm da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais – APARC (RN)**. Caderno Virtual de Turismo, vol. 9, n. 2, p. 85-102, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste**. 7a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ARCHER, Brian; COOPER, Chris. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, William F. **Turismo global**. São Paulo: Senac, 1998, p. 85 – 102.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARAUJO, Lindemberg Madeiros de. **Planejamento turístico regional: participação, parcerias e sustentabilidade**. Maceió: EDUFAL, 2009.

ARAUJO, Lindemberg Medeiros de; MOURA, Flávia de Barros Prado. A expansão do turismo na zona costeira nordestina: crescimento econômico, degradação ambiental e erosão cultural. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T.; VASCONCELOS, Fábio Perdição. (Orgs.). **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. 1. ed. Fortaleza: Eduece, 2007, v. , p. 94-114.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Pólo Costa dos Corais**. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/polos/gerados/prodetur\\_polos\\_alagoas.asp](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/polos/gerados/prodetur_polos_alagoas.asp)> Acesso em: 10 out 2012.

BARRETTO, Margarida. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. São Paulo: Papirus, 1995.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Manual de geografia do turismo: meio ambiente, cultura e paisagens**. Recife: Editora da UFPE, 1998.

BAUMAN, Zigmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BECKER, Bertha K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **Caderno Virtual do Turismo**, vol.1, n° 1, p. 1-7, 2001.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2004.

BENSON, Angela. Research tourism: professional travel for useful discoveries. In: NOVELLI, Marina (ed.). **Niche tourism: contemporary issues, trends and cases**. Burlington, MA: Butterworth Heinemann, 2005, p. 133-142.

BOMFIM, Márcio Fernando. **Camaragibe: sua história e sua gente**. Secretaria Municipal de Passo de Camaragibe em parceria com o Governo de Alagoas. Maceió, 2010.

BRAMWELL, Bill. Selecionando instrumentos de política para o turismo sustentado. In: THEOBALD, William F. **Turismo global**. São Paulo: Senac, 1998, p. 375 – 391.

BRAMWELL, B; LANE, B. Sustainable tourism: involving global approach. **Jornal of suatainable tourism**, v.1, n.1, p.1-5, 1993.

BUTLER. R. W. The concept of a tourist area life cycle of evolution: implications for management of resources. **Canadian Geographer**, v. 24, n. 1, pp 5-12. 1980.

CAETANO A. F. P.; SANTOS Jose Roberto (Orgs.). **Dimensão histórico cultural do desenvolvimento territorial sustentável do norte de Alagoas**. Maceió Edufal, 2011, v.1 138p.

CALDEIRA, T. P. do Rio. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana**. *Public Culture*, 8(2), 1996, pp. 303-328.

CAMÊLO, Ana Rísia Soares. **Percepção das comunidades locais sobre a turistificação da Rota Ecológica em Alagoas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Alagoas – Ufal, 2016.

CARVALHO, Cícero Pérciles de. **Análise da reestrutura produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3a ed. Maceió: Edufal, 2009.

CARVALHO, Renata Kelly de. **Pousadas de charme como uma alternativa para o turismo sustentável em São Miguel dos Milagres-AL**. Monografia (Graduação em

gerografia), Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente IGDema, Universidade Federal de Alagoas – Ufal, 2014.

COELHO, Teixeira. A cidade e os avatares da cultura. In: COELHO, Teixeira (org.) A cultura pela cidade. São Paulo: Iluminuras, 2008, p. 63 – 71.

COOPER, C.; HALL, C. M.; TRIGO, L. G. G. **Turismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CORDEIRO, Itamar; BENTO, Eloíza; BRITTO, Carlos. Turismo e desenvolvimento sustentável: considerações sobre o modelo de *resorts* no litoral nordeste do Brasil. **Caderno Virtual do Turismo**, vol. 11, nº3, p. 355-369, dez. 2011.

CORIOLANO, Luzia N. M. Teixeira. O desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. In: CORIOLANO, Luzia N. M. Teixeira; LIMA, Luiz Cruz (Orgs.). **Turismo comunitário e responsabilidade sócioambiental**. Fortaleza: Eduece, 2003, p. 26-44.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORRÊA, C. C.; LISTON, R. F., BARBOS, A. C.; SILVA, C. P.; BARCZSZ, S. S. Gestão pública e desenvolvimento sustentável: a importância da implantação de plano diretor no ato de criação de um município. **48º Congresso da SOBER**, 25 A 28 de julho de 2010. disponível em: [www.sober.org.br/palestra/15/954.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/15/954.pdf). Acesso em: 12 de novembro de 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p 15 – 47.

CREACO, Salvo; QUERINE, Giulio. The role of tourism in sustainable economic development. **43rd Congress of the European Regional Science Association**. 27 August – 30 August, Finland, 2003.

CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/criacao-de-unidades-de-conservacao.html>. Acesso em 12 de novembro de 2012

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **Introdução à geografia do turismo**. 2ed. São Paulo: Roca, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O Bangüê nas alagoas: traços da influencia do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 2a ed. Maceió: Edufal, 2002.

DOLLFUS, Oliver. **O espaço geográfico**. 4 ed. São Paulo: Difel, 1982.

DUDA, João Itácito de Moraes. **Polos de turismo em regiões subdesenvolvidas: estudo de caso do Polo Costa dos Corais, Alagoas**. 2013. Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo) – UFAL, Maceió.

FERRARE, Josemary Omena Passos et. al. **Inventário do Patrimônio Arquitetônico do município de Passo de Camaragibe – AL**. Maceió, AL: UFAL, 2010.

\_\_\_\_\_. **Inventário do Patrimônio Arquitetônico (Sede urbana de Porto de Pedras)**. Maceió, AL: UFAL, 2005.

FRAGA, F. F. **A expansão do turismo em São Miguel dos Mialgres – AL: contribuições e obstáculos ao desenvolvimento local**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) UFPB\Prodema.

G1 Alagoas. **Pastoril dos homens mantém folclore em São Miguel dos Milagres, AL**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/09/pastoril-dos-homensmantem-folclore-em-sao-miguel-dos-milagres-al.html>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

GOMES, Pablo. **A lenda do bode do ponte**. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f-csjtvsckw>>. Acesso em: 01 set. 2015.

GUIA QUATRO RODAS. Disponível em: <<http://viajeaqui.abril.com.br/estabelecimentos/br-al-sao-miguel-dos-milagres-atracao-praiapatacho>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P.; PIRES, C.L.Z. **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do homem com o espaço**. Porto Alegre: Ulbra/ UFRGR, 2008, p. 19 - 35.

\_\_\_\_\_. **Territórios alternativos**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005 p. 165.

HOERNER, Jean-Michel. **Geopolítica do turismo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

ICMbio. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/>> Acesso em janeiro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades - Alagoas: Passo de Camaragibe**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso: 13 de abril de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades - Alagoas: São Miguel dos Milagres**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso: 13 de abril de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades - Alagoas: Porto de Pedras**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso: 13 de abril de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. **Biblioteca virtual**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=fotografia&campo=todos&opeqry=&texto=Porto%20Calvo&digital=false&fraseexata>> Acesso em abril de 2016.

INSTITUTO YANDÊ. Disponível em: <<https://www.facebook.com/institutoyande/?fref=ts>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

KAUFMANN, Jean-Claude. (2013) **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Edufal, Maceió, 2013.

KELLY, Alice B. **The crumbling fortress: territory, access and subjectivity production in Waza National Park, Northern Cameroon**. Antipode, v.46, n.3 p.730 – 747, 2010.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: para uma abordagem científica do turismo. In: **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 62-74.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução: Contexto traduções. 3ª ed. São Paulo: Aleph, 2009. Publicado originalmente em 1984.

LESSA, Sergio. **Sociabilidade e individualização.** Maceió: Edufal, 1995.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal.** Maceió: Edições Catavento, 2000.

LIRA, Fernando José de. **Formação da riqueza e da pobreza de alagoas.** Maceió, Edufal, 2007.

LOBO, H. A. S.; MORETTI, E. C. Ecoturismo: as práticas da natureza e a natureza das práticas em Bonito, MS. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.** v. 2, n. 1, p. 43-71, mar. 2008.

LUCHIARI, M. T. D. P. **A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades.** GEOUSP - Espaço e tempo, São Paulo, Nº 17, p. 95 - 105, 2005.

MASTER-ECOPOLIS. **Um território desejável:** compromisso integrado para a Costa dos Corais. Alagoas: 2010.

MENDONÇA, T. C. M. **Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou?** 2004. Dissertação (mestrado em psicossociologia de comunidade e ecologia social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, programa EICOS/IP.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br/acoes-e-programas.html>> Acesso em: 7 de março de 2016.

MONIÉ, F.; VIDAL, S. M. do S. C. **Cidades portos e cidades portuárias na era da integração produtiva.** Revista de Administração Pública: Rio de Janeiro 40(6):975-95, Nov./Dez. 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil.** 2 ed.: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Território na geografia de Milton Santos.** Annablume, São Paulo, 2013.

MULLINS, Patrick. Tourism urbanization. **International Journal of Urban and Regional Research**. (1593): 326-42, 1991.

NASSER, Slem Hikmat; REI, Fernando (Orgs). **Direito Internacional do Meio Ambiente**. Atlas, São Paulo, 2006.

NETTO, Alexandre Panosso. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Governmental responses to tourism development**: three Brazilian case studies. *Tourism management*, v.23, p.97-110, 2003.

PAIVA, Ricardo Alexandre. **A MetrÓpole HÍbrida**: o papel do turismo no processo de urbanização da Região Metropolitana de Fortaleza. Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Da Universidade Federal de São Paulo (FAUUSP), 2011. (Tese de Doutorado).

PEARCE, G. Douglas. **Geografia do turismo**: fluxo e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

PLOG, S. C. Why destination areas rise and fall in popularity? **The Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly**, 14, 55-58, 1973.

PORTO GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **A atividade petrolÍfera e a dinâmica territorial no Rio Grande do Norte**: uma análise dos municípios de Alto do Rodrigues, Guamaré e Mossoró, 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – UFPE, Recife.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo e Espaço**: Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: HUCITEC, 1997.

\_\_\_\_\_. Turismo e territorialidades plurais- lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: SILVEIRA, M. L; LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M. **América Latina**:

cidade, campo e turismo. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latino americano de Ciências Sociales (CLACSO); São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, p. 297-315.

ROTEIROS DE CHARME. **Associação de Hotéis Roteiros de Charme**. Disponível em: <<http://www.roteirosdecharme.com.br>> Acesso em 25 de maio de 2012.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 13 ed. São Paulo: Papirus, 2006.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SAMPAIO, C., HENRÍQUEZ, C., MANSUR, C. (Orgs.). **Turismo Comunitário, solidário e sustentável: da crítica às idéias e das idéias à prática**. Bumenal: Edifurb, 2011.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5ed. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 1ª ed. 1988.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2006. Publicado originalmente em 1994.

SEABRA, Odete; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SELVA, V. S. F.; SANTOS, F. F.; MELO, C. V. F.; SOBRAL, M. C. M. . **Regiões litorâneas do Nordeste: impactos do consumo, produção e da transformação do território pela atividade turística**. Site Eco Terra Brasil. Eco Turismo/Turismo Ambiental e Rural, 2004.

SEPLANDE. 2010. Disponível em <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1247146349.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1247146349.pdf)> Acesso em junho de 2015.

SILVA, Genaura Dias. **Memórias de São Miguel dos Milagres**. Sem editora: São Miguel dos Milagres, 2012.

SILVA, Thassia Ramalho Perciano da. **Desenvolvimento turístico, meio ambiente e a atuação do governo na Rota Ecológica no litoral norte de Alagoas**. 2013. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade federal de Alagoas; Maceió,

SILVA, Thassia Ramalho Perciano da; CAMÊLO, Ana Rísia Soares. Internacionalização do Polo de Turismo Costa dos Corais, Alagoas, e a atuação do poder público na gestão do território e do meio ambiente **Relatório de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica**. Universidade Federal de Alagoas (Ufal)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) 2012.

SINGER, Paul (1973), **Economia política da urbanização**. Brasiliense, edições CEBRAP, São Paulo. (à guisa de introdução: urbanização e classes sociais, p. 11-29; urbanização, dependência e marginalidade na América Latina, p.63-90; Campo e cidade no contexto histórico latino-americano, p. 93-113).

SPILIANSI, Ioannis; VAYANNI, Helen. Sustainable tourism: utopia or necessity? The role of new forms of tourism in the Aegean Islands. In: BRAMWELL, Bill (ed.). **Coastal mass tourism: diversification and sustainable development in southern Europe**. Clevedon, UK: Channel View, 2004, p. 269-291.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impactos ambientais**. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2000.

TAMO JUNTO. Disponível em: < <http://www.reveillondosmilagres.com.br/>>. Acesso em junho de 2016.

THEVENIN, J. M. R. O turismo e suas políticas públicas sob a lógica do capital. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 122-133, abr. 2011. Acesso em 15 de julho de 2012.

TIMMS, Benjamin F.; CONWAY, Dennis. (2012) **Slow Tourism at the Caribbean's Geographical Margins**. *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, 14:3, 396-418.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: SESC/NOBEL, 1990.

*Vitae Civilis*. WWF-Brasil. **Sociedade e ecoturismo:** na trilha do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Peirópolis, 2003.

XAVIER, Herbe. **A percepção geográfica do turismo.** São Paulo: Aleph, 2007.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo:** uma esperança condicional. São Paulo: Global, 1999.

ZAOUOAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, Vol.8, n.2: 1-14, 2008. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=341>>. Acesso em 01 de outubro de 2014.

**APÊNDICE A**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTAS DA ROTA ECOLÓGICA**

Entrevistado: \_\_\_\_\_

Povoado: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

1. Há quanto tempo o(a) senhor(a) mora em/no \_\_\_\_\_ (nome do município)?

2. O(a) senhor(a) já tinha ouvido falar da Rota Ecológica?

Se sim: Na sua percepção, o que é a Rota Ecológica?

➔ Apresentar fotografias das pousadas da Rota Ecológica.

3. Pelo o que o(a) senhor(a) recorda, quais eram as atividades econômicas da Rota Ecológica antes das pousadas chegarem?

4. Em sua visão, o turismo das pousadas da Rota Ecológica afetou de alguma forma, positiva ou negativamente, as atividades econômicas da região?

Se sim: como ocorreu na prática?

Se não: Por que não?

5. Em sua opinião, de maneira geral, o turismo das pousadas da Rota Ecológica gera emprego para as pessoas de \_\_\_\_\_ (nome do município)?

Por favor, comente sua resposta.

6. Em sua opinião, o turismo das pousadas da Rota Ecológica trouxe outros tipos de benefícios financeiros para as pessoas de \_\_\_\_\_ (nome do município)?

Por favor, comente sua resposta.

7. Na sua percepção, por causa da chegada do turismo das pousadas da Rota Ecológica houve alguma melhoria nas estradas, telefonia, energia e abastecimento de água em/no \_\_\_\_\_ (nome do município)?

Por favor, comente sua resposta.

8. Pelo o que o(a) senhor(a) recorda, como eram os povoados [aspectos urbanos] da Rota Ecológica antes da chegada das pousadas?

9. Em sua visão, o turismo das pousadas da Rota Ecológica trouxe alguma mudança para os povoados locais [aspectos urbanos]?

Se sim: como ocorreu na prática?

Se não: por que não?

10. Alguma vez donos de pousadas da Rota Ecológica procuraram vocês por alguma razão?

Se sim: O(a) senhor(a) poderia comentar o que ele(s) queria(m)?

11. Alguma vez vocês procuraram alguma das pousadas da Rota Ecológica por alguma razão?

Se sim: Qual foi o objetivo dessa procura?

Qual foi o resultado?

12. Os [pescadores, etc.] já procuraram alguma vez órgão ou órgãos da prefeitura por causa das pousadas da Rota Ecológica?

Por favor, comente a sua resposta.

13. Alguma vez os proprietários da Rota Ecológica já contribuíram de alguma forma para as atividades dos [pescadores, etc.]?

Se sim: Por favor, comente sua resposta.

Se não: Em sua opinião, por que não?

14. Os [pescadores, etc.] alguma vez realizaram ou realizam alguma atividade em conjunto com uma ou mais das pousadas da Rota Ecológica?

Se sim: O senhor poderia dizer com qual(is) pousada(s)?

Se não: Por que não?

15. Vocês pretendem algum dia buscar desenvolver alguma atividade com alguma dessas pousadas?

Se sim: Com qual objetivo?

Se não: Por que não?

16. Tanto quanto o(a) senhor(a) se lembra, algum dono de pousada já participou de alguma reunião na qual o(a) senhor(a) estava participando?

Se sim: Na sua opinião, por que ele(s) participou(aram) nessa reunião?

17. As pousadas da Rota Ecológica trouxeram algum tipo de benefício ou benefícios para os [pescadores, etc.]?

Por favor, comente sua resposta.

18. Na sua visão, as pousadas da Rota Ecológica causam algum problema ambiental para a região?

Se sim: Por favor, comente sua resposta.

Se não: Por que, não?

19. Na sua visão, as pousadas da Rota Ecológica trazem algum benefício para o meio ambiente em \_\_\_\_\_ (nome do município)?

Se sim: Por favor, comente sua resposta.

Se não: Por que não?

20. Em sua percepção, os turistas que ficam nas pousadas da Rota Ecológica consomem algum serviço ou compram alguma coisa no comércio local?

Se sim: Comente como isso se dá na prática.

Se não: Em sua visão, por que não?

21. Em sua percepção, os turistas que ficam nas pousadas da Rota Ecológica buscam algum contato pessoal com pessoas do lugar?

Se sim: Comente como isso se dá na prática.

Se não: Em sua visão, por que não?

22. Em sua opinião, o turismo das pousadas da Rota Ecológica trouxe algum tipo de benefício para a região?

Se sim: Por favor, comente sua resposta.

Se não: Por que não?

23. Na sua visão, vocês [pescadores, etc.] já enfrentaram algum problema por causa dos turistas que visitam a Rota Ecológica?

Por favor, comente sua resposta.

24. As pousadas sobre as quais estamos falando trouxeram algum tipo de problema para a circulação das pessoas nas áreas próximas ao mar?

Por favor, comente sua resposta.

25. As pousadas da Rota Ecológica contribuíram para alguma melhoria na locomoção das pessoas nos povoados locais?

Por favor, comente sua resposta.

26. Na sua percepção, as pessoas dos povoados locais deixaram de fazer algo para seu lazer por causa das pousadas da Rota Ecológica?

Por favor, comente sua resposta.

27. Com base na sua percepção, o(a) senhor(a) gostaria que mais pousadas como essas da Rota Ecológica fossem construídas na região?

Se sim: Por que?

Se não: Por que não?

*Muito obrigada pela sua contribuição  
com esta pesquisa!*

## ANEXO A

Modelo do ciclo de vida da área turística (TALC)



Fonte: Butler, 1980.

## ANEXO B

### Main elements of the sustainable development spectrum

Sustainability positions	Defining features
Very weak	Anthropocentric and utilitarian; growth oriented and resource exploitative; economic growth ethic in material value term; natural resources utilised at economically optimal rates through unfettered market mechanisms operating to satisfy individual consumer choice; infinite substitution possible between natural and human-made capital; continued well-being assured through economic growth and technical innovation; instrumental value in nature.
Weak	Anthropocentric and utilitarian; resource conservationist; growth is managed and modified; concern for distribution of development costs and benefits through intra- and inter-generational equity; rejection of infinite substitution between natural and human-made capital with recognition of some aspects of natural world as critical capital; human-made plus natural capital constant or rising through time; decoupling of negative environmental impacts from economic growth; instrumental value in nature.
Strong	Eco-system perspective; resource preservationist; recognises primary value of maintaining the functional integrity of eco-systems over and above secondary value through human resource utilization; interests of the collective given more weight than those of the individual consumer; decoupling important but alongside a belief in a steady-state economy as a consequence of following the constant natural assets rule; zero economic and human population growth; instrumental and intrinsic value in nature..
Very strong	Bioethical and ecocentric; extreme preservationist position; nature's rights or intrinsic value in nature encompassing non-human living organisms and even abiotic elements under a literal interpretation of the Gaian argument; anti-economic growth and reduced human population.

Fonte: Creaco e Querini (2003).